



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

IVALDO DA SILVA SOUSA

**GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEI 10.639/03 NAS ESCOLAS
ALEXANDRE VAZ TAVARES E NA ESCOLA QUILOMBOLA ESTADUAL JOSÉ
BONIFÁCIO NA CIDADE DE MACAPÁ .**

**FORTALEZA- CEARÁ
2022**

IVALDO DA SILVA SOUSA

GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEI 10.639/03 NAS ESCOLAS ALEXANDRE
VAZ TAVARES E NA ESCOLA QUILOMBOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO NA
CIDADE DE MACAPÁ .

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas- MPPPP do Centro de Estudos Sociais Aplicados-CESA da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre Planejamento e Políticas Públicas. Linha de Pesquisa: Avaliação de Instituições, Programas e Projetos Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo

FORTALEZA- CEARÁ
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas de Bibliotecas

Sousa, Ivaldo da Silva.

Gestão, políticas públicas e a lei 10.639/03 nas escolas Alexandre Vaz Tavares e na escola quilombola estadual José Bonifácio na cidade de Macapá [recurso eletrônico] / Ivaldo da Silva Sousa. - 2022.

148 f. : il.

Dissertação (MESTRADO PROFISSIONAL) -
Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Profissional Em Planejamento E Políticas Públicas - Profissional, Macapá, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo.

1. 1 Educação. 2 Políticas Públicas. 3 Gestão.
4 Leis.. I. Título.

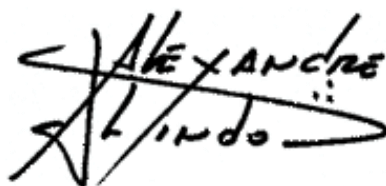
IVALDO DA SILVA SOUSA

GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEI 10.639/03 NAS ESCOLAS
ALEXANDRE VAZ TAVARES E NA ESCOLA QUILOMBOLA ESTADUAL
JOSÉ BONIFÁCIO NA CIDADE DE MACAPÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 19/07/2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo (Orientador)
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

Documento assinado digitalmente



RENAN ANTONIO DA SILVA

Data: 19/07/2022 16:35:21-0300

Verifique em <https://verificador.itl.br>

Prof. Dr. Renan Antônio da Silva Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. David Junior de Souza Silva Universidade Federal do Amapá -
UNIFAP

Para minha família, amigos e alunos.

AGRADECIMENTOS

Ao professor orientador, Dr. Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo, que sempre esteve disponível, para ajudar na construção do conhecimento;

A todos os colaboradores envolvidos na pesquisa, professores, pedagogos, técnicos e funcionários da escola pesquisada que fizeram parte desta importante pesquisa;

A todos meus ancestrais, que direta ou indiretamente contribuíram para meu crescimento, aos meus familiares, à esposa e aos meus filhos, que sempre me incentivam e possibilitaram o desenvolvimento de meus trabalhos acadêmicos e literários.

“ Considera-se o conhecimento científico útil em decorrência de sua objetividade, pois, na busca da verdade, cria ferramentas de observação e experimentação que lhe conferem um conhecimento adequado das coisas. ” (Lakatos,2019, p.29)

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa foi investigar como a gestão e as políticas públicas relacionadas à lei 10.639/03 vêm sendo desenvolvidas nas escolas Dr. Alexandre Vaz Tavares na zona urbana de Macapá e na Escola Estadual Quilombola José Bonifácio, buscamos identificar em nossos objetivos específicos as semelhanças e singularidades na implementação das ações pedagógicas da referida Lei 10.639/03, investigamos os projetos de inclusão étnico racial desenvolvidos nas escolas pesquisadas, investigamos as Leis de diversidade étnico raciais e Políticas públicas educacionais implementadas em Macapá, investigamos ainda a funcionalidade do Núcleo de Educação Étnico Racial-NEER/SEED. A abordagem da pesquisa foi do tipo documental qualitativo, onde utilizamos o método comparativo, entre as duas escolas. Tivemos a pesquisa documental como delineamentos qualitativos, como técnicas, utilizamos a análise documental e a observação dos espaços escolares. Quanto aos instrumentos de análise de dados, tivemos como resultado as análises a partir dos dados das observações e das análises documentais, tomando como base o desenvolvimento de projetos educacionais e ações pedagógicas que preconizam a lei 10.639/03, sempre fazendo a relação e comparação entre as duas escolas pesquisadas. Como resultado, constatamos que a Escola Estadual José Bonifácio, localizada no Quilombo do Curiau, apresenta maiores manifestações pedagógicas voltadas às questões étnico-raciais, desde as ilustrações contidas em todos os espaços escolares até uma infinidade de projetos educacionais que são realizados durante o ano letivo, por outro lado, na Escola Alexandre Vaz Tavares, não foram detectados projetos educacionais ou quaisquer ilustrações voltadas para questões étnico-raciais, levando-nos a perceber as particularidades e singularidades existentes entre as duas escolas.

Palavras-chave: Educação. Políticas Públicas. Gestão. Leis.

ABSTRACT

The main objective of this research was to investigate how management and public policies related to law 10.639/03 have been developed in Dr. Alexandre Vaz Tavares in the urban area of Macapá and in the Quilombola José Bonifácio State School, seeking to identify in our specific objectives the similarities and singularities in the implementation of the pedagogical actions of the aforementioned Law 10.639/03, we investigated the projects of ethnic-racial inclusion developed in the schools surveyed, we investigated the laws of racial ethnic diversity and public educational policies implemented in Macapá, we also investigated the functionality of the Nucleus of Racial Ethnic Education-NEER/SEED. The research approach was of the qualitative documentary type, where we used the comparative method, between the two schools. We had documental research as qualitative designs, as techniques, we used document analysis and observation of school spaces. As for the data analysis instruments, we had as a result the analyzes based on the data of observations and documental analyses, based on the development of educational projects and pedagogical actions that advocate law 10.639/03, always making the relationship and comparison between the two schools surveyed. As a result, we found that the José Bonifácio State School, located in Quilombo do Curiau, presents greater pedagogical manifestations focused on ethnic-racial issues, from the illustrations contained in all school spaces to an infinity of educational projects that are carried out during the school year. , on the other hand, at the Alexandre Vaz Tavares School, no educational projects or any illustrations focused on ethnic-racial issues were detected, leading us to perceive the particularities and singularities existing between the two schools.

Keywords: Education. Public policy. Management. laws.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares.....	64
Figura 2- Mapa localizador das Escolas Alexandre Vaz Tavares e Escola José Bonifácio.....	64
Figura 3- Escola Quilombola Estadual José Bonifácio.....	67
Figura 4- Projeto Plantando saúde e saberes.....	90
Figura 5-Projeto fábrica de sonhos.....	91
Figura 6-Projeto Foliões Mirins.....	91
Figura 7-Palestra dona Rossilda(curandeira).....	92
Figura 8-“Bença Mãe, Bença Pai” : Resgatando a história e memórias de nossos ancestrais quilombolas.....	93
Figura 09- capa do Livro Curiaú mostra tua cara 2021,não sou eu, são vocês.....	95
Figura 10-Evento Curiaú Mostra tua Cara-2021.....	96
Figura 11-Lançamento do livro Curiaú,Mostra tua Cara 2021: Não sou eu, São vocês!.....	96
Figura 12- Fachada das duas escolas pesquisadas.....	99
Figura 13- Imagens do patrono da escola no saguão da entrada da Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares.....	100
Figura 14- Imagens do saguão da entrada da Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares.....	100
Figura 15- Imagens dos elementos da cultura negra no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio.....	101
Figura 16- Imagens do espaço de acolhimento no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio.....	101
Figura 17- Imagens que fazem referência a Lei 10639/03 no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio.....	102
Figura 18- Imagens das igrejas da comunidade local no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio.....	102
Figura 19- Imagens de negros que ilustram a comemoração da páscoa no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio.....	103

Figura 20- Imagens de livros de autores negros no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio.....	103
Figura 21- Imagens de esculturas de negros dançarinos no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio.....	104
Figura 22- Imagens de instrumentos musicais e livros com temáticas negras no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio.....	104
Figura 23-Imagens externas da escola Alexandre Vaz Tavares.....	105
Figura 24-Imagens dos corredores da escola Alexandre Vaz Tavares.....	105
Figura 25-Imagens contidas na sala de vídeo escola Alexandre Vaz Tavares... 	105
Figura 26-Imagens do mural da escola Alexandre Vaz Tavares.....	106
Figura 27-Imagens da entrada da escola Alexandre Vaz Tavares.....	106
Figura 28-Imagens dos corredores da escola Alexandre Vaz Tavares.....	107
Figura 29- Frases e imagens educativas contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio.....	107
Figura 30- Imagens das ornamentações afros contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio.....	108
Figura 31- Imagens das personalidades religiosas contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio.....	108
Figura 32- Imagem de mural que possibilita o registro de fotos como tocadores e dançarinas do batuque contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio.....	109
Figura 33- Imagens de manifestações esculturais contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio.....	110
Figura 34- Imagens contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio.....	110
Figura 35- Imagens das crenças e medicina popular contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio.....	111
Figura 36- Imagens dos trabalhadores em suas atividades contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio.....	111
Figura 37- Imagens de atividades econômicas locais contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio.....	111
Figura 38- Imagens de dançarinos do marabaixo contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio.....	112

Figura 39- Imagens que representam personagens negros no cenário escola Quilombola José Bonifácio.....	112
Figura 40- Imagens de esculturas que representam a cultura local.....	113
Figura 41- Imagens de pessoas negras identificando os setores da escola Quilombola José Bonifácio	114
Figura 42- Imagens que identifica as salas sa Escola Quilombola José Bonifácio.....	115
Figura 43- Imagens contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio.....	115
Figura 44- Imagens contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio.....	116
Figura 45- Imagens contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio.....	117
Figura 46- Imagens contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio.....	117
Figura 47-Imagens da Biblioteca da Escola Alexandre Vaz Tavares.....	118
Figura 48-Imagens da Biblioteca da Escola Alexandre Vaz Tavares.....	118
Figura 49-Imagens da Biblioteca da Escola Alexandre Vaz Tavares.....	119
Figura 50-Imagens da Biblioteca da Escola Alexandre Vaz Tavares.....	119
Figura 51- Imagens com representações afro-brasileira na Biblioteca da escola quilombola José Bonifácio.....	120
Figura 52- Imagens de livros com temáticas afros exposto em locais de destaque na Biblioteca da escola quilombola José Bonifácio.....	120
Figura 53- Imagens com representações religiosas de matriz africana e cenas da vida no quilombo na Biblioteca da escola quilombola José Bonifácio.....	121
Figura 54- Imagens de escultura do afro-brasileiro na Biblioteca da escola quilombola José Bonifácio.....	121
Figura 55-Imagens da quadra de esporte da escola Alexandre Vaz Tavares sem ilustração.....	122
Figura 56-Imagens da quadra de esporte da escola Alexandre Vaz Tavares.....	122
Figura 57-Imagem geral da quadra de esporte da escola Alexandre Vaz Tavares.....	122

Figura 58-Imagens da quadra de esporte da escola Quilombola José Bonifácio.....	124
Figura 59-Imagens dos costumes e manifestações culturais na quadra de esporte da escola Quilombola José Bonifácio.....	124
Figura 60-Imagens da quadra de esporte da escola Quilombola José Bonifácio.....	125
Figura 61-Imagens da quadra de esporte da escola Quilombola José Bonifácio.....	125
Figura 62-Imagens da quadra de esporte da escola Quilombola José Bonifácio.....	126
Figura 63- Alunos em apresentação de danças do Marabaixo.....	140
Figura 64-Apresentação cultural dos alunos.....	140
Figura 65- Lançamento e Seção de autógrafos do livro Curiaú mostra a tua cara.....	140
Figura 66-Livros publicados sobre o Projeto Curiaú Mostra tua cara 2021.....	141
Figura 67-Apresentação cultural dos alunos danças tradicionais quilombola.....	141
Figura 68- Apresentação cultural dos alunos.....	141
Figura 69- Apresentação cultural dos alunos, danças africanas.....	142
Figura 70- Alunos em desfile das belezas negras.....	142
Figura 71- Apresentrtação do Marabaixo.....	142
Figura 72- Alunos na Apresentação do Batuque.....	143
Figura 73- Apresentação de danças tradicionais africanas.....	143
Figura 74- Danças tradicionais.....	143
Figura 75- Desfile das belezas negras.....	144
Figura 76- alunos em apresentações culturais ,danças africanas.....	144
Figura 77-Maquetes de igrejas da comunidade.....	144
Figura 78- Apresentações culturais.....	145
Figura 79- Apresentações culturais ,danças africanas.....	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Divisão de segmentos da Escola Estadual Quilombola José Bonifácio.....	66
Quadro 2-Atividades desenvolvidas pelo NEER no ano de 2013.....	74-75
Quadro 3-Projetos contidos no PPP da escola Quilombola José Bonifácio.....	86
Quadro 4-Quadro Resumo.....	126-127

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1	Políticas públicas e o afrodescendente no Brasil.....	25
2.2	Políticas afirmativas e seu desenvolvimento após a constituição de 88	31
2.3	A Lei 10.639/03 e o papel da escola na formação da sociedade contemporânea.....	39
2.3.1	A construção da subjetividade do aluno negro.....	50
2.3.2	A Subjetividade e sua materialidade.....	53
3	MARCO METODOLÓGICO	59
3.1	Descrições do local de Estudo.....	64
3.2	Procedimentos detalhados.....	68
4.	ANÁLISES DOS RESULTADOS.....	70
4.1	As Leis de diversidade étnico raciais e Políticas públicas educacionais em Macapá.....	70
4.2	A funcionalidade do Núcleo de Educação Étnico Racial-NEER/SEED.....	72
4.3	O desenvolvimento de Projetos de inclusão étnico racial nas escolas...78	
4.3.1	Análise de Projetos da Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares.....	78
4.3.2	Análise de Projetos da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio.....	83
4.3.3	Similaridades e singularidades nos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das identidades brasileiras.....	97
5	CONSIDERAÇÕES	129
6	RECOMENDAÇÕES.....	131
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133
	ANEXOS.....	141

ANEXO A - REGISTROS FOTOGRÁFICOS DO EVENTO CURIAÚ MOSTRA A TUA CARA 2021.....	142
ANEXO B - CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA - ESCOLA DR. ALEXANDRE VAZ TAVARES.....	148
ANEXO C - CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA - ESCOLA QUILOMBOLA ESTADUAL JOSÉ BONIFÁCIO.....	149

APRESENTAÇÃO: “QUEM FALA E DE ONDE FALA”

Antes de adentrar neste mundo científico de minha pesquisa começarei falando um pouco de quem é Ivaldo da Silva Sousa, aquele garoto que nasceu (1973) doente e fraco na escuridão em uma imensa floresta quase virgem, na beira de um rio chamado Jurará no centro da floresta de uma Ilha chamada Marajó em Chaves-Pa, minha parteira foi meu próprio pai, minha mãe entregue ao destino ou a sorte, sem água encanada e energia elétrica, sob à luz da lua e da lamparina, nascia aquele ser que possivelmente não iria sobreviver e nem chegar onde chegou e ainda iria chegar, porém sempre buscou seu crescimento para alcançar o grande devir humano e poder transcender toda esta realidade contaminada por ações humanas que podem construir ou destruir nossas subjetividades.

Aquele pequeno ser que nascia nas piores condições humanas e que tudo indicava que não sobreviveria, mas mesmo assim conseguira contrariar até mesmo as leis científicas espalhadas pelo mundo, que diziam que todo afrodescendente é fraco e incapaz, como, por exemplo as teorias de Francis Galton (1822-1911) que reforçavam a incapacidade do afrodescendente (para justificar a escravidão e a necessidade de uma seleção para buscar uma raça pura), comprovei que a Eugenia estava errada e que, o afrodescendente é forte e capaz de chegar nos mais elevados níveis de conhecimento. Devido a cor de minha pele tive que conviver com muitas brincadeiras e apelidos pejorativos em casa, na escola e por onde passava, o que sempre destacava era a cor.

Hoje, Ivaldo da Silva Sousa é Mestrando em Planejamento e Políticas Públicas - Profissional – MPPPP (Universidade Estadual do Ceará), Pós-Graduado em Psicopedagogia, Especialista em Educação, Pós-Graduado em Metodologia do Ensino de Arte, Pós-Graduação em História e Literatura Afrodescendente, Graduado em Artes Plásticas, Graduando em História, Parecerista da Revista Científica da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Consultor em Cultura e Artesanato pelo SEBRAE-AP. Artigos Científicos publicados na Revista Científica da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP- Estação Científica (UNIFAP) <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao> ISSN 2179-1902), PRÁTICAS EDUCATIVAS, MEMÓRIAS E ORALIDADES Rev. Pemo – Revista do PEMO.

Autor e organizador de vários livros, incluído coletâneas científicas, romances e antologias poéticas, além de todos os livros já publicados criei e organizei um

Movimento Literário Afrologia Tucuju: Historicidade, Religiosidade, autoestima e Subjetividade do negro, onde a produção poética literária deste Movimento está voltado para as questões do afrodescendentes, apresentando a poesia como uma ferramenta pedagógica contra o preconceito e a discriminação étnica.

Falando do trabalho em questão, ressalto que esta pesquisa traz como principal objeto de estudo a análise sobre a gestão escolar e as políticas públicas diante da aplicabilidade da lei 10.639/03 nas Escolas Alexandre Vaz Tavares na zona urbana de Macapá e na Escola Quilombola Estadual José Bonifácio na zona rural de Macapá, em nossos objetivos específicos analisamos as semelhanças e singularidades na implementação das ações pedagógicas da referida Lei 10.639/03, investigamos os projetos de inclusão étnico racial desenvolvidos nas escolas pesquisadas, investigamos as Leis de diversidade étnico raciais e Políticas públicas educacionais implementadas em Macapá, investigamos ainda a funcionalidade do Núcleo de Educação Étnico Racial-NEER/SEED, analisamos documentos, projetos pedagógicos, fotos, espaços escolares, Leis de diversidade étnico raciais e Políticas públicas educacionais em Macapá que caracterizam a inclusão das informações referentes aos estudos da “História da África e dos Africanos” no currículo escolar das escolas pesquisadas, realizamos estudos sobre os projetos educacionais relacionados ao que preconiza a lei 10.639/03, onde obriga que seja incluído tais temáticas já estabelecidas nas diretrizes e bases da educação nacional brasileira, fizemos as análises observando e fazendo as analogias entre as similaridades e singularidades entre as duas escolas pesquisadas, buscamos também investigar a gestão e funcionalidade do Núcleo de Educação Étnico Racial-NEER/SEED.

Nosso olhar nesta pesquisa dará atenção especial para a Lei 10.639/03 fazendo relação com as políticas públicas voltadas para as questões étnico raciais e ainda atento para observar as ações da gestão escolar, pois acreditamos que para que uma lei seja implementada com sucesso dependerá também de políticas públicas e da gestão, com isso passa a existir uma espécie de triangulação entre estes: Lei, Políticas Públicas e Gestão, por isso nossas análises e observações estarão lado a lado com as informações de obrigatoriedade que Lei 10.639/03 traz em suas linhas e ainda estaremos nos referendando com as orientações e ações das relações Étnico que os documentos oficiais apresentam.

1 INTRODUÇÃO

É importante destacar que no Brasil existem entre suas legislações muitas leis, políticas públicas e estatutos que buscam proteger os grupos excluídos socialmente e garantir sua inclusão social juntamente com seus direitos fundamentais, onde vale destacar a Lei 10.639/03 que é nosso interesse para esta pesquisa.

Nossos objetivos específicos nortearam esta pesquisa, pois investigamos de que forma vem sendo realizada as práticas pedagógicas e os projetos voltados para o desenvolvimento da lei 10.639/03 na região urbana e quilombola de Macapá, objetivos específicos as semelhanças e singularidades na implementação das ações pedagógicas da referida Lei 10.639/03, investigamos os projetos de inclusão étnico racial desenvolvidos nas escolas pesquisadas, investigamos as Leis de diversidade étnico raciais e Políticas públicas educacionais implementadas em Macapá, investigamos ainda a funcionalidade do Núcleo de Educação Étnico Racial-NEER/SEED.

A mais recente Lei educacional relacionada às questões étnicas raciais brasileiras, foi a Lei 10.639/03, que surgiu após muitas discussões e reivindicações dos movimentos sociais de afrodescendentes, o que teve como resultado a proposta de lei apresentada ao Congresso Nacional pelo Deputado Federal Paulo Paim, em 2003.

Grandes mobilizações surgiram para pressionar a aprovação da proposta de lei, cujo resultado foi a concretização da Lei Federal 10.639/03 de 9 de janeiro de 2003, onde trouxe a obrigatoriedade do ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira nos ensinos Fundamental e Médio.

Porém, ainda pode-se confundir e alegar que esta declaração já estaria contida na Constituição Federal no artigo 242, § 1º que, em suma, diz que: “ *O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro* ” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1998).

Vale destacar a importância histórica do afrodescendente na formação cultural nacional, pois historicamente falando no Brasil temos a pluralidade de grupos étnicos raciais resultado das relações e inter-relações (de forma violenta e escravista) entre os afrodescendentes, brancos e índios, grupos estes de outras etnias e é assim que se apresenta a formação do povo brasileiro, (negros e índios que foram escravizados

e forçados estabelecer esta relação) portando vale destacar aqui a grande contribuição da figura do afrodescendente na formação cultural do Brasil, com a culinária, a dança, religião, música, na linguagem, costumes e muitas outras contribuições que até hoje vem sendo construindo.

Apenas em 2008 acontece uma alteração na lei, incluindo o indígena na obrigatoriedade, ficando assim a redação a Lei 11.645/08 que acrescenta “a obrigatoriedade da temática História e cultura Afro-Brasileira e Indígena” (BRASIL,2008).

Se faz necessário o estudo sobre a execução e o desenvolvimento da Lei 10.639/03 e o desenvolvimento da gestão escolar nesta política pública e ainda poder comparar seu desenvolvimento em lugares considerados **opostos** (grifo do pesquisador), ou seja, uma escola na zona urbana de Macapá e a outra na zona rural quilombola.

Acreditamos assim, ser fundamental que se desenvolvam pesquisas que tragam o tema em questão para uma melhor compreensão de problemas educacionais relacionados aos preconceitos étnicos raciais nas escolas, e as observações e reflexões feitas sobre as questões do preconceito e discriminação racial no cotidiano do ambiente escolar.

Fazemos essa discussão como forma de caracterizar o pano de fundo cultural das atuais relações étnica raciais que justificam a necessidade de questionamentos sobre a possibilidade de uma luta contra o preconceito e discriminação racial na escola.

Com base na lei 10.639/03 que traz todas as diretrizes e Bases de Educação Nacional para que seja incluído no currículo das instituições escolares tanto nas escolas públicas quanto particulares o estudo da temática “ História e Cultura Afro-brasileira” é que surgem nossas principais questões norteadoras do presente estudo: Como a lei 10.639 /03 está sendo aplicada no âmbito das escolas estaduais em Macapá? Quais são as similaridades da aplicabilidade da lei 10.639/03 nas escolas Estaduais Alexandre Vaz Tavares e a Escola Quilombola José Bonifácio?

É importante destacar que a abolição trouxe a “liberdade”, porém, podemos dizer que de certa forma está liberdade foi apenas no conceito, pois após a abolição, o afrodescendente “foi jogado na rua da amargura”, sem nenhuma política pública ou assistência e sem expectativa nenhuma, pois não detinha formação escolar ou outra

profissionalização técnica, forçando assim o negro continuar buscar trabalho para sua sobrevivência , o que não era diferente do sistema escravista,

...a liberdade trazida com a abolição foi apenas conceitual, pois na prática o negro se viu cativo de anos de abandono e desassistência. Durante todo o período colonial, o negro fora privado de educação e qualificações técnicas que o habilitassem a disputar uma colocação profissional bem remunerada, quando findasse o período escravocrata. ... a liberdade conceitual não se refletiu numa liberdade material, pois apesar da escravidão ter legalmente sido extinta, os efeitos do escravismo para o negro persistiam, haja vista que o mesmo era obrigado a trabalhar exaustivamente em troca da subsistência...a luta pela liberdade do negro não cessou com a abolição, pois a sociedade brasileira continuava estratificada e as oportunidades não apresentavam uma distribuição equalizada ... (JÚNIOR,2016 p.07)

Percebe-se que com o final do sistema escravista , em 1888, o afro- brasileiro, agora experimentava a liberdade , sem nenhum apoio ou política públicas voltada para sua inserção na sociedade, passando , assim a viver em situações precárias e submetendo-se as piores barreiras em que a sociedade os colocava, sem ter a oportunidade de crescer, educar-se e prosperar no meio social, para Figueiredo(2014) todo este processo em que perpassou a escravidão e ainda o que vem acontecendo na pós escravidão, o afrodescendente permaneceu e permanece ocupando um lugar desprivilegiado cheio de preconceito e discriminação, ocupando um lugar de risco social, tornando-se até mesmo vulnerável devido o forte preconceito recebido.(p.4)

O afro-brasileiro teve sua importante contribuição para a formação do Brasil desde seus aspectos culturais aos econômicos, portanto sabemos a forma como este foi arrancado de sua terra natal, deixando toda sua vida para traz e tendo que ser escravizado pelo europeu, todo o processo em que constou a vinda dos afrodescendentes para estas terras “ocorreu em condições desumanas, e que seu papel era atender a todas as atividades do dia a dia, seja nas plantações, nas manufaturas, no comércio ambulante, nas lojas, na criação de gado, nos serviços domésticos, nas oficinas,...” (FIGUEIREDO, 2014,p.08).

Conforme SILVA, 2007, “logo após a escravidão terminar, começa então um forte desenvolvimento de exclusão da população negra, ganhando até apoio científico (Racismo Científico-Eugenia de Francis Galton),” buscava-se justificar o escravismo,

... defendeu a ideia de que os negros eram inferiores e fracos, ao passo que brancos descendiam de uma espécie mais inteligente e forte. Portanto, não cabia a contestação à estratificação social brasileira, pois a hierarquia social refletia algo cientificamente comprovado, ou seja, a superioridade branca... o conceito de raça é atribuído para representar as diferentes origens e, conseqüentemente, separar a sociedade em vários grupos, usando como critério principal a cor da pele. (JÚNIOR,2016, p.23)

Considerando as conquistas mais contemporâneas em relação a causa negra no Brasil, podemos concordar com JÚNIOR, (2016) que nos fala que o negro teve sua principal conquista foi a educação, saindo assim do analfabetismo:

...hoje, temos negros compondo importantes quadros de intelectuais e contribuindo para o combate ao preconceito racial, seja através de seu discurso, seja pelo seu exemplo. Além de intelectuais, vimos ganharem notoriedade muitos artistas negros...nesse sentido, vale destacar dois momentos cruciais dentro dessa política de inclusão social do negro: a organização do movimento negro e a articulação do negro com outros grupos defensores de excluídos socialmente. (JÚNIOR,2016, p. 25)

E posteriormente à Lei 10.639/03 conseguimos ainda a conquista de uma educação quilombola diferenciada, demonstrando que as conquistas de políticas públicas e ações reparadoras não surgiram por acaso e sim após a organização e reivindicações dos movimentos sociais.

Em se tratando das nossas particularidade locais, acredito na indissociabilidade da figura do afro-brasileiro quando caracterizamos e estudamos temáticas relacionadas as questões étnicas raciais, pois temos uma característica marcante na sociedade amapaense , onde nos liga diretamente aos nossos ancestrais construídos e ligados aos laços da matriz africana.

Pois com base nas informações de 2010 divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), temos um quantitativo populacional de 669.526 moradores/habitantes, o que nos remete a 0,35% do quantitativo da população brasileira, valendo aqui destacar a composição desta população, pois como vemos aqui em Macapá a composição fica entre : 20,3% de brancos, 4,5% negros, 74,4% pardos, indígenas 0,8%, se considerarmos os pardos como pertencentes ao grupo de negros(o que acredito ser mais correto) , assim teremos um quantitativo de negros bem maior chegando a proporcionalidade de negros no Estado do Amapá a 78,9% da população geral do Estado do Amapá(FRANCISCO, 2022), valendo ainda ao

destaque que este quantitativo é bem maior que o valor a nível Nacional o qual seria de 53,6% (IBGE, 2015).

Observa-se que os dados acima 74,4% declaram-se pardos, levando-nos a concordar com CARNEIRO,2005:

...a miscigenação tem-se constituído num instrumento eficaz de embranquecimento do país, por meio da instituição de uma hierarquia cromática e de fenótipos que têm na base o negro retinto e no topo o “branco da terra” oferecendo, aos intermediários, o benefício simbólico de estarem mais próximos do ideal humano, o branco. Isso tem impactado particularmente os negros brasileiros, em função desse imaginário social que indica uma suposta melhor aceitação social dos mais claros em relação ao mais escuros, o que parece ser o fator explicativo da diversidade de expressões que pessoas negras, ou seus descendentes miscigenados, adotam para se auto definirem racialmente tais como: moreno escuro, moreno claro, moreno-jambo, marron-bombom, mulato, mestiço, caboclo, mameluco, cafuzos, ou seja, *confusos*, de tal maneira, que acabam todos agregados na categoria oficial do IBGE, *pardo!* Algo que ninguém consegue definir seja enquanto raça ou cor. Talvez o termo pardo preste-se apenas para agregar aqueles que, por terem a sua identidade étnica e racial destroçadas pelo racismo, a discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são ou simplesmente não desejam ser o que são.(p.64)

Portanto está mais do que confirmado que os dados do IBGE confirmam com seus resultados que ainda existe um grande quantitativo de brasileiros que não aceitam ou até mesmo desconhecem seus laços consanguíneos dos grupos étnico raciais a qual pertencem, assim tentam disfarçar, se identificando como “moreno”, “mulato” e outros codinomes criados para tentar ser mais “aceitos e brancos”.

SOUSA, (2021) também faz referências sobre este assunto,

Este fato é interessante, pois fazendo a comparação com a escola onde os alunos são de grupos miscigenados, diferentes e mesmo aqueles alunos portadores de uma cor de pele escura, não conseguem aceitar-se como negros ou afrodescendentes. Tentam disfarçar a cor, tentam ocultar a sua descendência, como se sentissem vergonha de suas origens. Eles se assumem como “moreno claro”, como “pardos” ou até mesmo se dizendo brancos (porém a cor de sua pele e suas características evidenciam exatamente o contrário)(p.26; 27.)

E é justamente neste cenário social que o pensamento exposto vem se manifestando no dia-a-dia na sociedade, onde poucos brasileiros tem a consciência de pertencimento de seu grupo étnico racial.

Temos muitas áreas/grupos quilombolas em Macapá e acreditamos na grande importância destes para nossa caracterização cultural local, vejamos que:

Estas localidades buscam manter vivas as tradições, costumes e crenças trazidos pelos antepassados africanos ao país como forma de resistência. No Amapá, existem cerca de 40 comunidades quilombolas reconhecidas atualmente. Entre as localidades, recebe destaque o quilombo do Curiaú, em Macapá, que, através das belezas naturais, se tornou um dos pontos turísticos mais visitados do estado.(NÚBIA PACHECO, G1 AP,2021)

Observa-se a existência de muitos quilombos no Estado do Amapá e acreditamos que estas características específicas do estado possam enriquecer a cultura local e ainda venha a buscar o reconhecimento das identidades e manifestações culturais locais, observem que ainda temos registros de outras comunidades que buscam o reconhecimento oficial e certificação quilombola:

Um total de 19 comunidades iniciou o processo de auto reconhecimento e certificação. Comunidades dos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari, no extremo sul do Estado, deverão integrar o maior território quilombola do Amapá. Durante o mês de julho, o técnico Josemir Paixão, do setor de Comunidades Tradicionais da Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes (Seafro) percorreu 20 comunidades na região, para auxiliar os moradores para o início do processo de certificação junto à Fundação Cultural Palmares (FCP). Um total de 19 comunidades, cinco em Laranjal e 14 em Vitória do Jari, já fizeram o auto reconhecimento como remanescente, primeiro passo para a certificação. Toda a documentação, como atas de reuniões e relatórios fotográficos, será encaminhada à Fundação Palmares, órgão federal encarregado de emitir a Certidão de Autodefinição de Comunidade Remanescente de Quilombo e, desta forma, passa a reconhecer legalmente que aquela comunidade e o território que ocupa. (GOVERNO DO AMAPÁ,2021)

Pesquisas desta natureza oportunizam a análise dos projetos voltados para a inclusão dos estudos da História da África e dos Africanos e a luta dos negros no Brasil, e ainda a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, buscando a quebra do preconceito e discriminação racial desenvolvidos pelas escolas envolvidas, levando em consideração a comparação nos dois polos de pesquisa buscando observar as similaridades existentes e as singularidades, vale destacar que optamos por estes polos de pesquisa devido a diversidade étnica racial existente na zona urbana e a outra que foi pesquisada pertencer a uma escola localizada na zona rural em um quilombo da cidade de Macapá, onde todos pertencem ao mesmo grupo étnico racial (afrodescendentes).

Em nossa pesquisa qualitativa faremos as análises documentais de forma comparativa entre as escolas já citadas acima, consideraremos também como documento as imagens fotográficas dos acervos escolares, como também imagens contidas nos espaços escolares, juntamente com as análises dos projetos desenvolvidos por ambas escolas incluindo o Projeto Político Pedagógico das mesmas.

A estrutura deste trabalho seguirá na sequência com a apresentação sobre “QUEM FALA E DE ONDE FALA”, seguido pela introdução e os referenciais teóricos, onde trazem informações sobre as Políticas Públicas e o afrodescendente no Brasil, com texto sobre a Lei 10.639/03 e o papel da escola na formação da sociedade contemporânea, A construção da subjetividade do aluno negro, A Subjetividade e sua materialidade, sendo seguido do Marco Metodológico da pesquisa, onde traz as descrições do local de Estudo e os procedimentos detalhados. O último capítulo traz as análises dos resultados, seguidos do quadro resumo, as considerações finais, as recomendações, as referências bibliográficas e os anexos

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas públicas e o afrodescendente no Brasil

No Brasil temos muitas leis que em sua teoria (atente que estou falando em sua teoria, porém na sua prática e execução apresentam-se deficitárias) nos deixam orgulhosos, demonstrando que são leis modernas, contemporâneas e as mais avançadas levando em consideração outros países do globo, ressalto novamente que nossas leis e políticas públicas em sua teoria são “belas”, porém com base em nosso dia-a-dia percebemos que muitas apresentam falhas em sua praticidade e execução em sua prática.

Cito como exemplo a nossa legislação, que busca a igualdade entre todos, chegando a ser uma lei mais progressista já vista no mundo, portanto não é o que percebemos em sua prática diária, aprovamos e promulgamos os mais variados tipos de estatutos de proteção às várias minorias, como por exemplo temos o estatuto da

criança e do adolescente (ECA), estatuto do índio, estatuto do idoso, da igualdade racial, Lei da Maria da Penha, que combate violência contra a mulher, vejam que estes são alguns exemplos da legislação que temos as quais nos tornam referências para o mundo.

Temos leis que em sua teoria buscam uma certa regulação de nossas relações sociais, chegando a punir atitudes racistas, pois as manifestações racistas e preconceituosas, ainda se manifestam as vezes de forma dissimulada, escamoteada, porém evidente.

Nossas leis no decorrer dos tempos vêm tentando corrigir e reparar os grandes danos causados em seu povo e que se apresentam em realidades desiguais e injustas, porém queremos destacar que somente com a criação de leis de reparação não será possível mudar os comportamentos sociais e a mentalidade que já se apresenta contaminada por pensamentos preconceituosos e discriminatórios que foram construídos socialmente durante nossa história.

Vale lembrar que o esforço tem sido grande para colocar em prática e efetivar uma educação multicultural e pluriétnica, estes esforços tem suas fundamentações legais, “nas alterações instituídas na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN)-Lei n.9394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL,1996)-com base na Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003(BRASIL,2003) e pela Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008” (BRASIL,2008) (MARÇAL;LIMA,2015, p.91)

Como pesquisador e educador podemos afirmar que educação é a forma mais provável para alcançar as transformações necessárias para uma sociedade sem discriminação ou preconceito étnico racial , porém o país, o estado, as escolas e professores precisam encontrar melhores estratégias para colocar em prática as leis antirracistas e realmente tentar alcançar a real finalidade das leis, para que possam promover e melhorar as relações sociais que estão no dia-a-dia ajudando na formação das subjetividades dos seres.

Destacaremos a seguir algumas leis que buscam a igualdade entre os cidadãos brasileiros, como por exemplo a **Constituição Brasileira de 1988**, que “foi promulgada , com um amplo processo de mobilização popular, resultado da abertura democrática experienciada a partir de 1985, que colocou fim aos vinte anos de ditadura militar ” (Toledo, 2013, p 65).

É nessa mesma lei que o racismo passou a ser considerado crime de acordo com o artigo “ Art 5º, XLII- A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei ” (BRASIL, 1999).

Portanto percebemos que se trata de um crime que é inafiançável, ou seja, a punição acontece com a prisão, e ainda não prescreve, podendo ser punido mesmo depois de passados muitos anos do ocorrido (Toledo, 2013, p.66).

Conforme Paula; Heringer, (2009) foi justamente a partir do ano de 1990, que surgem novos personagens na luta contra o racismo, então formam-se grupos nas favelas e periferias brasileira, “com um discurso de enfrentamento da violência, afirmação de pertencimento a esses territórios e um indiscutível orgulho racial...” (PAULA; HERINGER,2009, p.9)

Como já foi mencionado foi justamente a partir de então que os movimentos negros se fortaleciam no Brasil, e foram vindo outras promulgações com novas legislações específicas, “ foi promulgada a Lei nº 7.716/89, que trata de crimes resultantes de preconceito de raça ou cor ” , sendo modificada “ em alguns artigos contidos na Lei nº 9.459/97. Onde a injúria qualificada também foi tipificada”, mostrando assim que a nação brasileira se apresentava como o primeiro que regulava as ações e manifestações racistas através de uma lei própria. (PAULA; HERINGER,2009, pp.66-67)

Podemos perceber que o Brasil é uma nação com leis que apresentam-se bem avançadas se compararmos com os demais países latino-americanos, vejamos o que nos diz Guimarães (2004) sobre os significados de racismo garantidos na legislação brasileira:

- (a) O preconceito racial, expresso verbalmente através de ofensas pessoais;
- (b) A discriminação racial, ou seja, o tratamento desigual de pessoas, nos mais diversos âmbitos da vida social, baseado na ideia de raça, restringindo o seu amplo e líquido direito constitucional e legal à isonomia de tratamento;
- (c) A expressão doutrinária do racismo ou a incitação do preconceito.(p.19)

É importante destacar que no Brasil existem entre suas legislações muitos estatutos que buscam proteger os grupos minoritários, e garantir sua inclusão social juntamente com seus direitos fundamentais, vamos aqui destacar apenas o estatuto

de nosso interesse para esta pesquisa que é o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/2010,

Em 2003, o Senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou o projeto de Lei no senado que instituía o Estatuto da Igualdade Racial. Desde então, o projeto tramitou na Câmara e no Senado, até ser finalmente aprovado com emendas no dia 20 de julho de 2010, validando, por meio da Lei nº 12. 288, o Estatuto da Igualdade Racial. O documento versa sobre os principais direitos garantidos à população afrodescendente no Brasil, bem como busca combater toda forma de discriminação e intolerância étnica (Toledo, 2013, p. 69).

Observe que temos aí mais uma ferramenta jurídica que nos garante uma igualdade social independentemente de cor, e ainda vai muito mais além , o próprio estatuto começa a apresentar a definição em seus capítulos mostrando os direitos fundamentais para ser definidos “saúde, educação, cultura, esporte e lazer, liberdade de consciência e de crença, livre exercício dos cultos religiosos, acesso a terra e a moradia adequada, direito ao trabalho e valorização da herança cultural da população negra”(Toledo, 2013, p 70).

Estaríamos assim apenas iniciando novas conquistas, estávamos a um passo de mais uma lei, a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 onde traz a obrigatoriedade do ensino com base na História e Cultura Afro-Brasileira em todos os níveis de ensino, oficiais e particulares e em 2008 acontece uma alteração na lei, incluindo o indígena na obrigatoriedade, ficando assim a redação “a obrigatoriedade da temática História e cultura Afro-Brasileira e Indígena”. (BRASIL,2008)

Vejamos como passou a vigorar a nova redação da lei 11.645/2008:

Art.26-A. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de ensino Médio, públicos e Privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e Indígena.

§1º.O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§2º os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar,

em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira (Brasil, 2008).

Com esta Lei agora estava determinado que os estudos da disciplina Relações Étnico Raciais no Brasil viessem a acontecer, pois era obrigatória o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena, porém havendo ainda grande necessidade de formações de professores quanto aos temas relacionados com a lei.

Mesmo com o respaldo da lei assegurando os direitos de igualdade brancos e negros (o que, sem dúvida, já representa um grande avanço no sentido da promoção da igualdade étnico racial no Brasil), não podemos, com certeza, nos contentar apenas com isso. Ou seja, cumpre perceber que, infelizmente, esta promulgação da Lei não garante o seu cumprimento, a sua realização.

Para SOUSA(2021) ainda existem em muitas escolas relações tensas entre brancos e negros e, em alguns casos tais relações são ainda vistas pelo professor como algo normal e singular. Ficou constatado que, no dia-a-dia nas escolas, o aluno afrodescendente sofre várias formas de discriminação, às vezes de forma direta, outras vezes, indiretamente. (p.28)

Eles são discriminados pelas suas ideias, pelos seus gestos, pelos seus modos, pela sua fala, por suas atitudes, algumas vezes, antes mesmo de ele se manifestar. Logo, são julgadas, negativamente, quaisquer iniciativas que eles empreendam, uma vez que tais iniciativas são consideradas equivocadas pelas pessoas que não são negras. “No que diz respeito às piadas e brincadeiras, ficou evidente que essas contribuem para que os alunos participem menos das atividades expositivas, ou formulam menos perguntas para tirar suas dúvidas”(Sousa,2021,p.28)

E para ter um incentivo maior e colocar em prática a execução da lei no sistema de ensino , o Ministério da Educação (MEC) publica as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. É nesse parecer que traz todas as diretrizes para a lei 10.639/03 e 11.645/08 e assim possamos realmente colocar em prática, este parecer é destinado aos gestores e administradores das instituições educacionais e,

...seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também às famílias dos estudantes, a eles próprios a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos

brasileiros, para neles buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade (BRASIL,2004, p.2)

Como podemos perceber essas diretrizes são de interesse não somente de poderes públicos ou aos educadores e gestores educacionais, mas de todos os envolvidos na cidadania brasileira e que de alguma forma está buscam uma educação com qualidade e que seja inovadora, vejamos mais um trecho do conteúdo do parecer, onde demonstra a importância da lei 10.639/03:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial-descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos-para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL,2004,pp.2-3).

Percebe-se que o parecer traz uma grande ajuda, pois identifica as contribuições da Lei nº 10.639 para ajudar no reconhecimento e na valorização da diversidade étnico-racial brasileira, o que nos parece ser um passo fundamental para a construção de uma sociedade de fato igualitária e livre do racismo que tanto consome a sociedade.

Portanto após seis anos ter se passado e pouca coisa mudado e tinha pouco avanço em relação a colocar em prática a Lei 10.639/03, ou seja poucas escolas de fato tinham incluído em seus currículos escolares a temática que tratava a lei, logo o MEC juntamente com a Subsecretaria de Políticas de Ações de Afirmativas da Seppir tomou a iniciativa de publicar o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. (TOLEDO, 2013).

Esse é um documento que detalha cada uma das responsabilidades dos poderes públicos, seja no âmbito estadual ou municipal, além de enfatizar três problemáticas principais em relação à implantação da lei 10.639/03: a formação dos professores para o trabalho em sala de aula na perspectiva das relações étnico-raciais; a produção de material didático adequado, que desfaça os estereótipos de raça/cor/gênero; e a sensibilização de todos os agentes envolvidos nesse processo para um compromisso efetivo com a implantação da igualdade racial na escola e em nosso país (p. 76).

Assim para complementar esta Lei, foi promulgada em 10 de março de 2008 a Lei 11.645, que acrescentando a lei anterior as matrizes indígenas, onde estabelece que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Vale destacar que já existem algumas políticas públicas locais voltadas para as questões afro amapaense, como por exemplo a criação da Secretaria dos Afrodescendentes – SEAFRO em 2006, Criação da Coordenadoria Municipal da Igualdade Racial, (2010) – extinta com a criação do Instituto Municipal de Promoção da Igualdade Racial - IMPROIR; Lei 1,196/08 – Ratifica a Lei 10,639/03 em âmbito estadual; Criação do Núcleo de Educação Étnico Racial - Dec.nº4258/2008; Lei do Marabaixo – Lei 049/2020 – Declara que a partir do dia 16/06/2020 é o dia Estadual do Marabaixo; Representante Afro amapaense no Conselho Estadual de Educação; Resolução 025/2016 – CEE/AP, estamos avançando lentamente e ainda dependemos muito das ações de muitos gestores para que se efetivem na prática de forma concreta os verdadeiros objetivos das leis relacionadas as questões étnicas raciais e das políticas públicas.

2.2 Políticas afirmativas e seu desenvolvimento após a constituição de 88

Historicamente o Brasil traz uma deficiência educacional muito grande em relação as questões étnicas raciais, pois a população de afrodescendente, vindo direta ou indiretamente do regime de escravidão sempre ficaram excluídos do sistema educacional institucionalizado, pois hoje a história nos conta que o acesso à educação sempre foi negado ao povo afro-brasileiro.

Sabe-se que todos os direitos ao acesso do afrodescendente à educação, nos diferentes níveis educacionais sempre se deram com muita luta, e após muitas

mobilizações dos movimentos e grupos organizados que sempre buscaram melhores formas de inclusão e garantia dos direitos do cidadão, começam a surgir as políticas afirmativas, SISS (2012) nos ajuda a entender os conceito de políticas afirmativas, nos dizendo que são:

Políticas públicas, estatais e de caráter compulsório, elaboradas e implementadas pelo Estado. É o estado em ação. Sua gestão pode estar a cargo do próprio Estado ou ser por ele delegada. Elas estão para a promoção e a afirmação da igualdade daqueles grupos ou minorias políticas colocadas em posição de subalternização social (SISS,2012, P.18)

Podemos dizer que as políticas e ações afirmativas objetivam solucionar e criar soluções em que seja garantido os preceitos democráticos levando em consideração a pluralidade e a diversidade cultural da formação da população.

Historicamente é possível perceber exemplos de ações governamentais que buscam desenvolver-se em ações afirmativas, como por exemplo:

Ainda na década de 1930, o movimento social Frente Negra Brasileira (FNB), ao identificar que a Guarda Civil de São Paulo não continha nenhum afro-brasileiro em seu quadro de membros, decidiu solicitar audiência com a presidência e teve a reivindicação atendida: nesse mesmo ano, foram contratados 200 homens afrodescendentes para integrarem a guarda civil, número que chegou a 500 profissionais no decorrer da década(SISS,2012,p.19)

E aos poucos os Movimentos negros começam a ter novas conquistas TELLES (2003) apresenta algumas datas como por exemplo:

Em 1980, alguns estados brasileiros implantaram conselhos especiais que tratassem das questões que envolvia o negro. Em 1984, o Estado de São Paulo implanta o Conselho da Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Em 1985, o presidente chegou a propor a criação do Conselho Negro e Ação Compensatória, porém na efetivação da ação, surgiu a Fundação Cultural Palmares (p.23)

Se analisarmos estes dados históricos, perceberemos que as ações dos governos foram sendo desenvolvidas de forma individual, tornando-se ações isoladas

das outras regiões, mostrando assim a necessidade de uma política pública voltadas para as questões étnico raciais em todo o território nacional:

Dessa forma a desigualdade só poderia agravar-se cada vez mais. A postura do Estado diante da necessidade de superação da desigualdade não poderia ser diferente, visto que este não se reconhecia como racista e desigual e, portanto, não considerava que havia diferenças ou discriminações dentro da sua sociedade harmoniosa. (MARÇAL; LIMA,2015, P.74)

Portanto conforme MARÇAL(2015) nos finais da década de 1980, o país sentia o gosto da liberdade, os movimentos sociais agitavam-se e buscavam por seus representantes políticos, buscando assim a sensibilização para suas demandas , assim os movimentos negros juntamente com outros movimentos organizados começam a se planejar aspirando alcançar as garantias legais que lhes foram negados a muito tempo.

Para TELLES(2003) e concordamos também que o ponto inicial e principal para se fortalecer as lutas e reivindicações em torno das questões étnico raciais e ainda outras causas sociais existentes na sociedade, foi justamente a Constituição de 1988, a qual trouxe em suas linhas a garantia dos principais direitos humanos os quais são significativos para o desenvolvimento da nação, da educação, da saúde e da assistência social.

Acreditamos assim que se dava o início para novas possibilidades de luta contra o racismo no Brasil , o que nos traz de forma legal na constituição os princípios de tolerância e do multiculturalismo, garantindo direitos e identidades, e assim podendo dar aberturas para a construção e elaboração de outras leis e ações para se combater o racismo.

A democratização vivenciada e legalmente estabelecida pela Constituição de 1988-oferecia possibilidades de avanços a grupos organizados. O movimento negro, que já havia atuado como força política na construção desse momento democrático, iniciou campanha massiva de combate à desigualdade racial existente, contrapondo o discurso de que na sociedade brasileira não existia racismo. Assim aliado a outros seguimentos, esse movimento expandiu as discussões sobre a necessidade de implementação de políticas de ações afirmativas. Esse foi o cenário da década de 1990, vivenciado em um contexto bem democrático. Na academia, os intelectuais começaram a realizar de forma mais periódica estudos sobre raça como campo de análise das ciências sociais, os quais confirmaram a posição racista brasileira. Essa

condição preconceituosa ficou cristalizada na comprovação, por meio de pesquisas, da constituição da situação econômica gerada pelo tratamento historicamente desigual de raças. Diante dessa constatação, não foi mais possível a sustentação da farsa de ser um país não racista. (MARÇAL; LIMA,2015, P.75,76)

Percebemos assim que com a Constituição de 1988 os movimentos negros e também outros grupos organizados ganham forças para suas reivindicações e o mais importante é que começam as pesquisas científicas nas academias sobre as questões étnico raciais para que tenhamos informações precisas e reais sobre a questão negra na sociedade.

Observa-se que na década de 2000 acontecem com mais evidências as mudanças sociais e de certa forma políticas também, pois

Depois do reconhecimento, nos anos de 1990, do racismo presente em nosso país e das recomendações da Organização das Nações Unidas (ONU) aos estados signatários para estabelecessem políticas públicas para de reconhecimento das diferenças culturais, os governos brasileiros iniciaram, desde então, a implantação e a implementação de políticas de ações afirmativas. (MARÇAL; LIMA,2015, P.07)

Guimarães (2012) nos diz que:

Geralmente chamamos de ações afirmativas toda e qualquer política que tem por objetivo promover o acesso (e a permanência) à educação, ao emprego e aos serviços sociais em geral de membros de grupos estigmatizados e sujeitos a preconceitos e discriminações. Essas são políticas que buscam principalmente assegurar oportunidades de recrutamento e acesso, através de tratamento preferencial ou mesmo do estabelecimento de cotas para membros desses grupos (p.113)

As ações afirmativas também precisam buscar a equidade e ferramentas para que seja possível combater as ações preconceituosas e discriminatórias no país, pois “Mais do que punir, podemos e devemos prevenir. Mais do que combater a discriminação, devemos promover a igualdade.” (SILVA Jr; HÉLIO. 2002, p . 12.)

Sabemos que o preconceito étnico racial no Brasil é concreto, porém escamoteado através da tão falada democracia racial, precisa-se desconstruir todas

as ideias preconceituosas que foram construídas historicamente em relação ao afrodescendente, segundo MOREIRA(2010):

Mesmo com a alforria nas mãos e a sensação de liberdade que atingiam aqueles que conseguiam a tão sonhada “carta”, os libertos precisariam enfrentar outro obstáculo tão cruel quanto a escravidão: o preconceito. A aceitação do negro liberto era um trauma a ser superado pela sociedade. Os questionamentos sobre o que fazer com eles não preocupou as políticas da época. Deixá-los à própria sorte foi a conduta determinante. (p.16)

E ainda Moreira(2010) ressalta que :

Do ponto de vista da Biologia, raça é uma palavra inadequada para as comunidades humanas porque traz em seu bojo a ideia de espécies ou subespécies do reino animal. Daí a decisão de se usar a palavra etnias quando o assunto estiver ligado a comunidades humanas. A palavra racismo tem sua origem em: Racist do inglês, ou racisme do francês e representa uma doutrina que sustenta a superioridade de certas etnias sobre outras. Racismo consiste, também no resultado de um processo histórico utilizado para justificar a exportação política, social e econômico exercido sobre determinado grupo social.(p.21)

As teorias sobre o racismo alcançaram uma grande projeção a partir do início do século XIX. Segundo Silva, (2002),

(...) a partir das interpretações equivocadas e abusivas das teorias evolucionistas de Charles Darwin. Foi feita uma hierarquização das diferenças de ordem física que se constata entre os seres humanos, transformando-as em desigualdades, em marcas de superioridades para uns/mas(fenótipo branco/europeu) e de inferioridade para outros/as (negros/africanos) (p. 36.)

Silva (2002) ainda diz que no caso do Brasil as ideias de racismo foram favorecidas com a divulgação de teses médicas, tiveram o aval de juristas, foram eternizadas pelos escritores, divulgadas pelos sociólogos e historiadores que, baseados em crenças vigentes na época, buscavam comprovar a suposta inferioridade do afrodescendente.

O Brasil, de acordo com dados históricos, foi o país que mais escravizou africanos. A população de afrodescendentes, em nosso país, era muito grande. Isso fez com que a classe dominante fortalecesse ideias e teorias racistas, fazendo com

que aumentassem os preconceitos contra as pessoas negras. O objetivo era claro: garantir a manutenção de privilégios para uma determinada classe, no caso, a dominante.

O preconceito, sob diversas formas, ainda se apresenta em nossas relações sociais diárias. Vejamos, a respeito, o que dizem BANDEIRA; BATISTA (2002), onde coloca que de forma geral o preconceito tem efeito negativo com certo descrédito no meio social:

Estudos mencionam esse fenômeno, vinculando-o à discriminação e à exclusão, e contribuíram para trazer à luz uma realidade relativamente oculta que se torna cada vez mais consciente e concreta para um maior número de pessoas. Isso permitiu que alvos de preconceito nomeassem finalmente seu sofrimento, passando desse modo a lutar contra para que os algozes compreendessem o efeito deletério de sua atitude. (p. 10)

Fica claro, pela citação, que o preconceito sempre surge de forma disfarçada. Raramente ele é assumido. Raramente é explícito. O preconceito, uma vez assumido, molda o caráter da pessoa, e, como tal, a partir de então, passa a fazer parte da personalidade do sujeito.

Daí a necessidade da educação em todos os sentidos. Educação para que se impeça a formação desestruturada das crianças, pois o racismo pode ser considerado como uma maneira ligada a forma do pensamento se desdobrando em modos de agir.

Prevalece ainda em nossa sociedade a forma errônea, a convicção de que alguns são diferentes e, em decorrência da raça, da cor da pele, com um grau de inteligência avançado ou não. Criam-se estigmas que repercutem na vida social. Um texto clássico sobre o tema nos traz uma reflexão primordial:

O estigma é a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena (...) o termo estigma será usado [de acordo com a concepção do autor] em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem honroso, nem desonroso. (Goffman, 1988, pp. 7-13)

Sabemos que, uma vez se sentindo estigmatizado, o sujeito se sente, também, excluído, marginalizado. O racismo, portanto, comporta diversos desdobramentos. Silva (2001) explica-se como racismo “uma expressão mais ampla que abrange, além do preconceito, hostilidade, discriminação, segregação e outras ações negativas manifestadas em relação a um grupo racial/étnico”(p.23).

Ainda em conformidade com o mesmo autor, o racismo pode ser dividido em três níveis distintos: o individual, o institucional e, por fim, o cultural. Vejamos, pois, o que ele diz:

No individual, um membro de um grupo racial julga-se superior a outro simplesmente por pertencer ao grupo tido como superior (branco, por exemplo). O racismo acentua atributos positivos do grupo que se acha superior e atributos negativos do que é inferiorizado, retira a humanidade do grupo racial em posição de inferioridade, transforma a diferença em desigualdade. (Silva, 2001, p.77)

No nível institucional:

“...instituições (Estado, escola, igrejas, empresas, partidos políticos etc.) a serviço dos pressupostos do racismo individual; limita a partir de algumas práticas institucionais as escolhas, os direitos, a mobilidade e o acesso de grupos de pessoas(negras por exemplo)a determinadas posições ou ao seu desenvolvimento pleno”(p. 77)

Já se tratando do nível cultural, podemos entender o racismo como:

a expressão individual institucional da superioridade da herança cultural de um grupo étnico-racial com relação a outro; ou seja, o racismo se expressa na cultura quando todos os saberes produzidos pelas sociedades milenares africanas, por exemplo, não tem o valor cultural de saberes greco-romanos. (p.77)

Percebemos então, que o racismo é um preconceito contra um grupo específico, geralmente um grupo diferente daquele em que a pessoa está inserida, e, assim sendo, é uma manifestação subjetiva produzida por vários instrumentos e mecanismos sociais. Sabemos, ainda, que a nação brasileira foi constituída a partir de diferentes e ricas matrizes étnicas e culturais. Somos, portanto, uma sociedade plural, diversificada, multicultural.

As diferentes classes sociais, constituídas e construídas ao longo dos anos com base em uma economia exploratória, com ações violentas e ligadas a escravidão geraram, ao longo da nossa história, maneiras diferentes na maneira de pensar e da maneira de agir.

Todos são iguais perante a Constituição Federal, sem qualquer discriminação ou distinção, traz a afirmação ainda que são e objetivos principais das constituição o de “promover o bem comum”, tudo isso evitando e excluindo qualquer forma de discriminação ou preconceito origem, de raça, de sexo, idade e ainda de cor”.

Vale destacar os principais crimes referentes as ações ou manifestações preconceituosa em relação as questões étnico raciais (Leis N.º 7.716/89 e 9.459/97), estão os seguintes:

- 1 – Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Pública, bem como negar ou impedir emprego em empresa privada.
- 2 – Recusar, negar ou impedir a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino público de qualquer grau;
- 3 – Impedir o acesso ou recusar o atendimento nos seguintes locais: a) restaurantes bares e confeitarias; b) estabelecimentos esportivos, casas de diversões e clubes sociais abertos ao público; c) hotéis, pensões e estalagens;
- 4 – Impedir o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e respectivos elevadores ou escadas de acesso. (BRASIL,97)

Quando nos referimos ainda ao racismo, vale lembrar que o racismo surge e desenvolve-se em todos os campos sociais, inclusive na família, segundo Moreira (2010):

A consciência racista, também pode ser moldada no seio familiar, onde os costumes são transmitidos de pai para filho, na escola ou em qualquer comunidade social, onde o ser diferente, que foge aos padrões da sociedade, corre o risco de ser, de alguma forma, discriminado. (p.21)

E com esta observação podemos dizer que em certas situações o racismo e o preconceito são construídos diariamente em todos as instituições sociais.

2.3 A Lei 10.639/03 e o papel da escola na formação da sociedade contemporânea

Para falar do papel da escola se faz necessário falar em gestão escolar e as políticas públicas, e isso nos remete aos anos de 1990, ano em que teve fortes características os vários acordos nacionais que buscavam a renovação dos sistemas educativos (BITTAR; OLIVEIRA,2004):

Estes pactos educativos procuravam modernizar os sistemas de ensino adaptando-os às exigências da economia globalizada. As reformas educativas fizeram parte da agenda política, que visava a reformar toda a gestão das políticas públicas, focalizando especialmente a descentralização. (BITTAR; OLIVEIRA,2004, p.17)

E é neste aspecto que se observa que em muitos países foram desenvolvidas e implantados muitas reformas tanto pedagógicas quanto administrativas, e assim,

Inicia-se, desse modo, um processo de transformação educativa que responde especialmente às demandas dos setores produtivos-preparar os sujeitos para o mundo do trabalho-, e deixa de lado aspectos fundamentais como o cultivo da solidariedade, da democracia, da igualdade e a consagração da cidadania. Por sua parte, os estados ajustaram as normas legais e desenvolveram uma série de políticas que procuraram adequar-se as novas realidades impostas. (BITTAR; OLIVEIRA, 2004, p.18)

Portanto as reformas visam alcançar mudanças na forma de gestão e inclusive na busca pela melhoria dos sistemas educacionais, acreditamos que uma boa gestão com o uso de boas políticas públicas seja capaz de mudar de forma positiva as realidades locais.

Algumas mudanças se processaram em relação a teoria e a prática das políticas públicas e da gestão da educação básica, principalmente na década de 1990, e tiveram seus reflexos no Brasil (CAPANEMA,2004), a autora ainda identifica traços destes novos rumos:

O primeiro deles, de singular importância, a inseparável relação entre a reforma do Estado e a visão dos problemas educacionais, equacionadas nas políticas que definem uma gestão estratégica. O segundo traço é a grande

identidade nas tendências de transformação dos sistemas educacionais, identidade que não é casual, pois além das raízes teóricas comuns, as soluções assemelhadas para problemas parecidos, mas não iguais, resultam de orientações de organismos internacionais prestadores de assistência técnica e de financiamento. O terceiro traço da afinidade das tendências de transformação dos sistemas educacionais é que essa afinidade exige que seja descontada diversidade cultural, política, étnica e histórica para a necessária contextualização, no cenário geopolítico em que as reformas são implantadas. (CAPANEMA,2004, p.36)

Portanto não se pode negar que muitas e grandes mudanças vem surgindo para configurar novas formas das políticas públicas neste grande universo globalizado, fazendo necessário que cada país, nação ou até mesmo pequenas comunidades possam assimilar as inovações, as reformas e ainda possam preservar as identidades culturais de seu povo.

Conforme Capanema, (2004):

Apesar de notáveis avanços na cultura política, nas políticas públicas de educação, no conceito e na prática da gestão educacional, é ainda de se lamentar que as intenções expressas na linguagem constitucional ainda não se tenham realizado plenamente. Passados quinze anos da promulgação da nova Constituição, a sociedade dá mostras de que não tolera mais as cifras de exclusão social, o padrão iníquo de distribuição de renda, a aguda estratificação social e a desigualdade de oportunidades educacionais. (CAPANEMA,2004, p.38)

Portanto para que o país realmente seja democrático, se faz necessário urgente que em sua prática realmente aconteçam o que prevê nossa Constituição, e que as oportunidades sejam garantidas a todos, pois o povo precisa sim, do direito a escola, mas que sejam garantidos sua permanência e conclusão dos estudos desde a primeira etapa até sua formação de graduação. Pois:

A questão que permanece é se os formuladores das políticas públicas têm sido capazes de encontrar estratégias e recursos para pôr em efetiva prática as propostas teóricas. No Brasil, o novo paradigma de gestão educacional, apesar das experiências bem-sucedidas ainda se confronta com obstáculos de caráter histórico, políticos e culturais. (CAPANEMA,2004, p.39)

Vale ressaltar que além de políticas governamentais, a gestão de uma escola é de suma importância também para o desenvolvimento da prática da políticas

públicas e leis educacionais, pois NAVARRO(2004) aponta a democratização como meio de melhor resultados na prática:

A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica o aprendizado e a vivência do exercício de participação e tomadas de decisões. Trata-se de um processo a ser construído coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica de cada sistema de ensino (municipal, distrital, estadual ou federal), de cada escola. (NAVARRO, 2004, p. 23).

Portanto o autor deixa transparecer que o modelo de gestão democrática esteja muito bem preparada para uma organização e desenvolvimento da prática educacional em que possa complementar de forma construtiva e ainda venha a transformar o meio em que esta inserido .

Portanto em uma gestão democrática a parte administrativa da educação tem sua grande importância pois,

Entende-se a Administração da educação como uma instância inerente à prática educativa, que abrange o conjunto de normas/diretrizes e práticas/atividades que garantem, de um lado, o significado ou o sentido histórico do que se faz e , de outro lado, a unidade do conjunto na diversidade de sua concretização, e que a Administração da educação engloba políticas, planejamentos, gestão e avaliação da educação. (GIANCATERINO, 2010 p. 63).

O autor destaca ainda a importância do papel da educação juntamente com a gestão e que se faz necessário ter consciência do papel da educação, reafirmando assim a necessidade de uma gestão democrática:

Vale ressaltar o papel e a função social da educação e da escolarização, bem como o da gestão da educação e os limites a ela impostos, devidas às transformações vivenciadas pelo mundo do trabalho, resultantes das políticas de racionalização de produção. Assim, é preciso ter consciência do papel da escola que pode se tornar um reproduzidor do aparelho ideológico do Estado e se constituir em uma instituição comprometida com a transformação social. Por meio desse embasamento, cabe a cada escola buscar a forma de escolha do dirigente, de tal sorte que favoreça a participação da comunidade, proporcionando mecanismos para a gestão democrática, pois a implementação deste modelo possibilitará a cada escolas liberdade para agir, julgar e avaliar seus procedimentos e esforços com o trabalho coletivo, oportunizando o amadurecimento da comunidade escolar. (GIANCATERINO, 2010 p. 56-57).

Destacamos também que neste modelo de gestão democrática é de suma importância destacar a construção do Projeto Político Pedagógico, e que seja construído com base na realidade local, contando com a participação de todos, destacamos ainda a necessidade da habilidade e competência da gestão, assim se torna possível o desenvolvimento de uma gestão democrática:

O poder não se situa em níveis hierárquicos, mas nas diferentes esferas de responsabilidade, garantindo relações interpessoais entre sujeitos iguais e ao mesmo tempo diferentes. Essa diferença dos sujeitos, no entanto, não significa que um seja mais que o outro, ou pior ou melhor, mais ou menos importante, nem concebe espaços para a dominação e a subserviência, pois estas são atitudes que negam radicalmente a cidadania. As relações de poder não se realizam na particularidade, mas na intersubjetividade da comunicação entre os atores sociais. Nesse sentido, o poder decisório necessita ser desenvolvido com base em colegiados consultivos e deliberativos (BORDIGNON & GRACINDO, 2002, p. 151-152).

Giancaterino (2010) ressalta que para uma escola ter eficiência e ser bem eficaz, se faz necessário um bom gestor com uma boa liderança, pois será ele quem irá buscar as estratégias fundamentais para o bom desenvolvimento dos trabalhos educacionais,

A liderança organizacional é um dos fatores que contribuem para o alcance da escola eficaz, e é o líder quem irá promover estratégias adequadas de atuação e participação de todos os envolvidos no processo educativo. Nessa perspectiva, a autonomia implica, por um lado, a responsabilidade dos profissionais, dos alunos, dos pais e da comunidade e por outro lado, a preocupação de aproximar o centro de decisão da realidade escolar. Lembre-se de que a liderança da escola pode ser reforçada pela própria equipe de trabalho, priorizando assim um ambiente democrático, favorecendo a participação dos diversos atores que compõem o processo educativo, em que a coesão e a qualidade de uma escola dependem, em larga medida, da existência de uma liderança organizacional efetiva e reconhecida, que promova estratégias adequadas de atuação e estimule o empenho individual e coletivo na realização dos projetos de trabalhos. (GIANCATERINO, 2010 p. 60-61).

Posso dizer que as leis e as políticas públicas são de fundamental importância para buscar melhorias sociais e ainda corrigir demandas sociais dos grupos discriminados, porém se faz necessário que a gestão esteja muito bem preparada para poder fazer a diferença, e realmente tornar as políticas públicas concretas e eficientes na vida real da sociedade.

Entendo que não haveria necessidade de abordar esse tema se o racismo e o preconceito não existissem no Brasil. No entanto, sabe-se que, embora o Brasil tenha sido tido como um país sem preconceitos durante muitos anos, na atualidade é um país que possui preconceito de ter preconceito. Entendo também que esse é um tema muito difícil de ser abordado, inclusive na escola, mas o racismo necessita ser elucidado para que evitemos maiores danos às pessoas que o enfrentam. (RANGEL, 2006, p. 73.)

Talvez devido a toda carga de preconceito que, consciente ou inconscientemente, se acumulou durante décadas, constatamos que muitas pessoas, ainda hoje, não se definem como negras principalmente, quando consultadas para as pesquisas, isso deixa transparecer que as pessoas se omitem e não se assumem quanto à sua verdadeira condição ou quanto às suas verdadeiras origens. (SOUSA,2021,P.32)

O Brasil, foi um dos últimos países a abolir a escravidão. “O Brasil adiou ao máximo o dever de libertar os africanos e seus descendentes escravizados. Carregamos a desprezível marca de ser a última nação a abolir a escravidão. “Lutamos ainda hoje para que tenhamos uma democracia substantiva” (Cavalleiro, 2001, p.142).

Para entender melhor o grau de preconceito que se manifesta na forma do racismo que se desenvolve na nossa rotina diária, é preciso que as pessoas conscientizem-se quanto à sua identidade, quanto à sua condição humana e, o mais importante, que se aceite como é.

Para isso, é preciso que conheça e respeite a sua verdadeira origem. Só assim pode refletir sobre seus valores, suas crenças, sua cultura. Poderá, então, perceber que a sua capacidade não está vinculada à ‘raça’, ou à cor e que todo ser humano é, geneticamente e biologicamente, capaz, que possui as mesmas qualidades e defeitos dos demais.

Concordamos com SOUSA,2021 quando nos fala que

Precisamos, urgentemente, investir na mudança efetiva de pensamentos e comportamentos, evitando olhares discriminatórios do ser humano em relação a si mesmo e aos demais. As teorias que trabalham com a hipótese da descoberta da origem humana nos remetem a um só criador e a uma mesma região. Reforçamos, portanto, que todos somos iguais e viemos e iremos para o mesmo lugar “do pó viemos e ao pó tornaremos”.(P.81)

O autor ainda propõe que os educadores possam orientar seus alunos que façam suas próprias pesquisas sobre a temática e assim poderão construir seu conhecimento a respeito deste tema, nos fala ainda que,

Com tais atividades, a finalidade primordial é, na prática, levar os alunos para uma construção de conhecimento onde todos, destruindo preconceitos, construindo novos valores, possam perceber que somos iguais e o que diferencia é somente a quantidade de melanina no sangue. O que em nós pode mudar é a coloração da pele ou a cor dos olhos, ou ainda os cabelos. (p.84)

Essa conscientização advém também do papel primordial que a educação exerce na vida das pessoas. A escola precisa conscientizar e também trabalhar a autoestima dos alunos afro descendentes. Tornar esses alunos cidadãos em plena posse do seu exercício de cidadania.

Que as nossas diferenças sejam consideradas como aspectos positivos e não possibilidades discriminatórias, que possamos, um dia ter orgulho das nossas origens, ter orgulho das nossas diferenças.(SOUSA,2021,p.86)

A escola, no entanto, nem sempre corresponde ao seu verdadeiro papel social: de formar cidadãos críticos construtivos desprovidos de preconceitos discriminatórios, formar com e para a conscientização e esclarecimento dos alunos. Infelizmente, a escola vem, num processo especular, reproduzindo tudo o que acontece na sociedade, ou seja, reflete o que acontece na vida social do dia-dia.

A discriminação e o preconceito ainda continuam presentes, direta ou indiretamente, em quase todas as escolas. Não é somente no ambiente escolar, mas o processo discriminatório se propaga em outras instituições como bancos, secretarias, entidades públicas e privadas, dentre muitas outras.

SANTOS (2001) realizando atividades para a coleta de informações em sua pesquisa nos fala que :

a) Alguns educadores, apesar de identificarem visões estereotipadas de negros e mulheres nos livros didáticos, continuavam a utilizar esses materiais sem que, na maioria das vezes, propusessem uma leitura crítica em conjunto com os alunos.

- b) Em várias falas se revelava a existência de uma menor expectativa por parte dos professores diante de crianças negras, como pode ser ilustrada pela fala de uma professora, que revelou ter ficado assustada quando chegou numa escola nova e encontrou uma sala “cheia de meninos...e “tudo” assim...escuros...negros (diz baixinho e com constrangimento). Diz que ficou preocupada, imaginando que o trabalho não daria certo; que seria uma classe de indisciplinados. A surpresa, segundo ela, foi a classe ter se revelado “ótima, de excelentes alunos...educados e estudiosos.
- c) Grande parte dos docentes atribuía o problema da discriminação à família e às próprias crianças, por não se aceitarem como negros(as) e não lutarem para conquistar novos espaços, conformando-se com a exclusão. (SANTOS, 2001, p.104)

Observamos assim que o preconceito e a falta de informação ainda prevalecem entre os muros da escola e por entre educadores, nesta mesma pesquisa a autora continua descrevendo suas principais observações no espaço escolar, e que a partir de suas observações chega à algumas considerações:

- a) A escola, embora reconheça que seu mais utilizado instrumento de trabalho (o livro didático) seja um contenedor de visões estereotipadas e discriminatórias, tem dificuldades em perceber-se responsável pela visão, atribuindo a responsabilidade à família e à própria criança.
- b) A falta de formação e habilidade dos educadores para lidar com as relações do cotidiano escolar marcadas por discriminações os leva a medidas não problematizadoras da diferença, apelando para convicções tais como: “Todos merecem respeito porque são filhos de Deus” ou “E daí que você é negro, o importante é que você tem saúde...”.
- c) Os educadores tem dificuldade em aceitar que a diferença, para alguns grupos, é sinônimo de desigualdade de menores oportunidade...
- d) A discriminação, na maioria das vezes, é tratada como um problema do discriminado sem incluir os discriminadores, os “privilegiados”. “São eles mesmos que se autodiscriminam, que se sentem inferiores”. (SANTOS, 2001, p.105)

Muitos são os teóricos, os estudiosos que se ocupam do tema. O racismo se sustenta da suposição de que diferentes grupos raciais ou classes sociais são superiores uns aos outros. Essa proposição é medida e legitimada pelos modelos de beleza, de dinamismo, de inteligência que são divulgados amplamente pela mídia.

São ainda, resultados de uma experiência branca de ancestrais europeus masculinos e poderosos que constituem a base das classes sociais, médias e altas. Em termos educacionais, estas questões não são tratadas e, quando são, geralmente são observadas por meio das estruturas e dos currículos escolares, das políticas

educacionais, da formação de professores, da interação entre professores, alunos e comunidade.

Muita coisa, no Brasil, principalmente em termos de Educação, é copiada de outros modelos. Essa relação feita com a história da educação dos Estados Unidos é importante, pois serve para entender e mostrar como essa influência está presente no currículo escolar e nos seus conteúdos. Por outro lado, revela qual era a real finalidade da supremacia da raça branca que era pregada na época (e hoje de forma discreta e discriminadoramente). Isso tudo exige uma tomada de decisão por parte não só da escola, mas, também, do professor e, por extensão, da sociedade em geral, para que, num esforço conjunto, possamos perceber e atentar sobre o que está sendo desenvolvido no espaço escolar, familiar e social.

O educador deve ter (cons.) ciência da importância de ser incluída a obrigatoriedade da temática História e cultura Afro-Brasileira em seus conteúdos e currículo escolar, dando espaço para as diversas vozes sociais e não apenas legitimando o discurso oficial.

Deve atentar para os diversos aspectos da nossa pluralidade cultural, mostrando não só como essa cultura se faz presente, mas como ela foi constituída, como ela se formou como ela se propaga como ela está sendo ensinada. Já a criança na escola precisa saber da contribuição que o negro teve (e tem) para a formação do Brasil, revelando sua verdadeira história de luta, de vida e as atrocidades por que passou até chegar aqui.

No entanto, com base em nossa experiência em sala de aula e em nossas observações diárias percebemos que os educadores, em sua maioria se detêm apenas aos seus respectivos conteúdos, cumprem um programa e, talvez por medo, ou até mesmo insegurança e por desconhecimento, evitam tocar nos assuntos que possam despertar polêmica.

É esperado que o exposto aqui possibilite uma reflexão maior sobre o as várias formas de preconceito que se manifesta no campo escolar e contribua para que seja possível saber identificar tais manifestações e planejar as formas de se combater essas formas de discriminação.

Quando falamos em desigualdades raciais nas escolas "é senso comum acreditar que no espaço escolar todos têm as mesmas oportunidades, que todos são iguais" (Cavalleiro, 2001, p.143). Porém esse mesmo espaço - o espaço escolar -

pode servir de palco para o desenvolvimento de grandes desigualdades levando em consideração as relações étnicas raciais.

Para Cavalleiro (2001), é sem dúvida, possível constatar que tudo parece correr bem; mas o que está explícito nas salas de aula e na escola são fotos de crianças brancas, sorridentes e felizes, além de cartazes com as mesmas representações. Nos livros didáticos só aparecem histórias e figuras em que os personagens não são negros e, quando aparecem, são apenas como personagens sem papel principal, como por exemplo, no papel de empregados, de escravos, de marginais, de ladrões ou com índole má. Essa situação é, ainda, mais ou menos geral. O quadro, felizmente, já começa a mudar, mas, de uma forma ampla, é essa, a situação que ainda temos na sociedade brasileira moderna.

A sociedade e, como parte dela o espaço escolar, ainda reforça a ideia de uma beleza europeia e da superioridade do branco (aquele da teoria de eugenia). O belo, o desejável, representado de uma forma geral na sociedade, nos lares, veiculado pelos meios de comunicação, principalmente pela televisão, é ainda o modelo europeu, branco, bem alinhado, classe média etc. Portanto, são ações e manifestações que podem parecer sem grandes significados no dia-a-dia na pré-escola,

porém são reveladores de uma prática que pode prejudicar severamente o processo de socialização de crianças negras, imprimindo-lhes estigmas indelévels. Acontecimentos como esses contribuem para um sentimento de recusa às características raciais do grupo negro e fortalece o desejo de pertencer ao grupo branco, como exemplo mostra: _ é, eu disse para ela [à professora] que eu não queria ser preta, eu queria ser como a Angélica. Ela é bonita! (Cavalleiro, 2001, p.145).

É triste que ainda existam professores que identificam os alunos simplesmente pela cor da pele. Seria, segundo essa concepção, uma forma de diferenciá-los – “a moreninha”, “a branquinha”, “a pretinha” – muitas vezes até de forma brincalhona e inconsciente. (Cavalleiro, 2001, p.145).

Essas atitudes podem refletir uma hierarquia racial e serem recebidas de forma diferentes pelas pessoas. Essa diferenciação, em que é destacada a cor da pele, pode influenciar muito no desenvolvimento psíquico da criança e, cada vez que é destacada diante de outras crianças, a tendência é que ela se reproduzirá na escola e em outros

locais da sociedade. Essas manifestações expressam um enorme desrespeito e podem causar constrangimento para as crianças.

Em muitos casos o preconceito étnico racial acontece devido a carga de conceitos acumulados aos longos dos anos sobre aquela personagem do afro descendente e é assim que Goffman (2014) se refere:

Para as pessoas presentes, muitas fontes de informações são acessíveis e há muitos portadores (ou veículos de indícios) disponíveis para transmitir a informação. Se o indivíduo lhes for desconhecido, os observadores podem obter, a partir de sua conduta e aparência, indicações que lhes permitam utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente parecidos com este que está diante deles ou, o que é mais importante, aplicar-lhe estereótipos não comprovados. Podem também supor, baseado na experiência passada, que somente indivíduos de determinado tipo são provavelmente encontrados em um dado cenário social.(p.13)

Outro fator que queremos destacar aqui é que ainda, para muitos cidadãos e professores, não são reconhecidos os efeitos maléficos que o racismo ou qualquer outro tipo de discriminação pode causar para o ser humano. Então, é de extrema importância que o professor tenha noção e conhecimento sobre o grande impacto que tudo isso pode causar, para que os docentes possam combater toda e qualquer forma de preconceito na sala de aula evitando, dessa maneira, uma reprodução da cadeia discriminatória, que vêm já de geração para geração.

É preciso que combatamos quaisquer formas de discriminação. Isso, desde cedo, para que não se alastre e contamine a todos por muitas décadas, pois, assim, ficará mais difícil de eliminá-las.

Com base nas informações de vários autores já citados percebemos que quando uma criança negra recebe manifestações em que ela seja constrangida, geralmente estas não recebem o acolhimento necessário. Convém que promovamos uma reflexão séria sobre o papel da escola, sobre as atitudes de solidariedade e convivência desenvolvidas no cotidiano escolar.

No momento em que se tiver a consciência da importância do combate e da prevenção do racismo na sala de aula e na sociedade brasileira em geral, já estaríamos promovendo em processo reflexivo sobre o tema.

O professor não pode compactuar com atitudes que exteriorizem preconceitos. Com respeito, abrindo espaço para o diálogo, para a reflexão, os docentes não podem fechar os olhos à realidade.

A ausência de atitude por parte de professores (as) sinaliza à criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação de seus/suas educadores/as. Por outro lado, para a criança que discrimina, sinaliza que ela pode repetir a sua ação visto que nada é feito, seu comportamento nem sequer é criticado. A conveniência por parte dos profissionais da educação banaliza a discriminação racial (Cavalleiro, 2001, p.146).

Quando acontece de um educador se omitir ante mesmo às pequenas situações em que possa se comprometer, ele estará ajudando a permanência do que já existe - às vezes até de forma inconsciente - na realidade escolar. É justamente essa falta de atitude por parte dos professores que possibilita que as manifestações racistas e preconceituosas acabem se tornando aparentemente normais. Desse modo,

O tratamento irônico em relação às crianças negras representa um dado a ser considerado, pois todo comentário realizado no espaço escolar, principalmente diante de outras crianças, poderá ser por essas absorvidas e entendidas como um comportamento que pode ser reproduzido; xingamentos, ofensas e ironias encobrem um preconceito latente (Cavalleiro, 2001, p.146)

O educador pode ser considerado como um exemplo em sala de aula. Não raro, ele se constitui para muitos alunos, em modelo de vida, tomando o lugar de figuras referenciais na vida do educando, principalmente quando os responsáveis que fazem parte de sua realidade não representam esse modelo necessário à formação da criança, assim é necessário que se percebam o quão é importante o professor na vida de um aluno.

Cavalleiro (2001) destaca que em algumas ações em que se apresentam os tratamentos diferenciados pelos educadores em relação a determinados alunos brancos e, em alguns casos, manifestam-se com contatos físicos como beijos, abraços e satisfação pela presença em sala, demonstrando, assim, um grande afeto pela criança branca, enquanto que a negra não recebe essas mesmas manifestações

de afeto, assim cabe o questionamento como está sendo formado a subjetividade e a auto estima daquela criança?

Os exemplos dessa natureza são muitos, confirmando assim a presença de problemas étnico raciais na escola, os estabelecimentos educacionais em muitos casos confirmam e reforçam o preconceito e a discriminação existente na sociedade. Se isso, de certa forma, é compreensível por um lado, não é, por outro lado, desejável e muito menos ainda aceitável.

O sistema educacional se depara diariamente com as mudanças que ocorrem em decorrência da modernidade e da contemporaneidade, pois estamos historicamente sob a égide da transitoriedade, onde obtemos informações precisas em poucos segundos, através da avançada tecnologia. Nesse contexto, as relações humanas também se modificam rapidamente, e a busca do conhecimento, o raciocínio humano tendem a correr na mesma proporção.

Está bastante disseminada a ideia de mudanças e inovações, entretanto existem grandes resistências em aperfeiçoar o processo ensino-aprendizagem, dando maior ênfase à avaliação quantitativa do que à qualitativa.

2.3.1 A construção da subjetividade do aluno negro

Precisamos entender como se constroem a subjetividade do aluno afrodescendente , para que seja possível desenvolver uma educação antirracista e sem a reprodução de preconceitos, digo ainda que é fundamental que possamos compreender nossas construções sociais e psicológica, pois acredito que se soubermos como se dão as construções de nossas subjetividades será possível perceber e entender como se constroem as subjetividades dos alunos negros e quais suas consequências, assim possibilitando atuar de forma educadora e transformadora em uma educação renovadora e positiva na construção do “eu” e de uma auto estima elevada.

Para SANTOS (2003),o afrodescendente sempre foi visto historicamente como algo negativado, visto como anormal, “de acordo com registros de viajantes à África negra, essa população foi considerada impura. Essa ideia era reforçada pela igreja, que portadora da autoridade da obra divina, considerava o negro como herdeiro de Cam” (p.55)

Estas ideias nos mostram que a imagem do afrodescendente sempre foi representada com depreciação de sua imagem reforçando a cada dia as construções sobre o mesmo e ainda assim podemos dizer que o próprio afrodescendente foi afetado em suas construções subjetivas, vejamos ainda que SANTOS (2003) nos reforça a ideia de que, tais explicações buscavam justificar e naturalizar o negro como ser inferior em todos os seus aspectos, intelectuais, emocionais simplesmente por ter origem africana. (p.55).

Podemos observar que houve um grande movimento para tentar justificar a incapacidade do povo negro e reforçar e apoiar o regime escravocrata, o que precisamos atentar é, será que toda esta herança ainda afeta o desenvolvimento do intelectual e cognitivo do aluno negro em sala de aula? Vejamos que SANTOS (2003) ainda ressalta que,

O lugar ideologicamente constituído que lhe foi dado é o de um ser inferior em todos os aspectos do desenvolvimento-intelectual, emocional, económico e social-, que foi reafirmado pelas várias ciências da época, também registrou que a temática da cor negra apareceu nos vários tempos da humanidade com valoração negativa: a cor como símbolo da hierarquia, de classes; marcando a moralidade, signo de morte, corrupção e o branco o signo da vida, da preza .Reforço maior foi dado pela igreja, que via o negro como representação do pecado e da maldição divina, filho de Cam, amaldiçoado por Deus e que poderia ser salvo ao ser convertido à cristandade de seus senhores.(p.39)

Pois bem, vimos que a imagem do afrodescendente sempre foi depreciada e subjugada como referência de “coisa ruim” e isto sempre se repetiu historicamente, e principalmente nos ambientes escolares, Cavalleiro (2003) nos fala que, em nossa sociedade, onde o que prevalece é justamente a visão negativa e preconceituosa que foi construída historicamente em referência ao afrodescendente e sempre colocando o branco em uma posição positiva, “isso leva a supor que uma imagem desvalorativa / inferiorizante de afrodescendentes, bem como a valorativa de indivíduos brancos, possa ser interiorizada, no decorrer da formação dos indivíduos, por intermédio dos processos socializadores”. (pp.19-20).

Sendo assim podemos dizer que nossas relações sociais estão sendo construídas a cada minuto de sua vivência e interferindo na construção de nossas subjetivações e até mesmo na construção das identidades.

Nossa preocupação está em torno de como o aluno afrodescendente vem se manifestando em sala de aula, logo concordamos com os questionamentos que CAVALLEIRO (2003) nos remete,

Então, o que significa ser uma criança negra ou branca na relação social que se realiza na escola? E, nela, o que a criança pode aprender sobre si própria e sobre os outros a sua volta? Não seria demasiado supor que a ausência desse tema no planejamento escolar impede a promoção de boas relações étnica. O silêncio que envolve essa temática nas diversas instituições sociais favorece que se entenda a diferença como desigualdade e os negros como sinônimos de desigual e inferior. (p.20)

Entendemos que a educação é um veículo de transformação social e um exercício para a cidadania, podendo ser um agente de transformação para uma vida coletiva acessando os conhecimentos para a busca da igualdade étnico racial, e ainda representando uma forte ferramenta para a construção de conhecimento, formação das subjetividades e das identidades, assim voltemos aos questionamentos de CAVALLEIRO (2003),

Se a educação é um processo social, qual seria a relação entre a aprendizagem de preconceitos, atitudes discriminatórias e a produção escolar de cidadãos? Qual o tipo de cidadão está sendo formado nas escolas? Diante das ideias expostas, torna-se necessário conhecer a qualidade do processo de socialização vivenciado pelas crianças em seu grupo familiar e nas escolas por elas frequentadas: Em que medida a socialização, promovida atualmente nas escolas, contribui para a construção de uma sociedade que seja, de fato, uma “democracia racial”, livre de desigualdades tão gritantes entre negros e brancos? Qual é a sua contribuição para a construção de uma sociedade de cidadãos menos racistas? (p.21).

São questionamentos que deveríamos fazer constantemente, pois acreditamos que a educação é um veículo importante nessa transformação, porém os educadores deveriam atentar para as questões que estão formando as subjetividades dos alunos afro-brasileiros e ainda poder observar as relações sociais que se constroem dia-a-dia no ambiente escolar.

Sabemos que a educação sempre se mostrou desvantajoso para o afrodescendente, é preciso inverter a situação e tornar a educação um espaço de inclusão e inserção em todas as suas práxis, os professores as vezes em muitas situações de discriminação e preconceito em sala de aula silencia-se , ocasionando a

vitimização do aluno afro-brasileiro, podendo até comprometer o desenvolvimento e a construção da personalidade e auto estima daquele aluno negro (CAVALLEIRO,2003, p.33).

Quando se fala nas subjetividades ainda parece ser um tema novo, porém se faz necessário que sejam percebidos temas que envolvam as construções cognitivas, sociais e contemporâneas, LIMA (2010) ressalta que:

Para enfrentar o tema da Subjetividade Contemporânea é preciso que evitemos as armadilhas do pensamento dicotômico para poder tratar de uma dimensão coletiva, que está ao mesmo tempo aquém e além do indivíduo e do mundo, aquém e além do sujeito e da sociedade. Queremos pensar uma dimensão que não possui nem a forma do indivíduo, nem a da sociedade, na verdade, uma dimensão aquém e além das formas. Esta dimensão é a das forças de produção das formas subjetivas e objetivas. (p.07)

As situações conflituosas de sala de aula em que envolvem preconceitos étnicos raciais nem sempre são resolvidas de uma forma esclarecedora para a construção do conhecimento em relação a assuntos étnicos raciais, pois como observamos muitos educadores não estão preparados para atuarem nestes episódios, logo as manifestações preconceituosas e depreciativas tendem a se repetirem diariamente no espaço escolar, caindo assim na normalidade.

2.3.2 A Subjetividade e sua materialidade

Sabemos que o preconceito é construído em nossas relações sociais diariamente e posso dizer que em muitos casos reproduzimos indiretamente manifestações preconceituosas, ou seja sem perceber podemos desenvolver o preconceito, pois já se naturalizou em nossa sociedade algumas ações preconceituosas como as brincadeiras e apelidos relacionados a cor da pele , por isso quero me ater nos processos de construção de nossas subjetividades , pois em estudos que já realizei durante a pesquisa científica de mestrado em 2010 percebi que os alunos afrodescendente não participavam das atividades expositivas, onde tinham que falar, participar, dramatizar, apresentar etc. ,por isso comecei aos questionamentos de como se constroem as subjetividades, quais as consequências ,

as causas, como isso é construído no espaço escolar e como a escola pode agir de forma positiva na construção das subjetividades .

Quando falamos de subjetividade Rey et al. (2005) nos diz que Vygotsky retrata como algo que se relaciona com a psique humana, pois Vygotsky referendou as teorias de Marx e de forma bem clara fala que, “modificando a conhecida tese de Marx, poderíamos dizer que a natureza psíquica do homem vem a ser um conjunto de relações sociais transladadas ao interior e convertidas em funções da personalidade e em formas de sua estrutura. ” (p.11)

Vejam que as conceituações da subjetividade perpassam por todo um processo de construção que envolve nossas relações culturais Rey (2005) ainda define que esta organização traz significados que podem se organizar de formas diferentes trazendo também níveis de diferenciação no sujeito e em sua personalidade, refletindo nos espaços sociais em que o sujeito está inserido (p.15)

Permanecendo ainda algumas dúvidas sobre estas formações culturais que ajudam e formam as subjetividades e que logo se materializará na formação do sujeito, vejamos que Rey (2005) destaca uma questão que podemos considerar importante nesse estudo, para ele:

a subjetividade concerne ao modo como nela se articulam o individual e o social. A subjetividade é simultaneamente social e individual, uma visão que permite enxergar, de maneira distinta, profunda, recursiva e contraditória, a articulação entre o social e o individual no psiquismo humano. O conceito de subjetividade, seja no senso comum, seja nas conceitualizações teóricas que utilizam, apontam para a subjetividade individual, para os processos psicológicos do indivíduo. Contudo, a subjetividade, encarada ao mesmo tempo como significados e sentidos, caracterizadores também dos diferentes espaços sociais que os indivíduos constituem (pp.15-16).

Portanto observamos que a subjetividade está diretamente ligada entre o social e o pessoal e que a ação da sociedade implicará na formação de todo o processo psicológico do ser humano assim é que ANDRÉ (2008) nos fala que:

Se concordarmos que os processos de subjetivação ocorrem em meio à experiência de relações entre as pessoas, tanto no âmbito micro (família) quanto no macro (sociedade em geral), deveremos refletir sobre o conjunto de operações(subjetivações) que são produções subjetivas sociais, psicológicas e cognitivas .Portanto, esperamos que fique claro que este estudo a subjetividade está sendo entendida com o modo pelo qual os

sujeitos fazem a experiência de si mesmo estando situado no cotidiano que a sociedade oferece, pondo em ação suas várias identidades.(p.16)

Logo observaremos que se destacam nestes estudos todos os processos que o indivíduo passou até sua materialização na construção de sua subjetividade onde o social sempre estará presente. Por isso MORIN (1999, apud Rey,2005) exemplifica dizendo que:

Em outras palavras, as interações entre indivíduos fazem a sociedade; de fato, a sociedade não tem um mínimo de existência sem os indivíduos vivos, (...) os indivíduos produzem a sociedade. Portanto a sociedade produz os indivíduos. Em outras palavras, são as interações entre os indivíduos que produzem a sociedade, mas é a sociedade que produz os indivíduos. Eis um processo de recursividade organizacional, recursivo no sentido de um processo em que os produtos e os efeitos são necessários à sua própria produção. O produto é ao mesmo tempo o produtor(...) (p.20)

Assim não poderemos desvincular o social do individual, pois as subjetividades pessoais estarão se formando com base nas subjetividades dos espaços sociais, ou seja “constituem-se mutuamente” Rey et al (2005, p. 20).

Gostaria de citar aqui as propostas de definições de subjetividade dentro de uma perspectiva histórico cultural apresentado por Rey (2005) vejamos:

A subjetividade seria um sistema não fundado sobre invariantes universais que teria como unidade central as configurações de sentido que integram o atual e o histórico em cada momento de ação do sujeito nas diversas áreas de sua vida. Dessa forma, a historicidade dos sistemas de sentido subjetivo aparece como momentos de sentido da ação atual do sujeito, momento este definido pela organização subjetiva da personalidade; mas, ao mesmo tempo, pelo caráter processual da subjetividade o qual se expressa na produção atual de sentidos subjetivos no percurso das ações do sujeito. (p. 35)

Vimos que a subjetividade está envolvida em um sistema que se configuram a todos os momentos da vida e que pode se manifestar nas ações do sujeito, assim posso dizer que todas as momentos de nossa vida são elementos que estão moldando nossas futuras manifestações que se basearam em nossas subjetividades, imaginemos uma criança que teve toda sua infância recheada de brincadeiras pejorativas e depreciativas, o que isso pode ocasionar em suas ações futuras com

base em sua subjetividade construída pelas ações sociais que se desenvolveram durante sua vida?

Pois bem, são estes questionamentos que brevemente nos ateremos, porém é fundamental que tenhamos o conhecimento sobre os processos de construções para que tenhamos fundamentações teóricas que possibilite futuras ações preventivas e educativas de forma a colaborar com uma boa construção das subjetivações daqueles que estão ao nosso redor, pois Rey (2005) nos diz que em se tratando de subjetividade, podemos dizer que é uma espécie de sistema, onde novos produtos de sentidos que são construídos no dia-a-dia do ser humano influenciaram no resultado de das construções de sua personalidade, (p.35)

Rey et al (2005) diz que:

Toda construção condensada na produção cultural (ideológica, espiritual e material) constitui o conjunto de práticas, tradições, crenças, valores, sentimentos, estereótipos, representações etc. que forma o substrato da subjetividade social, no qual a formação do senso comum cotidiano, as manifestações do inconsciente coletivo e a intencionalidade dos sujeitos sociais se expressam nos graus de auto representação ou autonomia social que possibilitam o contexto. (p.83)

Autores como Morin e outros estudiosos da complexidade afirmam que “o todo está na parte e a parte está no todo” tornando claro a existência das vinculações entre o indivíduo e o social que em outras palavras os sujeitos estão entrelaçados no social, a sociedade está no sujeito e o sujeito está na sociedade com bastante cautela posso dizer que tudo o que acontece fora do sujeito (na sociedade) ajuda em sua construção, podendo ser benéfico ou prejudicial na construção de sua subjetividade.

Ainda tomando como base as investigações sobre as construções das subjetividades REY et al (2005) diz que,

A subjetividade é uma construção histórico-cultural. Todo processo é vivenciado primeiro como externo em relação a outros, para depois se internalizar (lei do desenvolvimento dos processos psíquicos superiores de Vygotsky) a partir da construção própria, de sentido e de cada indivíduo social, que baseia em mecanismo de identificação segundo as vivências significativas em relação com o objeto e na relação interpessoal, em processos de introjeção-repressão-projeção (no sentido psicanalítica) e da imaginação criadora (Castoriadis) e na interpretação reflexiva da cada um. Trata-se, ademais, de um processo de mediação com o mundo objetual e das relações humanas. (p. 87)

Portanto, vimos assim que toda a experiência histórico cultural do indivíduo influenciará nas construções das subjetividades, ou seja, toda sua vivência será internalizada e internalizada posteriormente em suas manifestações sociais.

Foram feitas algumas considerações sobre os conceitos de subjetividade, portanto se faz necessário que seja direcionado os questionamentos sobre a construção das subjetividades do negro, o que nos leva a ressaltar e refletir sobre os processos que vem sendo construído em relação as construções das subjetivações do negro.

Sabemos que as vivências tem papel importante nas construções das subjetivações, ANDRÉ (2008) nos diz que “o sujeito enquanto estratificação se representa e pela representação produz um olhar que constitui sua subjetividade. Neste sentido, a subjetividade pode ser pensada como uma construção que se dá conforme as vivências que as pessoas têm” (p.61).

E com a grande carga de preconceito e discriminação étnico racial é que vem sendo construído a subjetividade do afro descendente em meio a vergonha, ao medo e o sentimento de inferioridade, ANDRÉ (2008) resalta que:

No momento em que a maioria dos afrodescendentes puder transformar sentimentos de vergonha, de medo, de inferioridade por outros como o orgulho de sua ancestralidade, por mais fragmentada que a mesma se apresenta, veremos possibilidades da ocorrência de mudanças de visões sobre o negro no imaginário social, a partir dos próprios negros, como foi o principal objetivo do Movimento Negro precedente, e acreditamos que ainda seja o objetivo dos movimentos negros atuais (p.56).

Observamos que durante o desenvolvimento do indivíduo se faz necessário uma certa avaliação de si e do meio em que está inserido, assim oportunizará a construção de sua própria identidade, pois concordamos que:

A construção da identidade será o resultado das avaliações que a pessoa fizer de si e dos outros. Essas avaliações serão responsáveis tanto pelos avanços quanto pelas crises que eventualmente ocorrem durante o desenvolvimento, a identidade será construída por meio de um processo dinâmico e dialético. A pessoa estando inserida numa cultura, experimentando trocas afetivas, emocionais, cognitivas, motoras, no seu grupo, o tempo todo, deverá alcançar uma consciência de quem sou EU e de quem é o OUTRO. (ANDRÉ, 2008, p.101).

As relações sociais vão sendo moldadas e construídas através das relações, e nem sempre acontecem de forma direta vejamos que:

Os indivíduos relacionam-se entre si não de uma forma direta, mas mediada. Mediada pelas relações que estabelecem com objetos. Objetos que não são coisas (ainda que as apreciemos como tais), mas produtos da atividade dos indivíduos, que, enquanto tais, expressam subjetividade socialmente existente e não são mais que a cristalização do sistema de relações sociais que condicionam essa subjetividade social. Esses objetos, expressão da intersubjetividade social, funcionam, ao mesmo tempo, como elementos mediadores e condicionadores dessa intersubjetividade e das subjetividades individuais (ACANDA,2002, p.16).

ANDRÉ (2008) ainda ressalta que:

A identidade é constituída em 3 dimensões:1-a dimensão pessoal, como sendo a biografia-nome, sobrenome, idade, sexo, profissão, estado civil; 2- a dimensão social: composta por categorias e atributos que os outros conferem à pessoa, e 3- a dimensão psicológica: da qual fazem parte os sentimentos em relação ao que se é ou não é (p.103)

Segundo REY et al (2005) a construção da subjetividade não depende das intencionalidades sociais deixando bem claro que:

A construção da subjetividade social não depende somente de uma intencionalidade determinada dos agentes sociais, institucionalizados ou não, mas também dos complexos de estruturas organizacionais e instituições, relações, tradições e normas instituídas historicamente na sociedade (p.87)

Assim, podemos dizer que somos fruto das ações sociais,

Tudo o que (...) nos diz respeito, a começar por (...)nosso nome e, que penetra em (...) nossa consciência, vem do mundo exterior, da boca de outras pessoas (mãe, pai, colegas, professores) e (...)nos é dado com entonação, com o tom emotivo dos valores deles. Tomamos consciência de (...) nós mesmos, originalmente, através dos outros (ANDRÉ, 2008, p.81).

As relações sociais em que estamos inseridos são fortes influências em nossa formação subjetivas, psicológicas e até mesmo cognitiva

Os processos de subjetivações ocorrem em meio às experiências de relações entre as pessoas, tanto no âmbito micro(família)quanto no macro (sociedade em geral) deveremos refletir sobre o conjunto de operações (subjetivações)que são produções subjetivas sociais, psicológicas e cognitivas. (ANDRÉ,2008, p.16)

Portanto este é um tema pouco discutido nas escolas e nas formações continuadas, quando falamos nas subjetividades e subjetivações do ser humano acreditamos ser um tema muito importante e a escola deve perceber está importância para a formação do ser.

3 MARCO METODOLÓGICO

Destacamos aqui nossos principais objetivos que nortearam nossa pesquisa, fizemos uma análise documental sobre a gestão escolar e as políticas públicas diante da aplicabilidade da lei 10.639/03 nas escolas Alexandre Vaz Tavares na zona urbana de Macapá e na Escola Estadual quilombola José Bonifácio na zona rural de Macapá , analisamos, a inclusão e o desenvolvimento das informações referentes aos estudos da “História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional” e ainda identificamos a realização dos projetos educacionais relacionados ao que preconiza a lei 10.639/03,onde obriga que seja incluído tais temáticas , estabelecidas nas diretrizes e bases da educação nacional brasileira, observando as similaridades e singularidades entre as duas escolas pesquisadas e ainda investigamos as Leis de diversidade étnico raciais e Políticas públicas educacionais em Macapá juntamente com a funcionalidade do Núcleo de Educação Étnico Racial-NEER/SEED.

Quanto ao cenário desta pesquisa, destacamos que o seu desenvolvimento foi na cidade de Macapá nas Escolas Dr. Alexandre Vaz Tavares na zona urbana de Macapá e na Escola Estadual Quilombola José Bonifácio, localizada na área quilombola na comunidade do quilombo do curiaú, destacamos ainda que as duas escolas foram escolhidas para a pesquisa justamente por apresentarem supostamente públicos diferenciados , onde a escola do quilombo possivelmente tenha um público composto por alunos do mesmo grupo étnico racial, isso por ser uma escola localizada em um quilombo, a outra escola (Alexandre Vaz Tavares),por

estar localizada em uma zona urbano de Macapá, onde tem um público composto por uma diversidade étnica racial.

A abordagem desta pesquisa foi do tipo documental qualitativa, ressaltamos que o emprego desta abordagem ajudou a imprimir um estudo de qualificação dos dados, pois os meios utilizados para extrair os dados foram a execução de relatórios com base em observações, análises documentais, para Chizzotti (2014, (P. 79) este modo qualitativo pode se ater explorando, descrevendo com base no problema, partindo da premissa que existe uma certa relação entre o sujeito e o mundo real, existindo uma interdependência ainda entre o objeto e o sujeito, com isso vinculando-se de forma indissociável entre o objeto, sujeito e as subjetivações do sujeito.

Em referência a pesquisa documental concordamos com JUNIOR **et al.** (2021) que nos fala que:

Dessa forma, a Análise Documental pode ser desenvolvida a partir de várias fontes, de diferentes documentos, não somente o texto escrito, uma vez que excluindo livros e matérias já com tratamento analítico, é ampla a definição do que se entende por documentos incluindo-se dentre eles, leis, fotos, vídeos, jornais, etc. Além disso, a proposta metodológica pode ser utilizada tanto como método qualitativo, quanto quantitativo e tem como preocupação buscar informações concretas nos diversos documentos selecionados como corpus da pesquisa. Destaca-se, portanto, a pesquisa qualitativa como percurso metodológico, sendo assim, entendida como instrumento de compreensão detalhada, em profundidade dos fatos que estão sendo investigados. (p.37)

Em nossa metodologia fizemos também análises comparativas em fotos e imagens contidas nas escolas incluindo murais, ornamentações e outros tipos de registros existentes no espaço escolar, pois concordamos com JUNIOR **et al.** (2021).

Os diferentes documentos, entre eles leis, fotos, imagens, revistas, jornais, filmes, vídeos, postagens e mídias sociais, entre outros, são definidos por não terem sofrido um tratamento. Logo, para se utilizar os documentos, na pesquisa, cabe ao pesquisador analisá-los e definir se será ou não preponderante para o estudo, tendo o objetivo como fundamento da Análise Documental como percurso metodológico numa pesquisa qualitativa. (p.38)

Portanto nesta pesquisa documental buscamos analisar todos os projetos que as escolas desenvolvem voltadas para as questões étnico raciais, buscamos

identificar, registrar, apreciar e interpretar seu conteúdo , pois para Souza, Kantorski e Luis (2011)

A análise documental consiste em identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos. A análise documental deve extrair um reflexo objetivo da fonte original, permitir a localização, identificação, organização e avaliação das informações contidas no documento, além da contextualização dos fatos em determinados momentos. (Souza; Kantorski; Luis, 2011, p.223)

JUNIOR **et al.** (2021) reforça nossas ideias sobre nossa metodologia, pois a pesquisa documental nos oportuniza a compreender mais afundo as informações em que estamos buscando,

Portanto, a pesquisa documental é aquela em que os dados logrados são absolutamente provenientes de documentos, como o propósito de obter informações neles contidos, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que utiliza de métodos e técnicas de captação, compreensão e análise de um universo de documentos, com bancos de dados que são considerados heterogêneo (p. 42)

Com a abordagem qualitativa buscamos compreender o problema e não apenas descreve-lo:

A pesquisa qualitativa objetiva obter uma compreensão particular do objeto que investiga. Como focaliza sua atenção no específico, no peculiar, seu interesse não é explicar, mas compreender os fenômenos que estuda dentro do contexto em que aparecem (LAKATOS; MARCONI, 2019, p.300)

E como métodos de procedimentos adotamos o método comparativo, pois para Lakatos(2019), esta considera que o estudo das semelhanças e as diferenças entre os diversos grupos e formas de agrupamentos sociais, desta maneira o método em questão ele compara buscando as similaridades e ainda explica as divergências (p.86) e nossa pesquisa tem como um dos seus objetivos específicos buscar o estudo das similaridades entre as escolas pesquisadas.

E com base nestas informações fizemos a opção pelo método comparativo em dois polos de pesquisa, onde escolhemos uma escola da zona urbana de Macapá devido sua população conter a diversidade de grupos étnicos raciais e uma outra

escola de zona rural e quilombola de Macapá devido sua população ser pertencente ao mesmo grupo étnico racial.

Fizemos nossas análises em três dimensões, onde destacamos o arcabouço legal juntamente das Políticas educacionais adotadas, o Núcleo de Educação Étnico Racial-NEER/SEED, e ainda os Planos e Projetos adotados e desenvolvidos pelas escolas em questão.

E assim adotamos nossa pesquisa um estudo documental qualitativo e com o método de procedimento comparativo, pois ainda com base em Lakatos(2019) que nós referenciamos que :

Ocupando-se da explicação dos fenômenos, o método comparativo permite analisar dados concretos, deduzindo deles elementos constantes, abstratos e gerais. Constitui uma verdadeira experimentação indireta. É empregado em estudos de largo alcance e de setores concretos, assim como para estudos qualitativos e quantitativos. Pode ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação: num estudo descritivo, pode averiguar a analogia entre os elementos de uma estrutura; nas classificações, permite a construção de tipologias; finalmente, em termos de explicação, pode até certo ponto, apontar vínculos causais entre fatores presentes e ausentes. (LAKATOS; MARCONI, 2019, p.87)

Quanto a abordagem da pesquisa é importante destacar aqui suas principais características e abrangência, pois sabemos da existência dos métodos da abordagem e que são diferenciados, portanto:

Como contribuição à tentativa de fazer distinção entre termos, diríamos que o método caracteriza-se por constituir-se em uma abordagem mais ampla, com um nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade. (LAKATOS; MARCONI, 2019, p.85)

Quanto as técnicas para auxiliar esta abordagem, usamos a análise documental e a observação qualitativa, “também chamada de observação de campo, é uma técnica de coleta de dados que tem como objetivo explorar e descrever fenômenos, ambientes, aspectos da vida social de um grupo”. (LAKATOS; MARCONI, 2019, p.314):

Ela implica conhecer e aprofundar as situações sociais, mantendo reflexão contínua e observando detalhes dos sucessos, dos eventos e das interações, e faz-se pela interação entre investigador e grupos sociais, visando coletar modos de vida sistemáticos, diretamente do contexto ou situação específica do grupo. (LAKATOS; MARCONI, 2019, p.314)

Com nossas análises documentais, observações e anotações em nosso diário de campo, o que nos auxiliou para nossas reflexões e pontos de vista sobre o observado e o analisado, além disso todos os documentos requeridos para as análises nortearam a busca para as comparações das similaridades entre ambas escolas.

Em nossas análises documentais e observações sempre atentos para identificar e descrever de que forma vem sendo realizada na prática o desenvolvimento e a aplicabilidade da lei 10.639/03 na região urbana e quilombola de Macapá usando como referência as Escolas Estaduais Alexandre Vaz Tavares e a Estadual José Bonifácio, destacando ainda que buscamos identificar as similaridades e singularidades entre estas escolas na implementação das ações pedagógicas voltadas para atender os propósitos da lei 10.639/03, verificamos ainda como a escola vem desenvolvendo projetos e atividades pedagógicas relacionadas a lei no decorrer do período letivo.

Em relação as técnicas de análises de dados, para SAMPIERE (2006) a coleta de dados implica três atividades profundamente vinculadas entre si: selecionar um instrumento ou método de coleta de dados entre os disponíveis na área do estudo; aplicar esse instrumento ou método para coletar dados; (p.286) preparar observações, registros e medições para que sejam analisadas corretamente as observações e análises documentais.

Quanto aos instrumentos de análise de dados tivemos como resultado as análises provenientes dos dados das observações e as análises documentais que seguiram a linha de análise textual discursiva, construída em categorias consideradas qualitativamente uma a uma, de modo que instituíram em consonância aos gráficos um panorama de informações a respeito do desenvolvimento dos projetos que estão embasados na aplicabilidade da lei 10.639/03 que se desenvolvem nas entidades escolares pesquisadas, tomando como base o desenvolvimento de projetos educacionais que preconiza a lei citada, sempre fazendo a relação e comparação entre as duas escolas pesquisadas.

Com base na lei 10.639/03 que estabelece as diretrizes e Bases de Educação Nacional para incluir no currículo escolar da rede pública de ensino a obrigatoriedade o estudo da temática “ História e Cultura Afro-brasileira” é que procuraremos respostas para nossas indagações de como a lei 10.639 /03 está sendo aplicada no âmbito das escolas estaduais em Macapá? E quais são as similaridades da aplicabilidade da lei 10.639/03 nestas duas escolas?

3.1 Descrições do local de Estudo

Os locais de estudo desta pesquisa temos a Escola Estadual Dr. Alexandre Vaz Tavares atendendo alunos do Ensino Médio , que foi inaugurada em 1950, no período do primeiro governador do Amapá, Janary Gentil Nunes, está localizada na Avenida Feliciano Coelho, 117 no Bairro do Trem na cidade de Macapá - AP. Esta escola tem sua localização na área Urbana da cidade e tem como clientela alunos de diversos grupos étnico raciais e de diferentes classes sociais, a escola faz parte da administração pública estadual oferecendo o Ensino Médio na modalidade Ensino Regular no ano de 2020 a situação da escola estava com 1472 alunos matriculados, com 142 reprovações, 05 Abandonos, seu horário de atendimento é: Manhã, tarde e noite. Os registros de matrículas por ano no Ensino Médio 1º ano 517, no 2º ano 441 e no 3º ano 514.

A Escola Estadual Dr. Alexandre Vaz Tavares é uma unidade de ensino pertencente à rede estadual de ensino. Foi criada em 1950 através do Decreto 104/1950, ainda no Território Federal do Amapá, vinculado ao governo federal, tendo como primeira diretora a Professora Maria Carmelita Do Carmo.

O nome da escola homenageou o político, o médico e poeta, Dr. Alexandre Vaz Tavares, que muito contribuiu para a formação do Território, atuando como prefeito de Macapá em 1922. Foi um homem modesto, de maneiras educadas e finas, profundo conhecedor da Física e Química.

Até 1970, a escola possuía apenas um dos dois pavilhões existentes atualmente, com entrada pela Av. Pedro Baião. Hoje possui 16 salas de aulas e demais dependências necessárias ao seu funcionamento, atendendo a demanda escolar nos três turnos e sua entrada se faz pela Av: Feliciano Coelho, tendo como Diretor o Professor Ivan José Serrão de Souza.

Ao longo desses 69 anos de existência, a escola vem procurando, de forma permanente, construir e reconstruir um saber que compreenda, desvele e responda

às contradições e anseios da sociedade, contribuindo para a formação de uma consciência crítica para o exercício da cidadania, da vida política e cultural do Amapá. A escola tem papel fundamental da educação Amapaense, através de Projetos como Fruição das Artes, Caminhada Alexandrina, Jogos Internos AVT e Festa Junina (manifestações culturais).

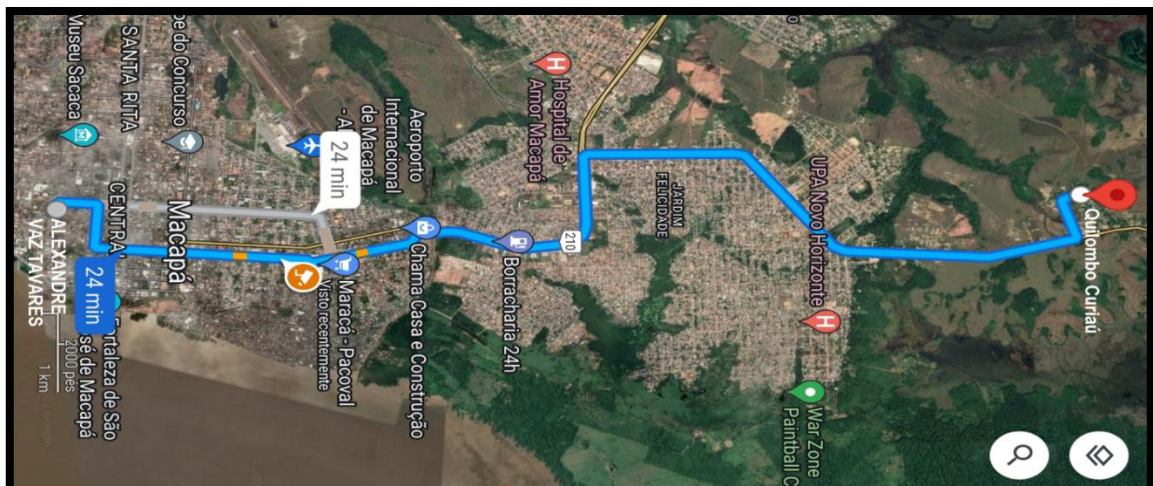
A Escola possui um quadro pessoal composto por aproximadamente 145 profissionais, dentre os quais: 01 Gestor, 01 Gestor Adjunto, 06 Coordenadores Pedagógicos, 73 Professores do Estado, 22 Professores Federais, 02 Auxiliares Educacionais, 14 funcionários da Secretaria Escolar, 04 funcionários da Biblioteca, 06 funcionários da Sala de Leitura, 05 funcionários do Laboratório de Informática, 06 funcionários da TV Escola, 09 merendeiras, 09 funcionários dos Serviços Gerais e 04 auxiliares de Direção.

Figura 1- Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares



Foto: Irineu Ribeiro/Secom - Escola Alexandre Vaz Tavares
https://portal.ap.gov.br/ler_noticia.php?slug

Figura 2- Mapa localizador das Escolas Alexandre Vaz Tavares e Escola José Bonifácio



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/dir/Escola+Estadual+Dr+Alexandre+Vaz+Tavares>

O outro local de estudo, temos a Escola Quilombola Estadual José Bonifácio, localizada na comunidade do Curiaú (ou Cria-ú), no município de Macapá, atende à demanda de alunos do 1º ao 9º ano, tanto da comunidade do quilombo, como de outras comunidades vizinhas, a escola foi criada a partir de uma preocupação do mineiro Antônio Carlos Cândido, que ao chegar à Comunidade de Cria-ú, preocupou-se com o elevado número de pessoas não alfabetizadas no local, recorrendo assim as autoridades com a finalidade de ajudar essas pessoas.

Em julho de 1945 chega o primeiro professor para lecionar/alfabetizar a comunidade, no entanto seu Manoel Cecilio Ramos, cedeu a sala de sua casa para o professor citado a cima, atender algumas crianças da comunidade, no entanto somente em 1948 foi criada uma escola na então comunidade, denominada de Escola Agrupada do Curiaú, apesar de a mesma funcionar desde 1945 somente em 23 de janeiro de 2001 foi registrada como Escola Quilombola Estadual José Bonifácio.(Projeto Político Pedagógico-PPP)

Este nome foi dado à escola em homenagem prestada ao primeiro político brasileiro a integrar a ecologia ao projeto de nação e que apesar de não ser democrata, era contra a escravidão e favorável ao uso racional da natureza, José Bonifácio de Andrada e Silva.

A escola ao longo dos tempos possuiu diversos gestores que auxiliaram para o pleno desenvolvimento e funcionamento da mesma, transformando-se assim em referência para a comunidade, fomentando a vida dos moradores da localidade e adjacências.

A Escola Quilombola Estadual José Bonifácio funciona em um prédio do Governo do Estado do Amapá e atende aproximadamente 296 alunos de ambos os sexos e idade entre 6 e 14 anos, distribuídos em 8 turmas do 1º ao 9º ano nos turnos da manhã e tarde.

O público alvo da escola são alunos de 06 a 14 anos, há alguns com distorção idade/série. E a comunidade escolar na qual está inserida situa-se em uma área de proteção ambiental na comunidade do Curiaú que é uma área remanescente de quilombo e atende alunos das comunidades próximas como, Casa Grande, Curiaú Mirim ou Mocambo, Pirativa e Canaã, Ipê, Mestre Oscar, sendo que estes alunos utilizam transporte escolar como meio de chegar à escola, sendo que maior parte deles residem na comunidade do Curiaú.

As famílias dos alunos são na maioria agricultores, alguns são atendidos pelo Bolsa Família e outros funcionários públicos com poder aquisitivo médio e baixo que

contribuem com a escola dentro de suas possibilidades econômicas. A escola, no que refere as condições físicas encontra-se em estado visivelmente precário por existir a muitos anos e não ter passado por uma reforma de qualidade que viesse a melhorar as condições da mesma. (Projeto Político Pedagógico-PPP).

Em relação às salas de aulas, todas possuem 4 (quatro) ventiladores em cada sala, apenas algumas salas são climatizadas tais como: Direção, LIED, Sala de Recursos Multifuncionais, Sala de Leitura, Secretaria Escolar, Biblioteca, 01 sala de aula e Coordenação Pedagógica. As salas não oferecem uma iluminação adequada sendo um ambiente fechado e escuro. A escola precisa de reforma nas instalações elétricas que não suportam os equipamentos como centrais de ar e computadores do ambiente escolar. (Projeto Político Pedagógico-PPP)

A Escola Estadual José Bonifácio é composta por um quadro de funcionários que dentro das suas funções contribuem para a qualidade do ensino. Quanto à formação dos funcionários docentes a maioria possui graduação nas suas respectivas áreas, o restante esta em formação continuada, quanto ao corpo de apoio a maioria possui nível médio, e o corpo administrativo também possui graduação em suas respectivas áreas.

No que se refere às condições de estudo e formação continuada a escola possibilita ao docente, sempre que possível, a participar de cursos de formação a fim de enriquecer o currículo profissional do corpo docente.

Quanto as condições de trabalho a escola disponibiliza alguns recursos para auxiliar o ensino e aprendizado do aluno tais como: LIED, Sala de leitura, Biblioteca, Quadra poliesportivo, Sala de recursos multifuncionais.

A escola é mantida pelo Governo do Estado do Amapá e tem sua proposta pedagógica voltada para a formação de crianças e jovens críticos, capazes de intervir na própria história e com uma visão de mundo globalizado no qual estão inseridos.

Quadro 1: Divisão de segmentos da Escola Estadual Quilombola José Bonifácio

SEGMENTOS E FUNÇÕES	QUANTIDADE
Direção	01
Secretaria Escolar	01
Coordenação Pedagógica	04
Professores	24
Merendeira	03
Auxiliar biblioteca	03

Servente	04
Auxiliar de disciplina	01
Auxiliar de LIED	02
Professor Sala de Leitura	02
Cuidadora	01
Professor AEE	04
Total	50

Fonte: elaborada pela coordenação de acordo com os setores

Figura 3- Escola Quilombola Estadual José Bonifácio



Fonte: Ivaldo Sousa 2022

3.2 Procedimentos detalhados

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico para fundamentar o referencial teórico da pesquisa realizado através da revisão de literatura, como se trata de um estudo de caso e por ser uma pesquisa qualitativo relacionado às questões que envolvem a aplicabilidade da lei 10.639/03 e consequentemente questões ligadas ao preconceito e a discriminação étnico raciais foi realizado pesquisas, leituras e fichamentos em um referencial teórico relacionado as questões citadas acima e ainda envolvendo as construções das subjetividades, auto estima, gestão, interdisciplinaridade e educação inclusiva renovadora.

Depois desta etapa partimos para as questões educacionais realizando as observações nos espaços educandários para identificar os senários que a escola utiliza em suas ornamentações para verificar o usa das imagens como forma de

reconhecimento indentitário e contemplação dos afrodescendentes nas imagens contidas nos espaços das escolas pesquisadas, com as observações e registro no diário de campo. Ainda fizemos a pesquisa sobre a real funcionalidade do Núcleo de Educação Étnico Racial-NEER/SEED e o que vem desenvolvendo ao longo de sua existência, ainda fizemos as análises comparativas nos Projetos Políticos Pedagógicos das duas escolas. Foi observado e analisado as leis de regulamentação e implantação da Lei 10639/03 no Estado do Amapá.

Em se tratando da observação, de acordo com Santos (2005), não é possível produzir conhecimento acerca desta problemática, utilizando-se apenas o repertório teórico já sistematizado sobre o tema, nem lançar mão apenas do repertório clássico da ciência moderna. Urge vivenciar, compreender e interpretar, estando do “lado de dentro” da manifestação do fenômeno, criando e recriando a empiria e a teoria.

Para Morin (1999) “o próprio progresso do conhecimento científico exige que o observador se inclua em sua observação, o que concebe em sua concepção em suma, que o sujeito se reintroduza de forma autocrítica e auto reflexiva em seu conhecimento dos objetos”(p.30) É necessário encarnar o objeto, tornar-se membro, ir a campo para compreender de forma situada, criando dispositivos metodológicos que permitam que o objeto se desvele no contexto do campo da pesquisa. (Macedo, 2000).

E ainda com a observação, segundo Lankshear e Knobel, (2008, p. 189)

“(...) é a ideia de alguém entrar em um ambiente suficientemente aberto para seguir o fluxo e tentar o máximo possível apenas ver o que está ali para ser visto (...)”. Na observação com observação plena, os pesquisadores envolvem-se direta e completamente com o contexto investigado, são participantes plenos da vida e das práticas cotidianas das próprias classes.

Colocar-se no lugar do outro exige do pesquisador uma escuta e um olhar diferenciados. Em vez de ir a campo apenas “coletar dados” e julgar o real a partir do referencial teórico, é preciso vivenciar o contexto cultural, interagir com os sujeitos e seus objetos técnicos, suas produções culturais.

A outra etapa, constou da realização da análise documental das escolas, onde foi analisado os projetos e ações pedagógicas que as escolas desenvolvem na temática que rege a Lei, sempre analisando comparativamente as similaridades entre as duas escolas.

Com a coleta de dados que obtivermos foram realizadas as análises de cunho qualitativo procedendo a triangulação de dados de acordo com as variáveis as de nossos objetivos gerais e específicos para compor o relato de nossa dissertação final, onde buscamos investigar como vem se desenvolvendo nas escolas Dr. Alexandre Vaz Tavares e na Escola Estadual na zona urbana de Macapá e na Escola Estadual Quilombola José Bonifácio na zona quilombola de Macapá as políticas públicas relacionados as relações étnico-raciais e a inclusão da temática “história e cultura afro-brasileira” nestes ambientes escolares e ainda fizemos estudos sobre as Leis de diversidade étnico raciais e Políticas públicas educacionais em Macapá juntamente com a funcionalidade do Núcleo de Educação Étnico Racial-NEER/SEED.

Um estudo dessa natureza apresenta-se como uma alternativa de análise de dados para que seja possível conhecermos a fundo a realidade em que vivenciamos a prática educacional da Lei 10.639/08.

4. ANÁLISES DOS RESULTADOS

4.1 As Leis de diversidade étnico raciais e Políticas públicas educacionais em Macapá

Para que seja possível termos uma visão geral das leis e políticas públicas voltadas para as questões educacionais na busca da equidade étnico racial em Macapá faremos algumas referências às leis federais referente a temática aqui discutida, portanto voltamos a falar da implementação da Lei nº 10.639/2003 no sistema educacional e que a partir desta Lei cabe providencias para sua efetividade e os Estados, Municípios, Secretarias, Conselhos de educação e demais órgãos possam sistematizar suas prerrogativas locais para que a lei possa ser efetivada e possa surtir efeito social , portanto sabemos das dificuldades da verdadeira implementação em sua prática diária escolar, portanto reforçamos e destacamos que é uma lei de grande importância para todo o sistema educacional brasileiro, pois temos nossa formação populacional brasileira recheada com a diversidade étnica racial.

Portanto faremos aqui nossas considerações a partir da Lei 10.639/2003, pois,

Podemos dizer que uma grande conquista para educação brasileira, foi a Lei nº 10.639/2003. Tal lei, de certa forma, abriu mais espaço para a discussão sobre a discriminação racial e incentivou o maior contato com a riqueza da cultura africana e afro-brasileira. No entanto, são vários os desafios no que

tange as políticas educacionais de inclusão e valorização da História da África e/ou Cultura Afro-brasileira, no espaço escolar. (Custódio,2014, p.03)

Com as análises documentais percebemos que com a lei 10.639/2003 pode ser considerado com um ponto principal de relevância para alavancar as discursões sobre as questões étnico raciais, buscando romper com as barreiras da discriminação para vencer as grandes desigualdades étnicas no país.

Sendo assim podemos constatar que a partir desta lei observa-se o crescimento deste movimento, percebemos isto com o surgimento de novas comissões, secretarias, núcleos, leis, decretos, parecer criando e regulando-se para trabalhar com as temáticas que rege a lei 10.639/2003.

Custódio (2014) nos apresenta algumas das criações que surgiram após a lei 10.639/2003, confirmando assim nossa fala anterior:

como por exemplo: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), para desenvolver e implementar políticas de inclusão educacional que assegurem o respeito e a valorização de nossa diversidade étnico racial, cultural, social, de gênero, ambiental e regional; Comissão Técnica Nacional de Diversidade, para Assuntos Relacionados à Educação dos Afrodescendentes (CADARA); criação de programa de apoio aos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) nas Instituições de Ensino Superior; ainda nesse período ocorrem a ampliação de programas para a reforma/construção de escolas e elaboração de material didático para as Comunidades Remanescentes de Quilombos; criação de programas de auxílio-estudantil unindo pesquisa, ensino e extensão; Programas de Formação de Professores na temática da História e Cultura Afro-Brasileira; Produção e Distribuição de material didático-pedagógico sobre a temática étnico-racial; realização de Fóruns Estaduais de educação étnico-racial, entre outros/as.(Custódio,2014,p.03)

Os avanços foram muitos, porém em nossa experiência diária percebemos que ainda se apresentam fragilizadas em sua praticidade.

Aqui no Estado do Amapá cinco anos após a promulgação da Lei 10.639/2003, foi apresentado o projeto de lei Nº 1.196 de 14 de março de 2008, sendo aprovado pela Assembleia Legislativa em 2008. Sendo sancionada em 14 de março de 2008 e institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo da Educação Básica e dá outras providências.

Este projeto de Lei na verdade traz em seu conteúdo a mesma matéria que trata a Lei federal 10.639/03, sendo que foi incorporado dois artigos em seu corpo, apresentando algumas novidades como por exemplo:

[...] Art. 3º Caberá ao Conselho de Educação do Estado do Amapá, desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pela Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno/DF dentro do regime de colaboração e de autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas.

Art. 4º O prazo para implementação do estabelecido no caput do art. 1º desta lei (torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira), será de 01 (um) ano, contados da publicação desta Lei. Parágrafo único. A Escola de Administração Pública do Estado disponibilizará curso de especialização para os professores de história da rede de ensino fundamental e médio, visando ao atendimento do ensino estabelecido no caput do art.1º.(LEI Nº 1.196, DE 14 DE MARÇO DE 2008)

Observa-se que a resolução estabelece um determinado prazo para implementação total da lei, onde coloca o prazo de um ano, colocando o estado para capacitar os professores através da Escola de Administração Pública, com eventuais ofertas de especializações aos professores, cabendo-nos a questionar, será que o estado já ofereceu tais especializações?

4.2 A funcionalidade do Núcleo de Educação Étnico Racial-NEER/SEED.

No ano de 2008 veremos que o Governo do Estado do Amapá Regulamenta a Lei nº. 1.230 de 29 de maio de 2008, onde vem organizar a Secretaria de Estado da Educação, após esta regulamentação é que foi criado e instituído o “Núcleo de Educação Étnico Racial — NEER, que nasceu através da Lei 1.196/08, aprovada em 14/03/08, que propunha a criação de um núcleo de educação para os afrodescendentes. (Data de criação do NEER no dia 29/05/08)” (SILVA,2021, p,04)

Da Lei nº 1.196/2008, nasceu o Núcleo de Educação Étnico-Racial (NEER), subordinado a Secretaria de Estado de Educação do Amapá (SEED), uma luta também do Movimento Negro que reivindicava a criação de um núcleo de educação para os afrodescendentes. Desta forma, a SEED, atendendo reivindicações, criou o NEER no dia 29/05/2008, a partir de um processo de reestruturação desta secretaria, atendendo à publicação do Decreto nº. 4.258 publicado no Diário Oficial do Estado do Amapá em 2008, o qual dar ênfase a necessidade de estruturar um núcleo de educação voltado para a educação das relações étnico-raciais. (Custódio, 2014, p.05)

Segundo informações documentais do NEER/SEED, nos mostram suas principais competências, vejamos:

- I – Elaborar e participar da execução dos planos, programas, projetos e ações voltados a implantação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais;
- II – Propor cursos de formação continuada e o aperfeiçoamento de professores, técnicos e gestores que atuam nas escolas de comunidades quilombolas, visando a melhoria na educação e na aplicação da Legislação em vigor, que venham atender as especificidades dessas comunidades;
- III – propor a formação continuada para os profissionais da Rede Pública Escolar da Educação, História, Cultura afro-brasileira e Africana, visando a inclusão e a preservação no ensino das origens e costumes da comunidade étnico-racial;
- IV – Propor programas de atendimento das escolas de comunidade remanescentes de quilombolas com merenda escolar, manutenção e outros a serem regulamentados;
- V – Velar pela institucionalização da Lei nº 10.639/03, assim como a Lei nº 11.645/08, no âmbito de todo o Sistema Educacional, em condições adequadas para o seu pleno desenvolvimento como Políticas de Estudo;
- VI – Propor estudos e ações voltadas para a superação dos preconceitos, a partir da construção de uma pedagogia antirracista;
- VII – viabilizar programa de estudos, elaboração e avaliação de materiais didáticos e paradidáticos, com recorte voltado pra educação das relações étnico-raciais;
- VIII – desenvolver ações de orientação curricular, assessorando em conjunto com os demais setores da SEED os planos, os programas e projetos voltados para as relações étnico-raciais no Sistema Educacional;
- IX - Manter a disposição dos órgãos de controle externos e internos, cópia da documentação comprobatória proveniente da execução física de programas, convênios, contratos, acordos e outros instrumentos firmados entre a Secretaria de Educação e outros órgãos da administração pública Federal, Estadual e Particular, cuja ação estiver sob responsabilidade do Núcleo de Educação Étnico-Racial, visando subsidiar a prestação de contas e/ou relatórios solicitados. (SILVA,2021, p,05)

Pudemos conhecer assim as principais competências deste núcleo étnico racial que faz parte do organograma da Secretaria de Estado da Educação, conforme consta nos registros das Ações do NEER/CEESP/SEED para a Educação Escolar Quilombola temos:

- 1 - Melhorias nas escolas quilombolas:
Transporte escolar terrestre/fluviial, estrutura física, estrutura pedagógica, construção de escolas, planejamento de implantação de internet em todas as escolas quilombolas)
- 2 - Programas para a melhoria de prédios educacionais
Programa escola melhor - PROEM
Programa Dinheiro Dentro da Escola - PDDE
Programa Dinheiro Dentro da Escola Estadual - PDDEE)

- 3 - Matriz Curricular para a educação escolar quilombola (em formatação inserido no Referencial Curricular Amapaense
- 4 - Referencial curricular amapaense
- 5 - Currículo prioritário quilombola
- 6 - Projeto político pedagógico quilombola (PPPQ) em parceria com o núcleo de inspeção e organização escolar (NIOE), núcleo de assessoramento técnico pedagógico (NATEP) unidade de currículo (UOCUS)
- 7 - Atendimento às resoluções 08/12 - CNE - 025/2016 – CEE – no que tange a indicação e nomeação de gestores quilombolas.
- 8 – Adimplência/inadimplência das escolas quilombolas – responsabilidade do estado. (SILVA,2021, p,04)

Ainda com base documental foi possível detectarmos que são muitas as competências do Núcleo de Educação Étnico Racial que perpassam desde pelas oficinas, palestras, assessoramento e outros mais, vale deixar aqui registrado o Plano de Ações do Núcleo de Educação Étnico Racial:

- . Zoneamento Pedagógico nas Escolas Quilombolas Estaduais (Estudos, Explicações, Discussões, Elucidação, Referenciais Bibliográfico, Construção e Distribuição de Material Didático/Pedagógico, histórico e científico que atendam a lei 10.639/03)
 - Oficinas Temáticas e identitária afro-amapaense, afro-brasileira e africana em sintonia com a lei 10.639/03
 - Palestras com temas diversos relacionado a Educação para as Relações Étnico Racial
 - Assessoramento Pedagógico em Rede
 - Programa Travessia – parceria entre o Estado do Amapá e a UNICEF – corrigir a distorção idade/série
 - Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos em parceria com a Fundação Roberto Marinho. (SILVA,2021, p,06)

O Núcleo de Educação Étnico Racial (NEER/SEED) vem desenvolvendo muitos projetos que segundo seus registros, temos:

- 1 – Projeto: **Diversidade em Movimento**
Objetivo: Visa qualificar e / ou fomentar seus projetos pedagógicos frente aos conteúdos a que se refere às Leis 10.639/03 e 11.645/08.
 - O projeto alcançou sessenta e oito escolas (68) de oito (08) Municípios.
- 2 – Projeto: **Encontro de Gestores Quilombolas**
- 3 - Projeto: **Jogos Escolares Quilombolas**
Objetivo: integrar as comunidades quilombolas do Estado do Amapá através dos jogos escolares, estimulando o desporto e conhecimento cultural além de propagar o cumprimento da lei 10.639/03, e das resoluções 025/2016 - CEE 08/2012- CNE.
Objetivo: realizado anualmente com o objetivo de informar os Gestores Escolares Estaduais, principalmente, os Gestores das 26 Escolas Quilombolas Estaduais sobre assuntos relacionados ao melhoramento das

práxis pedagógicas sob a ótica da Lei 10.639/03 e a Educação Escolar Quilombola. (SILVA,2021, p,06)

Custódio (2014) em seu trabalho denominado “Políticas educacionais e diversidade cultural no Amapá: reflexões acerca da Lei Federal 10.639/2003 e Lei Estadual 1.196/2008 no âmbito escolar”, onde faz um levantamento das atividades do Núcleo de Educação Étnico Racial (NEER) por período, vejamos suas contribuições:

Atividades desenvolvidas pelo NEER nos anos de 2011 e 2012

- a) I Encontro Estadual de Educação Quilombola que teve como objetivo discutir as novas diretrizes curriculares para a educação quilombola; b) Participação do projeto: Saberes e Direitos Afros no Quilombo do Maruanum, onde o público alvo foi a comunidade escolar e moradores - Fundamental II e Ensino Médio Modular; c) Promoção e Participação na aula inaugural do curso de especialização de “História e Cultura da África e afro-brasileira em Macapá-AP. Tema: gênero e raça: uma história de muitas verdades. O público alvo foram os professores do curso de especialização de história e cultura africana, universitários (as), movimento negro, técnicos da SEAFRO, professores (as) de o ensino modular fundamental e médio, professores de ensino fundamental I e II e ensino médio. Oferta de 100 vagas. Municípios de abrangência: Porto Grande, Tartarugalzinho, Cutias, Santana, Macapá - distritos e comunidades quilombolas; d) Apresentação de minuta do plano estadual de implementação das Diretrizes Curriculares Estaduais (DCE) da educação das relações étnico racial e ensino de história e cultura afro brasileira e africana ao plano do CEE/AP; e) Reunião com os Núcleos de Ação Educativa (NAES) das escolas estaduais para mapear as experiências exitosas de implementação da Lei nº 10.639/2003, Coordenadores de NAES e instituições parceiras e diretores e técnicos de escolas da rede pública de ensino estadual; f) Esclarecimento e sensibilização para execução da Lei nº 10.639/2003; g) Subsidiou as escolas que não implementaram a Lei nº 10.639/2003 no Estado; h) Distribuição de 30 CDs contendo as legislações norteadoras nacionais, estadual e municipal para a implementação da Lei nº 10.639/2003; i) Parceria com o Canal Futura para realização da oficina do Kit II para implementação da Lei nº 10.639/2003; j) Participação na comissão de reformulação da Resolução nº 075/2009 – CEE/AP; k) Palestras, oficinas em comunidades quilombolas; l) Curso de formação de professores do modular - I Encontro de Jovens quilombolas da SEFRO; m) Curso de formação pedagógica do “Kit a Cor da Cultura” (I Módulo); n) Distribuição de material pedagógico a escolas para implementação da Lei nº 10.639/2003; o) Mesa redonda: A pesquisa histórica e os quilombos nas terras do Cabo Norte, com o professor Dr. Flavio Gomes; p) Realização juntamente com a SEAFRO do I Prêmio SEAFRO de Igualdade Racial com o tema “Igualdade Racial na Escola é Coisa Séria”;) Monitoramento da Lei nº 10.639/2003 no período de 07/08 a 29/08/2011 - Escolas estaduais. Macapá e Santana. 42 escolas visitadas. Ensino fundamental I e médio.(Custódio,2014,p.07)

Como observamos este Núcleo de Educação Étnico Racial tem uma importância muito grande para a implementação da Lei 10.639/003 nas escolas de

forma geral, tanto as escolas da zona urbana de Macapá quanto as de zona rural e quilombola, CUSTÓDIO (2014, p.08) apresenta uma relação das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Educação Étnico Racial no ano de 2013, vejamos:

Quadro 2: Atividades desenvolvidas pelo NEER no ano de 2013

NEER no ano de 2013
Oficina: Educação para as relações étnico-raciais no encontro pedagógico da Escola Estadual Jesus de Nazaré no mês de março com professores e corpo técnico pedagógico;
Encerramento do curso de especialização de “História a e Cultura da África e afro-brasileira” – Tema: 10 anos da Lei nº 10.639/2003, você faz parte dessa história, em 21 de março de 2013 em Macapá-AP;
Oficina na Escola Estadual Lagoa dos Índios com professores e corpo técnico pedagógico;
Reunião com NAES das escolas estaduais para mapear as experiências exitosas de implementação da Lei nº 10.639/2003
Participação na comissão de reformulação da Resolução nº 075/2009 – CEE/AP - toda rede de ensino do Estado do Amapá
Palestras e oficinas com as escolas (Escola Estadual Brasil Novo, Escola Estadual José Bonifácio, Escola Estadual Gonçalves Dias, Escola Estadual David Miranda, Escola Estadual do Carmo do Maruanum Quilombola
Curso de formação de professores do modular I encontro de Jovens quilombolas da SEAFRO - corpo técnico, docentes e discentes de escolas públicas rurais e urbanas, associações de jovens quilombolas, de hip-hop, movimento de mulheres e Rap;
Curso de formação pedagógica do “Kit a Cor da Cultura” (I Módulo) – em andamento com professores de escolas estaduais, técnicos do NEER e da Secretaria Municipal de Educação de Macapá (SEMED);
Distribuição de material pedagógico a escolas para implementação da Lei nº 10.639/2003 (Escola Estadual José Bonifácio, Escola Antônio Estadual Figueiredo da Silva, Escola Estadual São Pedro do Caraná e Escola Municipal Weber Eider Quemel) - professores e alunos.

Diante do exposto percebe-se que a gestão governamental, ao que se refere as questões de educação étnico racial vem desenvolvendo suas práticas justamente para a implementação da Lei 10.639/03 e o que preconiza a Lei Nº 1.196/008, chegando a oferecer ainda conhecimentos mais científicos voltados para os movimentos culturais afro-brasileiro e história da cultura africana, mesmo assim com tudo o que já foi exposto sobre o empenho no Núcleo de Educação Étnico Racial, ainda se torna lento a prática e implementação da lei 10.639/03 nas escolas. Vejamos o que diz o interlocutor pesquisado por CUSTÓDIO (2014, p.08):

Sobre o processo de gestão/concepção e implementação de políticas públicas voltadas para as relações étnico-raciais no Amapá, observamos, por exemplo, no discurso dos/as entrevistados/as que essas políticas caminham em passos muito lentos, pois embora a Lei Federal nº 10.639/2003 e Lei Estadual nº 1.196/2008 estejam em vigor há bastante tempo, essas ações são muito pontuais e muitas vezes não alcança de forma satisfatória o público alvo.

Percebemos ainda no discurso dos/as entrevistados/as que há contradições nas falas dos sujeitos, pois enquanto alguns declaram que esse trabalho está

sendo desenvolvido, outros afirmam que em parte sim, e outros, que é totalmente ignorado. [...] São trabalhos muitos pontuais, trabalhos que são focados muito a um projeto, não é um trabalho que abarque toda a escola, esse projeto não faz parte do dia-a-dia da escola. Ele acontece mais no dia 20 de novembro e no restante do ano a gente não toca nesses assuntos [...] (Interlocutora "E"). Hoje está parada, e eu me lembro de que nós, quando eu estive lá na SEAFRO [...] Nós trabalhávamos isso com o professor Maneca, ele era secretário, e ele dizia, "*nós temos que implantar a 10.639 dentro das escolas, nós temos que fazer com que o povo comece a respeitar a nossa religião de matriz africana*"; não aconteceu, por que não aconteceu? Por falta de conhecimento, por falta de interesse [...] É por falta de interesse mesmo, ainda existe, tipo assim, aquela mordada contra o negro [...]

Portanto concordo com o autor acima citado, e posso falar com base em minha experiência de 26 anos na educação pública do Estado do Amapá e atualmente venho percorrendo todo o Estado do Amapá, levando a educação Básica para os 16 municípios através do Sistema Modular de Ensino Médio, sendo assim posso afirmar que ainda não foi possível alcançar na prática em todas as escolas o que a lei 10.639/03 preconiza.

A partir de então o Conselho de Educação do Estado do Amapá, começa a desenvolver as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pela Resolução e em 26 de setembro de 2012 publica a Resolução Nº. 51/2012-CEE/AP que estabelece normas complementares às diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo da educação básica e superior do sistema estadual de ensino do estado do amapá e revoga a resolução nº 075/2009-CEE/ap. Na Resolução nº 025/16 do Conselho Estadual de Educação(CEE/AP) estabelece normas para a criação e funcionamento das instituições de educação escolar quilombola, no âmbito da educação do Amapá e dá outras providências.

Portanto percebemos que desde a criação e promulgação da Lei 10.639/03 viemos avançando de forma lenta em nossas leis e políticas públicas locais voltadas para o que preconiza a Lei, e apenas em 2012 que o Conselho de Educação do Estado do Amapá estabelece normas complementares às diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira aqui no Amapá, com base na análise documental observamos também que o Núcleo de Educação Étnico Racial vem desenvolvendo muitos projetos voltados para a educação étnico racial, portanto voltamos para nossa experiência como profissional de educação e também com base em nossas observações durante

esta pesquisa, e nos questionamos o por que as escolas ainda não conseguem se adequar em sua totalidade aos que rege a Lei 10.639/03?

4.3 O desenvolvimento de Projetos de inclusão étnico racial nas escolas

4.3.1 Análise de Projetos da Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares

Com base em minhas experiências como educador e como atuante nas duas escolas pesquisadas é que destaco a importância do desenvolvimento de projetos e ações pedagógicas que tenham como objetivos principais tratar das questões de inclusão, onde todos os alunos possam perceber-se, identificar-se, reconhecer-se e elevar sua autoestima, por isso acreditamos que os projetos interdisciplinares que a escola venha a realizar pode ter um grande potencial para alcançar todos os alunos.

Para GOMES (2001) destaca que:

Pensar em articulação, cidadania e raça significa ir além dos discursos sobre temas transversais ou propostas curriculares emergentes. Representa questionamento acerca da centralidade da questão racial na nossa prática pedagógica, nos projetos e nas práticas educacionais e na luta em prol de uma sociedade democrática que garanta a todos/as o direito de cidadania (p.83;84)

Fizemos o levantamento documental para analisar e registrar todos os projetos que as duas escolas desenvolvem em suas ações pedagógicas e que estão voltadas para as questões étnico raciais.

Começaremos as nossas ponderações sobre as informações coletadas na Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares, onde identificamos que a escola citada não desenvolve nenhum projeto específico voltado para as questões étnico raciais, porém consta em seus arquivos de projetos da escola apenas o Projeto Político Pedagógico (PPP), onde em sua apresentação coloca seu ponto de partida: “ Qual é a escola que temos? E, qual é a escola que desejamos ter? ” PPP (2019 p.04,05)

Conforme o PPP da escola Alexandre Vaz Tavares

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Dr. Alexandre Vaz Tavares, tem por objetivo estabelecer diretrizes básicas de organização e funcionamento da escola. Tornando-se, a partir da sua implantação, o documento guia que orientará o trabalho coletivo, tendo em vista à construção

de uma realidade que é desejada por toda a comunidade escolar. O processo de construção deste documento foi iniciado no ano letivo de 2017, tendo como ponto de partida dois questionamentos: Qual é a escola que temos? E, qual é a escola que desejamos ter? As respostas dadas a estas questões compuseram o diagnóstico da situação atual da escola (marco situacional) e constituíram o arquétipo pedagógico da escola que a comunidade escolar deseja ter (marco referencial).

A partir do marco situacional e do marco referencial definiu-se a identidade institucional que a escola propõe-se construir e solidificar. Neste sentido, a escola tem como proposta educacional o desenvolvimento de um processo de ensino-aprendizagem fundamentado na legislação vigente e nas teorias sócio interacionistas que compreendem que a função primordial da instituição escolar é prover as novas gerações de conhecimentos, saberes e valores, que possibilitem o desenvolvimento de aptidões, necessárias à constituição do indivíduo completo. Assim sendo, a Instituição entende que a formação integral do educando como aquela que o capacita para exercitar a sua cidadania, qualificando-o para o mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, preparando-o para dar continuidade aos estudos, em outros níveis de ensino. (PROJETO 1, 2022 p.04-05)

Percebe-se que a escola busca uma formação voltada para a construção da cidadania e qualificação para o mercado de trabalho, sendo também um meio de preparação para a formação preparatória para os próximos níveis de ensino.

O projeto Político da Escola Alexandre Vaz Tavares tem algumas prioridades, os quais deixa bem evidente em seu texto, “ Este projeto destaca como prioridades educacionais a promoção de uma aprendizagem contextualizada, significativa e de qualidade social, que contribua para baixar os índices de reprovação, repetência e evasão em nossa unidade escolar. ” (2019 p.05)

A escola vem primando para uma formação voltada para uma preparação a ascensão ao ensino superior,

A Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares entende que uma preparação adequada para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), precisa ser sistematizada com a Secretaria de Educação do Estado do Amapá (SEED-AP), algo que escola vai formalizar através de Projeto Pedagógico para esse fim. (PROJETO 1, 2022 p.04-05)

Continuando nossas análises sobre o PPP da escola percebemos a prioridade educacional que vem descrito no projeto:

Baixar os índices de reprovação e repetência em nossa escola:
 - No ano de 2018 obtivemos 78% de aprovação no primeiro, no segundo ano 83 % e no terceiro ano 79%;

- Retidos no primeiro ano 6%; segundo ano 8% e no terceiro ano 7%;
 - Evasão no primeiro ano 8%; no segundo ano 5% e no terceiro ano 4%;
- Proporcionar uma educação inclusiva de qualidade;
- Reduzir os índices de Violência e o consumo de Drogas no ambiente escolar;
- Promover uma aprendizagem contextualizada, significativa e de qualidade social;
- Cultivar, no ambiente escolar, hábitos e atitudes para uma convivência social baseada na civilidade, na cordialidade, na sociabilidade e no respeito às diferenças individuais; (PROJETO 1, 2022 p.07)

No decorrer de nossas análises observamos que entre suas prioridades não constam as questões étnico raciais, vejamos:

A comunidade escolar compreende que a realidade em que a escola está inserida é desafiadora, e a construção do projeto político pedagógico é fundamental para a idealização de uma realidade que tenha como prioridade baixar os índices de reprovação e repetência em nossa escola; reduzir a evasão escolar da unidade escolar; promover uma aprendizagem contextualizada, significativa e de qualidade social. E ainda, cultivar no ambiente escolar, hábitos e atitudes para uma convivência social baseada na civilidade, na cordialidade, na sociabilidade e no respeito às diferenças individuais, repudiar qualquer tipo de violência e proporcionar uma educação inclusiva e de qualidade. (PROJETO 1, 2022 p.08)

Portanto percebemos que a escola vem priorizando metodologias que venham a baixar os índices de reprovação e repetência na escola, buscando reduzir a evasão escolar e ainda buscando promover uma aprendizagem contextualizada, em suas próprias palavras “significativa e de qualidade social. ”

Nestas observações se faz necessário lembrar que e concordar com GOMES (2001):

Todos nós sabemos que a educação é um direito social. E colocá-lo no campo dos direitos é garantir espaço à diferença e enfrentar o desafio de implementar políticas públicas e práticas pedagógicas que superem as desigualdades sociais e raciais. Essa é uma questão que precisa ser levada a sério pelos/as educadores/as e formuladores/as de políticas educacionais. (p.84)

O que precisa ser observado , é que a escola deixa evidente sua preocupação em evitar a evasão escolar e a reprovação, porém estes dois aspectos em muitos casos estão ligados justamente as questões étnico raciais, preconceito e a discriminação na escola, portanto é importante atentar para estes aspectos, quando se busca evitar a

evasão e a reprovação , ainda com base em GOMES (2001) que contextualizamos este pensamento, falando que:

O índice de reprovação nas instituições públicas também demonstra que há uma estreita relação entre a educação escolar e as desigualdades raciais na sociedade brasileira. O aprofundamento dessas questões aponta para a necessidade de repensar a estrutura, os currículos, os tempos e os espaços escolares. É preciso considera que a escola brasileira, com sua estrutura rígida, encontra-se inadequada à população negra e pobre deste país. Nesse sentido, não há como negar o quanto o seu caráter é excludente.(p.85-86)

Com base no PPP da Escola Estadual Dr. Alexandre Vaz Tavares, é uma escola de Ensino Médio, é de forma presencial, com organização curricular do Ensino Médio, tem a duração de 03 anos (1ª a 3ª Série). Os conteúdos curriculares observam a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, respeito ao bem comum e à ordem democrática, e o respeito à diversidade. Os conteúdos e componentes curriculares são organizados na Proposta Pedagógica Curricular, inclusa no Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino, em conformidade com as Diretrizes Nacionais e Estaduais.

A formação da cidadania e a busca pela democracia é uma das preocupações bastante citadas no Projeto Político Pedagógico da escola Alexandre Vaz Tavares, porém concordamos com GOMES (2001) quando nos diz que:

A escola, muitas das vezes, desconhece e desconsidera essa realidade. É comum o pensamento de que a luta por uma escola democrática é suficiente para garantir a igualdade de tratamento a todos/as. Essa crença é um grande equívoco. Em alguns momentos as práticas educativas que se pretendem iguais para todos acabam sendo as mais discriminatórias. Essa afirmação pode parecer paradoxal, mas, dependendo do discurso e da prática desenvolvida, pode-se incorrer no erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças. Partir dos pressupostos de que os sujeitos presentes na escola são todos iguais. (p.86)

No Projeto Político Pedagógico da Escola Alexandre Vaz Tavares, detectamos apenas uma vez a citação das questões étnico raciais, vejamos em sua integra o que vem no PPP desta escola:

O que é muito importante ser discutido num contexto de ser integral e compreendido na fundamentação do Projeto Político Pedagógico.

Da mesma forma, a Lei 11645/08, que trata sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, deve ser trabalhada, pois faz parte dos diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir da história da África e dos africanos, da luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil e suas contribuições nas áreas econômicas, social e política na história do Brasil. Esses temas devem ser trabalhados nas diversas disciplinas, permitindo a sua contextualização. (PROJETO 1, 2022 p.09)

Em todo o PPP da escola apenas esta referencia é feita, deixando transparecer que traz apenas a preocupação teórica de ser contemplada esta lei no PPP da escola, sem haver nenhuma menção a qualquer projeto pedagógico com tais preocupações, pois segundo as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais no Ensino Médio, diz que

Intervir por meio do Projeto Político-Pedagógico, ressignificado e construído coletivamente com base na realidade de cada escola é o que o Plano de Ação propõe ao afirmar a mudança em práticas em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. (BRASIL, 2006p.89)

Analisando as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais no Ensino Médio(2006) percebemos que traz orientação ao desenvolvimento de projetos vejamos o que diz em sua orientação:

Ressalta-se que o trabalho por projetos é uma das dimensões fundamentais deste processo, pois necessariamente coloca as pessoas em contato e exige negociação de posturas e princípios na escolha das perguntas a serem respondidas, do que se quer conhecer, de quais estratégias investigativas eleger e também da visualização do potencial de transformação do cotidiano, com a realidade. Educar para a diversidade implica precisamente conceber a escola como um espaço coletivo de aprendizagens. (BRASIL, 2006, p. 93)

Sabe-se das orientações para o desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados para as questões étnico raciais nas escolas, portanto não identificamos nenhum projeto pedagógico com tais características, ressalto ainda que ao solicitar ao corpo técnico da escola, foi dito pelo pedagogo que “a escola não tem nenhum projeto

para estas questões” .

Nas Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais no Ensino Médio(2006p.93) é destacado a importância de se trabalhar os projetos:

Ao trabalhar por projetos visando a apresentar e valorizar a participação da população negra na história e cultura brasileira, também podem ser focalizados os recursos e materiais didáticos, a ambientação da sala de aula, os espaços de troca e de solidariedade entre docentes e discentes, o tratamento interpessoal, bem como o tratamento das informações que circulam dentro e fora da comunidade, além das diversas formas de registro, acompanhamento e avaliação de atividades.(BRASIL,p.93)

Portanto são muitas as possibilidades para ser inserido as diretrizes para a educação das relações étnicas e para o desenvolvimento do ensino da História e cultura afro-brasileira e africana no projetos e currículo das escolas. Pois :

Nesse ponto de vista, torna-se imprescindível considerar o conhecimento e as perspectivas de vida da público jovem que frequenta as salas do Ensino Médio como motor de toda e qualquer proposta. É preciso atentar para o fato de que a juventude não é somente um tempo de vida de preparação para a fase adulta, e sim um tempo social, cultural e de construção de sua identidade. Esses/as jovens têm já uma história e precisam se reconhecer como protagonista e sujeitos de sua trajetória, e a escola necessita respeitar e ouvir o que eles/as desejam, chamá-los (as) e entendê-los (as) como parceiros(as) na construção das práticas pedagógicas.(BRASIL,2006,p.94)

Como já mencionamos não foi identificado nenhum projeto voltado para as questões étnico raciais ou que visem desenvolver o reconhecimento de identidade dos alunos, e ainda seu reconhecimento como protagonista e sujeitos da história, foi identificado e analisado apenas o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

4.3.2 Análise de Projetos da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio

Analisando o Projeto Político Pedagógico da instituição observamos sua principal missão descrita no documento que é proporcionar situações de aprendizagem e conhecimento que possibilitem aos educandos o desenvolvimento integral, possibilitando o planejamento pessoal e a participação ativa do seu contexto familiar e

social. Respeitar a si mesmo, as pessoas e a natureza. Tornando-se predisposto a sua condição racial, afirmando sua herança cultural bem como sua identidade, para criar meios de convivência e equilíbrio com o mundo, ou seja, permitir que o educando se torne um cidadão na plenitude de suas potencialidades sociais, cognitivas e afetivas. (p.35;36)

Esta missão está bem próxima das orientações e ações para a educação das relações étnicas-raciais quando se refere ao Ensino Fundamental, onde nos orienta que:

Estamos conscientes dos limites impostos pela natureza do trabalho apresentado, diante do propósito de instaurar na escola, ambiente propício ao respeito às diferenças e à valorização da diversidade, a história e a cultura negras com a dignidade que lhes é devida. É uma proposta que se apresenta desejosa de diminuir a distância entre o discurso bem-intencionado e o que efetivamente se deve e se pode fazer, isto é, entre o discurso e a prática cotidiana. (BRASIL,2006, P.54)

No PPP da escola é sempre presente objetivos que visam respeitar às diferenças individuais de forma a direcionar o trabalho de acordo com a política de inclusão, e ainda reafirma constantemente os processos que visam reafirmar a história de seus ancestrais, afim de que seus descendentes se autovalorizem através de suas tradições e manifestações culturais (batuque e marabaixo) como forma de reconhecimento a sua identidade. (Projeto Político Pedagógico,2022, P.36)

O Projeto Político Pedagógico da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio busca em seus objetivos gerais :

Oportunizar a formação intelectual e humana a toda a comunidade escolar e (extraescolar) na perspectiva de formar sujeitos críticos, investigadores permanentes da realidade local, produzindo e compartilhando conhecimentos sociais e culturais por meio de ações concretas e com um bom retorno para a comunidade escolar e o fortalecimento ao combate ao racismo(PROJETO 2, 2022 p.37).

A busca pelo combate ao racismo sempre presente neste PPP, pois a luta contra o racismo,em nosso país,vem possibilitando que sejam discutidos temas significativos para a compreensão de todo esse processo mostrando a resistencia dos africanos e seus descendentes,que não se submeteram à escravidão,que se estabeleceram e que

conseguiram manter vivas as suas tradições (BRASIL, 2006, p.56)

Vale destacar aqui os objetivos específicos que o PPP da escola apresenta:

- Proporcionar aos educandos um espaço de ensino e aprendizagem de forma crítica, reflexiva e participativa.
- Levantar periodicamente as condições reais de funcionamento da escola, como transporte escolar, alimentação escolar, infraestrutura, quadro de pessoal, recursos pedagógicos; buscando qualitativamente a melhoria destes serviços;
- Viabilizar meios para adequar o ambiente escolar com climatização e suportes necessários para garantir um ambiente saudável e propício ao processo ensino aprendizagem.
- Promover capacitação da equipe gestora e técnico administrativo, corpo docente e equipe de apoio escolar para que possam trabalhar de forma integrada e ativa na busca de melhores condições de trabalho e aperfeiçoamento de suas práticas, garantindo um planejamento participativo e uma gestão democrática.
- Oportunizar ao final de cada atividade desenvolvida momentos de avaliações para correções da prática docente.
- Incentivar a participação da comunidade e das famílias na escola promovendo ações socioculturais como gincanas, cursos, palestras de cunho cultural, ético, científico e social que possam incentivar essa parceria.
- Valorizar o Projeto “Canto de Casa” e “Curiaú Mostra a Tua Cara” que trazem temas comuns à cultura quilombola como, educação, valores e saberes, tais como: terra, identidade, religiosidades, organização comunitária, história e cultura africana e afro-brasileira e outros; Desenvolver a partir do Projeto “Curiaú Mostra a Tua Cara” atividades pedagógicas que enfatizem a aplicabilidade da lei 11.645/2008 e 10.639/03; considerando as práticas vividas, elaborando e registrando experiências de educação, de modo que estas possam compor o currículo e materiais pedagógicos desta unidade escolar. (PROJETO 2, 2022 p.37-38-39)

Um ponto que nos chama atenção nos objetivos específicos do PPP desta escola, é que já contempla a valorização dos projetos macros que a escola desenvolve durante o ano letivo como por exemplo o Projeto “Canto de Casa” e “ Curiaú Mostra a Tua Cara” que trazem temas comuns à cultura quilombola como, educação, valores e saberes, tais como: terra, identidade, religiosidades, organização comunitária, história e cultura africana e afro-brasileira e outros. (p.37;38;39)

E ainda acrescenta as atividades pedagógicas que deverão ser trabalhadas a partir dos projetos macros, onde deverão buscar desenvolver a partir do Projeto “Curiaú Mostra a Tua Cara” atividades pedagógicas que enfatizem a aplicabilidade da lei 11.645/2008 e 10.639/03; considerando as práticas vividas, elaborando e registrando experiências de educação, de modo que estas possam compor o currículo e materiais pedagógicos desta unidade escolar. (p.37;38;39). Assim percebemos que

o PPP desta escola está valorizando as Leis que regem a educação das relações étnicas raciais no Brasil.

No Projeto da escola traz a preocupação do atendimento à diversidade social, econômica e cultural existente que lhe garante ser reconhecida como instuição voltada, indistintamente, para a inclusão de todos os indivíduos. Dessa forma, o ensino e aprendizagem são contruídos de forma participativa e democrática, extraídos da vivência do aluno que numa ação dialógica favorecem a reconstrução de um novo saber.

Partindo desse presuposto, a Escola Estadual José Bonifácio busca ser um espaço de interação do aluno com o saber sistematizado tendo como base suas experiências de vida, sua cultura, tradições, valorização das identidades étnicas, ensinando o respeito às diferenças. Por ser uma escola quilombola busca valorizar a ancestralidade, preservando a cultura local do Quilombo do Curiaú, porém, não deixando de respeitar a diversidade de cada aluno mesmo que estes apresentem culturas e interesses diferentes.(PROJETO 2, 2022 p.45).

Portanto é visível no Projeto Político Pedagógico que existe uma certa preocupação com as questões de identidade, cultura local, ancestralidade, tradições, respeitando as diversidades, assim preconiza as orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais:

Estabelecer um diálogo com este passado por meio de pesquisas, de encontros com a ancestralidade, preservada ou reinventada, é fundamental no sentido de não hierarquizar, idealizar ou subestimar as diversas motivações sociopolíticas e culturais que dele fizeram parte. (BRASIL,2016, p.56)

Assim percebemos que a escola José Bonifácio busca em seu Projeto Político Pedagógico formar o cidadão dentro de um perfil em que os alunos sejam capazes de:

Portanto, o aluno egresso da E. E José Bonifácio será capaz: de dominar os saberes escolares e que estes melhorem suas condições de vida, respeitar as diferenças, o outro e a si mesmo, afirmar sua identidade étnica, ser um difusor dos costumes e tradições do Quilombo do Curiaú, valorizar seus costumes e tradições, se orgulhar de sua ancestralidade e africanidade, se apropriar de outras culturas levando consigo suas vivências e se reafirmando como protagonista de sua própria história. (PROJETO 2, 2022 p.46).

A E.E José Bonifácio é uma escola quilombola rural, onde atende em sua maioria os alunos da Vila do Curiaú, no entanto, há alguns anos vem atendendo

alunos que não são do quilombo devido a proximidade suas comunidades , e assim são outros alunos com uma diversidade cultural diversa, a escola com base nisso sente a necessidade de desenvolver projetos para melhorar as relações étnicas que irão acontecer.

O lema que rege a escola é por uma política de Ação afirmativa na Educação Básica que combata a discriminação e o racismo. Conviver em um quilombo com as diversidades, as festas e a cultura religiosa é algo que precisa trabalhar o imaginário étnico, não é fácil trabalhar com descendentes de seres humanos escravizados e forçados a condições de objetos utilitários e semoventes, também é difícil descobrir-se descendente dos escravizados, temer, embora veladamente, revanche dos que, por cinco séculos, têm sido desprezados e massacrados. Para reeducar as relações etnicorraciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E para traçarmos essa estratégia de ações afirmativas na escola foram criados alguns projetos que nortearam as ações e metas desse PPP que foram vinculados ao Projeto Curiaú Mostra a tua cara. (PROJETO 2, 2022 p.65).

Analisando o PPP da escola percebemos que já constam em suas metas a realização de muitos outros projetos educacionais dentro do seu projeto Macro denominado de Curiaú Mostra Tua cara, entre outros temos,

Quadro 3: Projetos contidos no PPP da escola Quilombola José Bonifácio

PROJETOS QUE FAZEM PARTE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Projeto Curiaú Mostra a Tua Cara 2. Programa mais educação 3. Projeto de leitura 4. Contos e Encantos do Quilombo 5. Debate Afro, 6. Projeto Conviver 7. Projeto Jardinagem e Horta Doméstica 8. Projeto Clube do Tênis de Mesa Quilombo do Curiaú 9. Noções Básicas dos recursos tecnológicos 10. Plano de Ação para a biblioteca e leitura 11. Projeto Educacional Cooperativo – PEC

Percebemos ai que a escola vem realizando uma infinidade de projetos,os quais são desenvolvidos por todos os alunos da escola durante todo o ano letivo,como foi citado acima são muitos os projetos realizados por esta escola, no entanto vamos nos ater e comentar apenas aqueles que estão voltados direta ou indiretamente para as questões étnico raciais, que é o nosso foco desta pesquisa.

A escola desenvolve um projeto macro denominado “Curiaú, Mostra Tua Cara”,

é um projeto com atividades voltadas para o fortalecimento da identidade, com resgates das tradições do quilombo, “buscando fazer com que os alunos se orgulhem de seu grupo étnico racial, busca ainda melhorar a autoestima, disseminar o aprendizado sobre a cultura e sua etnia, propagando o respeito, a tolerância e a fraternidade entre seus pares e demais. Dessa forma possibilitando aos alunos uma interação harmônica com as variadas culturas”(Brito,2021 et al,p.18). O projeto Curiaú mostra tua Cara por sua vez traz outros micros projetos interligados que são desenvolvidos durante todo o ano letivo , cada ano os projetos trazem temáticas diferentes voltadas para as questões étnico raciais, com a culminância do projeto em uma apresentação final para toda a comunidade local no final do ano letivo.

O Projeto Curiaú Mostra tua cara, ao longo dos anos vem sendo desenvolvido e sempre buscando melhorias, pois o projeto é visto como algo relevante para a comunidade local e até mesmo para o estado do Amapá,

Importância que este projeto representa, não só para a comunidade do Curiaú, mas para toda a sociedade amapaense, visto que é um projeto premiado nacionalmente³, que se dedica à afirmação da identidade étnica dos (as) educandos (as), por isso a relevância de identificar qual a situação em que este se encontra, a partir da percepção dos atores sociais que fizeram e/ou fazem parte da comunidade escolar em tela. (Videira, 2017, p.113)

Portanto nossas análises documentais nos levaram a descobrir que a Escola José Bonifácio, com o projeto Curiaú mostrava tua Cara, mesmo antes da Lei 10.632/03, assim já desenvolvia seus projetos com preocupações voltadas para as questões étnico raciais, pois segundo VIDEIRO(2017):

O projeto Curiaú Mostra Tua Cara começou a ser idealizado no ano de 2000, a partir da necessidade que algumas professoras perceberam de se trabalhar dentro da escola a temática referente a educação étnico-racial, conforme o relato da Ex-Diretora da instituição, apesar de alguns entrevistados alegarem que o projeto surgiu no ano de 2003 a documentos evidenciando que o trabalho sobre afirmação da identidade local iniciou no ano de 2000, desde 2000 esse trabalho de valorização das raízes e das pessoas mantenedores da história e cultura do Quilombo do Curiaú iniciou na escola, voltado para a educação infantil e, em seguida, detectado o mesmo problema com os (as) adolescentes da comunidade, expandiu as ações do projeto para os educandos em geral.(p.118)

VIDEIRA (2017) em sua pesquisa ainda nos remete sobre o início do projeto, como foi para a escola despertar para esta necessidade:

A ideia surgiu em uma atividade que foi realizada em uma turma da educação infantil [...] e nessa atividade corriqueira a professora pediu que os alunos pintassem a imagem da família, de sua cor. E por incrível que pareça, nenhum dos alunos pintou a imagem da cor preta e nem marrom. Isso preocupou as professoras, que indagando os alunos, ouviram deles, que não pintavam de preto, nem de marrom, porque o preto era escravo, que vivia apanhando, que eles não queriam ser escravos, nem pretos, porque não queriam apanhar e isso nos preocupou. A professora trouxe para o corpo técnico, que levou para a direção, para nós avaliarmos a situação. Foi daí que nós resolvemos criar um projeto que trabalhasse essa autoestima dos alunos, que trabalhasse sua história, que eles conhecessem sua história de muita luta [...] dos movimentos. (118)

Com base nestas informações é que posso dizer que o Projeto Curiaú Mostra tua Cara surgiu com a necessidade de fazer com que os alunos pudessem desenvolver seu próprio reconhecimento e sua identidade, passando a valorizar sua cor e possivelmente vencendo os conceitos discriminatórios construídos historicamente sobre sua história.

o projeto em tela foi elaborado inicialmente na educação infantil com o nome 'Questão de Pele' e posteriormente passou a todas as etapas do ensino fundamental. Sendo que a cada edição anual o projeto recebia um tema gerador. Em relação a isso, a Ex-Professora lembra que "o projeto foi criado com o intuito de realmente 'resgatar' a autoestima, de mostrar quem nós somos". Após o desenvolvimento do projeto foi observado segundo a Ex-Diretora da instituição a participação efetiva e o interesse das crianças pelas atividades desenvolvidas pela escola.(VIDEIRA,2017,p.119)

O Projeto Curiaú Mostra tua Cara veio crescendo e sempre buscando inovar mostrando-se sua importância para o crescimento daqueles alunos e "em 2009 o projeto Curiaú Mostra Tua Cara foi premiado nacionalmente pelo Ministério da Cultura, por meio de um concurso sobre Culturas Populares, no qual recebeu o valor de dez mil reais, que foi investido em atividades do projeto. (VIDEIRA,2017, p.113) (Grifo do autor).

A partir de 2005 o projeto era desenvolvido nos meses de outubro e novembro, período que ficava em evidência as temáticas étnicos – raciais em todo o estado, devido o Dia da Consciência Negra .

Porém, foi no final de 2009 que ficou decidido que a partir do ano seguinte o Projeto Curiaú Mostra Tua Cara, teria duração de 200 dias, o que ocorre até os dias de hoje. Todo desenvolvimento, atividades e pesquisas realizadas no projeto, são apresentadas numa culminância, que acontece no final de novembro ou em outra data acordada em reunião com os docentes da escola (BRITO, et al.,p.19)

Como foi mencionado, o projeto Macro(Curiaú Mostra tua Cara) traz outros micros projetos como por exemplo temos: Horta Medicinal / Projeto Plantando Saúde e Saberes, orientado pelas professoras, Marta, Maiara e Lucilene; Projeto Foliões Mirins, com a coordenação da professora Deusiana Machado; Horta na escola, comandado pelas professoras Núbia Lopes e Nilma Lopes; Projeto Conviver, desenvolvido pelo professor Moisés, grupo de Marabaixo, onde são convidados para aberturas de eventos e demais reuniões; Projeto Páscoa, o verdadeiro significado; Dia das Mães; Dia da Família; Festividade Junina; Dia dos Pais; Dia do Estudante; Dia do Professor; e um projeto diferenciado, Fábrica dos Sonhos elaborado pela professora Roseany Brito e desenvolvido pela equipe do projeto, composta pelas professoras Francinete, Deusiana, Nilma, Núbia e Socorro Lino, nas festividades religiosas a escola está presente na festa em homenagem a São Sebastião, São Lazaro, Santa Maria, Santo Antônio, São Joaquim, Nossa Senhora da Conceição e São Tomé.” (Brito, et al , 2021.p.37)

1 Projeto Horta Medicinal/Plantando saúde e saberes-este projeto possui um comprometimento com o meio ambiente e uma importância significativa de conscientização ambiental, destaca ainda, a necessidade de cuidar das árvores já existentes e de plantar novas, valorizando a cultura popular e o uso das plantas medicinais. Desta forma aprendem a valorizar o conhecimento repassado de geração para geração e a diferenciar as plantas medicinais, assim, também aprendem a utilizá-las, o projeto convida moradores da comunidade quilombola, as benzedadeiras, pais, avós de alunos, para repassarem conhecimentos culturais, palestrando e mostrando aos alunos da escola a sabedoria popular dos descendentes quilombolas (BRITO, et al.2021,p.38;39)

Figura 4- Projeto Plantando saúde e saberes



Fonte: Brito (2021)

2 Projeto “Minha Biblioteca Lê”- Segundo Brito, et al (2021, p. 39) “este projeto tem papel importantíssimo na escola, pois é incentivador e formador de leitores, a necessidade de formarmos cidadãos críticos e atuantes só é possível com o poder da leitura”(P.39). “Neste projeto os alunos podem fazer pesquisa, levar os livros para suas casas, fazem dramatizações, escutam contos, os alunos são inseridos no projeto desde o início do ano letivo.”(39)

3 Projeto Conviver- Este projeto é voltado para os alunos do 6º ao 9º ano, durante o projeto são desenvolvidos diálogos e atividades a partir de temas geradores que promovam reflexões e construção a ações solidárias, que possibilitem convivências harmoniosas entre alunos, comunidade, familiares e todo segmento que compõem a instituição escolar. Dentro de uma diversidade, procura-se socializar e combater todas as formas de preconceito e intolerância. (Brito et al,2021,p.40)

4 Projeto Fábrica de Sonhos-voltado para oportunizar aos alunos momentos de diversão e sonhos , ativando as recordações infantis.

Figura 5-Projeto fábrica de sonhos



Fonte: (Brito, 2021)

5 Projeto Folia Mirin de São Joaquim- neste projeto os foliões mirins aprendem as ladainhas, as rezas das festividades religiosas, e todas as tradições locais passadas pelos anciões. Para que essas tradições não se percam, uma preocupação dos moradores idosos da comunidade quilombola, o Projeto contribui para repassando os ensinamentos por gerações. (BRITO et al,2021, p.42;43). No ano de 2012 os participantes deste projeto começaram a fazer apresentações culturais, onde foram premiados em 1º lugar em um concurso realizado pela SEAFRO (Secretaria Extraordinária de Políticas para Afrodescendentes).

Figura 6-Projeto Foliões Mirins



Fonte: Brito (2021)

Figura 7-Palestra dona Rossilda(curandeira)



Fonte: Brito (2021)

6 Projeto Debate afro

Tem como objetivo proporcionar uma prática de ensino que venha estimular o aluno na construção do seu conhecimento, despertando no mesmo o interesse pela leitura e escrita de forma espontânea e prazerosa. A sala de leitura é um ambiente diferenciado, onde é valorizada a cultura local e afrodescendente e são contadas histórias africanas e da própria comunidade do Curiaú. Os Projetos irão proporcionar a leitura de contos africanos e clássicos, bem como textos diversificados.

7 Projeto conviver:

Este projeto tem como objetivo a formação de hábitos e atitudes condizentes com as normas da boa educação despertando no aluno a necessidade de uma atitude criativa e transformadora de seu universo que o capacitará ao bom convívio social, agregando valores, experiências e reflexões comuns a todos os participantes, possibilitando um espaço de aceitação, respeito, interação, amor e recriação permanente.

O Projeto Curiaú mostra a Tua Cara ,como já foi mencionado vem sendo realizado todos os anos desde a sua criação, e a cada ano traz uma temática diferente, no ano de 2019 o tema foi: **“Bença Mãe, Bença Pai”**: Resgatando a história e memórias de nossos ancestrais quilombolas,esse tema trouxe uma reflexão e resgate aos costumes e tradições usadas por gerações que estão se perdendo, práticas caindo em desuso como a de pedir bença aos pais, padrinhos , tios e familiares. (BRITO et al,2021, p. 53). Usando esta temática como tema gerador e buscando resgatar os hábitos e costumes de seus ancestrais

A cultura de “tomar a benção” beijando a mão dos mais velhos (as) mesmo que não sejam pais, mães, tios(as), madrinha e padrinhos de batismo é mais uma prática antiga mantida dentro do Cria-ú e em famílias tradicionais de Macapá. A benção é sinal de respeito aos mais velhos (sejam eles jovens, adultos, idosos (as) e desde pequenos (as) as crianças aprendem o valor deste hábito cultural antigo. (VIDEIRA,2013 p.173)

Figura 8-“Benção Mãe, Benção Pai”: Resgatando a história e memórias de nossos ancestrais quilombolas.



Fonte: Brito (2021)

Ainda a respeito do projeto BRITO et al (2021) nos fala que:

Conversando entre nós , professoras do projeto, chegamos a um consenso de que o ato de pedir benção ou bênção e de dar, fortalece os laços de fé com seus familiares e para com o próximo, desejando força, proteção, felicidade e respeito ao outro. Lembramos ainda que esta prática é feita tanto na saída ou chegada dos lugares em que as pessoas de seu ciclo familiar esteja, algumas formas lembradas a resposta de pedir a benção por nós foi: Deus te abençoe, Deus te guie e te guarde, Deus te proteja e Deus te faça feliz. Algumas pessoas esperam que esse hábito continue vivo e transferido para os alunos e familiares, pois consideram um ato fervoroso de amor. (P. 53).

Observamos assim que o projeto busca valorizar os sentimentos religiosos, onde valoriza e demonstra respeito familiar, pois resgata os valores dos antigos ancestrais quilombolas.

No ano de 2020 já durante a pandemia o projeto Curia Mostra Tua Cara 2020 trouxe o tema: Marcas de um Passado, onde culminou com uma live com momentos de recordação, narrativas, depoimentos, videos, poesias, atividades com alunos, uso

de tecnologias em meio de pandemia/COVID-19, disseminar a história, seus costumes e suas tradições,

No ano de 2020, a saudade foi o dispositivo e o sentimento que despertou e ativou o Projeto Curiaú Mostra Tua Cara a desenvolver um TBT mesclando as atividades realizadas antes e no período de pandemia durante o ano de 2020 e que foi transmitido em uma Live cujo o nome em destaque foi: Marcas de Um Passado. A live foi disponibilizada no Facebook da Escola. Neste ano tentamos despertar os melhores sentimentos que a saudade deixa, para que nossos alunos e comunidade pudessem recordações festivas e relembrar momentos alegres vivenciados nas tradições quilombolas, num passado não tão distante. (BRITO et al,2021,p.57;58)

Com a pandemia sendo controlada, sendo permitido eventos híbridos com o uso de máscara foi organizado a culminância do Projeto Curiaú Mostra Tua Cara 2021 de forma presencial na quadra da escola, trazendo como temática do projeto: “Dentro de Uma Riqueza Cultural, o Hoje Pede Valorização do Essencial, Minha Vida e Minha História na Comunidade Quilombola Diante a Pandemia.”

O objetivo geral foi valorizar e apresentar as histórias, relatos, trabalhos, pertencentes e desenvolvidos na comunidade do quilombo do Curiaú e vivenciadas diante a pandemia com nossos alunos. Construir e desenvolver atividades para o livro: “Curiaú, mostra tua Cara-2021, Não sou eu, são vocês! ”

Na sua primeira versão o Projeto Curiaú Mostra Tua Cara 2021 iria acontecer de forma online, virtual, como foi apresentado no ano anterior. Com uma diferença, que a do ano de 2020 foi uma live, e esse ano de 2021, a divulgação e lançamento do livro e sua publicação seriam nas redes sociais e online. Com o retorno das aulas híbridas fez-se necessário as mudanças no projeto e nas ações que deveriam ser desenvolvidas na escola. Pensando em atender tanto os alunos que estariam em casa como os que estavam vindo para escola alternadamente. (BRITO et al,2021, p.23)

BRITO et al (2021) nos apresenta os objetivos específicos que nortearam o projeto do ano de 2021:

- desenvolver atividades para o livro: “não sou eu, são vocês”. Uma coletânea das atividades elaboradas e desenvolvidas nas aulas híbridas, remotas e presenciais no período de pandemia.
- coletar histórias socioculturais, econômicas, turísticas, heranças quilombolas que deixaram marcas na vida dos moradores diante a pandemia.

- propor conversas de roda, gravações, diálogo e interação entre a geração de idosos da comunidade, crianças, adolescentes e jovens atendidos pela escola. Conforme a possibilidade.
- aproximar a comunidade quilombola do Curiaú mesmo que remotamente nas ações cotidianas da escola José Bonifácio, estreitando parcerias existentes e ampliando novas. (p.26)

O livro traz uma coletânea de atividades elaboradas e desenvolvidas nas aulas híbridas, remotas e presenciais, e foi justamente com este projeto de 2021 que deu origem a publicação e lançamento de um livro denominado “Curiaú, Mostra tua Cara-2021, Não sou eu , são vocês!” , com o lançamento no dia da culminância do projeto, com um evento com muitas apresentações étnicos culturais realizadas pelos alunos e coordenadas pelos professores .

Figura 09- capa do Livro Curiaú mostra tua cara 2021,não sou eu, são vocês.



Pintura em chita feita pelo artista Silva(capa do livro)
Fonte: Brito (2021)

Estive presente na culminância do projeto Curiaú mostra Tua Cara 2021 , onde aconteceu também o lançamento do livro “Curiaú, Mostra tua Cara-2021:Não sou eu,são vocês! “ , aproveitei a oportunidade para fazer os registro e as observações para enriquecer esta pesquisa,vejamos algumas fotos do evento, demais fotos do evento ver anexos:

Figura 10-Evento Curiaú Mostra tua Cara-2021



Foto Ivaldo Sousa 2021

Figura 11-Lançamento do livro Curiaú,Mostra tua Cara 2021: Não sou eu, São vocês!



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

4.3.3 Similaridades e singularidades nos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das identidades brasileiras.

Como a lei 10.639/03 preconiza, que nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e ainda possa incluir os estudos da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil, em todo o currículo

escolar(BRASIL,2003), assim neste momento buscamos analisar as similaridades e as singularidades entre os espaços pedagógicos das duas escolas .

Perante a Lei 10.639/03 as escolas pesquisadas podemos dizer que são similares, pois a abrangência da lei deve ser tanto para o Ensino Médio quanto para o Ensino Fundamental, como já foi apresentado a Escola Alexandre Vaz Tavares é uma escola que atende alunos do Ensino Médio e a Escola Quilombola Estadual Jose Bonifácio atende o Ensino Fundamental, portanto a escola José Bonifácio traz uma particularidade, pois a escola é uma Escola Quilombola, e ainda podemos dizer que traz uma singularidade , pois em nossas análises apresenta maiores preocupações em atender a Lei 10.639/03 com os inúmeros projetos étnico raciais que esta escola realiza durante o ano letivo, vale ressaltar que percebe-se também em seu Projeto Político Pedagógico esta preocupação, chegando a fazer referências sobre a temática diversas vezes, coisa que não detectamos no Projeto Político Pedagógico da Escola Alexandre Vaz Tavares.

Então temos duas escolas com particularidade e singularidades diferentes, porém independentemente de suas particularidades e singularidades as duas enquadram-se no que prescreve a obrigatoriedade da lei 10.639/03 e assim trazem a necessidade de se enquadrar no que trata a lei.

A Escola Quilombola Estadual José Bonifácio apesar de ser uma escola quilombola atende também alunos das proximidades, sendo assim é uma escola com um público com uma diversidade étnica racial diversificada, assim como a Escola Alexandre Vaz Tavares que tem em seu público de alunos também composta por uma diversidade étnica racial e cultural diversa ,acredito ser este um ponto onde as duas apresentam similaridades também.

Um ponto que acredito ser relevante nesta pesquisa foi justamente as observações e registros feitos nas dependências das duas escolas, onde foi detectado uma diferença muito grande em relação as informações contidas nestes espaços escolares, os quais acredito ser espaços também educativos e que de certa forma faz parte do currículo da escola. Veja que SAVIANI (2016) nos fala sobre currículo:

Currículo é entendido comumente como a relação das disciplinas que compõem um curso ou a relação dos assuntos que constituem uma disciplina, no que ele coincide com o termo programa. Entretanto, no âmbito dos especialistas nessa matéria tem prevalecido a tendência a se considerar o currículo como sendo o conjunto das atividades (incluído o material físico e humano a elas destinado) que se cumprem com vistas a determinado fim.

Este pode ser considerado o conceito ampliado de currículo, pois, no que toca à escola, abrange todos os elementos a ela relacionados. (p.55)

Vejamos que currículo pode ir muito mais além que das disciplinas que compõem a grade curricular e educacional, podendo se estender aos elementos que compõem a escola, desde a entrada até suas ornamentações em murais e demais imagens pela escola podem ser consideradas educativas.

E com este pensamento fizemos uma série de registros e observações, onde apresentaremos os registros fotográficos, pois acreditamos que nestes registros encontram-se muitas informações educativas, como já foi dito, prevalece entre os especialistas a ideia de que currículo é o conjunto das atividades desenvolvidas pela escola. Portanto, currículo é tudo o que a escola faz, com efeito, se tudo o que acontece na escola é currículo (Saviani 2016.p.56)

Dessa forma, torna-se, necessário discutir os conteúdos a serem transmitidos pela escola, levando em consideração a realidade dos seus estudantes, e fazendo uso também das legislações vigentes como a lei nº 10.638 de 2003 e suas resoluções, uma vez que “é a função e um desafio da escola, desenvolver novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das identidades brasileiras” (MOURA, 2007, p. 4).

Vale ressaltar que a Escola Estadual José Bonifácio vem desenvolvendo espaços pedagógicos relacionadas à História da cultura negra local mesmo antes da implementação da lei. Como afirma Videira (2013, p.307):

O passo inicial vem sendo dado pela escola antes mesmo da lei 10.639/03 ser sancionada no Brasil. Desde o ano 2000, a direção, corpo técnico e alguns (mas) professores (as) perceberam que o conteúdo e o currículo escolar não tinham nenhuma relação com o Quilombo do Cria-ú e suas peculiaridades. A partir dessa constatação, sentiram a necessidade de voltar alguns conteúdos para a realidade vivida. É oportuno mencionar que o conteúdo relacionado à história da comunidade negra não interessa apenas as pessoas de ascendência negra, mas também a toda a sociedade, já que esses povos “contribuíram cada um de seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional”(VIDEIRO 2017,P.119;120)

A pesquisa nos colocou diante de duas realidades distintas onde identificamos os projetos desenvolvidos e percebemos assim a diferença entre as escolas pesquisadas, onde uma não desenvolve projetos e a outra que desenvolve durante

todo o ano letivo projetos considerados educativos dentro das relações étnico culturais.

Ao trabalhar por projetos visando a apresentar e valorizar a participação da população negra na história e cultura brasileira, também podem ser focalizados os recursos e materiais didáticos, a ambientação da sala de aula, os espaços de troca e de solidariedade entre docentes e discentes, o tratamento interpessoal, bem como o tratamento das informações que circulam dentro e fora da comunidade, além das diversas formas de registro, acompanhamento e avaliação de atividades. (BRASIL, p.93)

Como já fizemos um breve comentário sobre as questões de currículo, irei apresentar algumas imagens que foram coletadas na área das escolas e fazer as comparações entre as duas escolas com base nas imagens registradas nos espaços educacionais, e ainda fazer algumas ponderações sobre os conceitos das imagens, pois já sabemos que todo o espaço da escola pode ser considerado como currículo escolar.

Veremos as imagens das escolas, onde adotaremos a metodologia em apresentar as imagens das escolas nos seus respectivos espaços, como espaços da entrada da escola, do saguão, da biblioteca, da quadra de esporte, dos corredores, do refeitório e outras imagens que considerar relevante para esta pesquisa.

Nestas imagens a seguir temos a frente da escola, onde externamente não tem muita diferença uma da outra veja:

Figura 12- Fachada das duas escolas pesquisadas



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Adentrando veremos na Escola Alexandre Vaz Tavares o espaço do saguão onde observamos apenas a imagens do patrono da escola, sem nenhuma outra imagem ou ornamentação.

Figura 13- Imagens do patrono da escola no saguão da entrada da Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

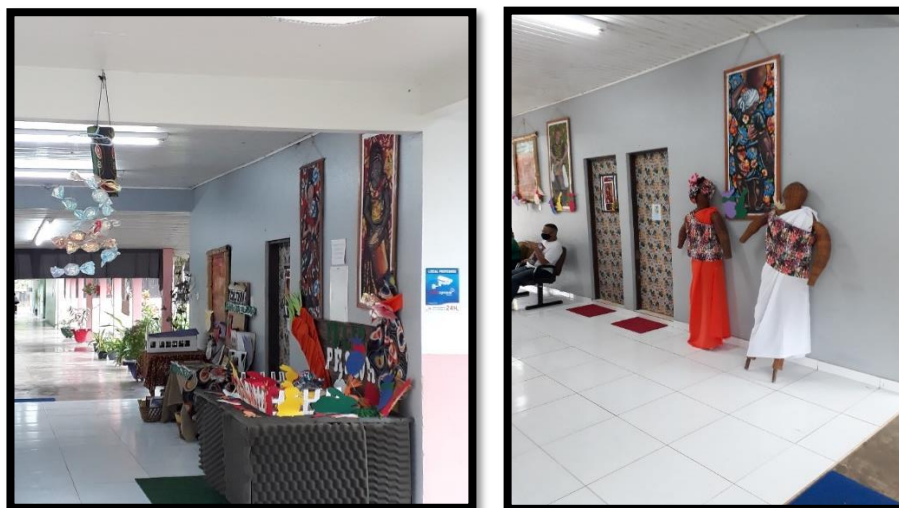
Figura 14- Imagens do saguão da entrada da Escola Estadual Alexandre Vaz Tavares



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Pudemos observar que na Escola acima citada encontra-se o espaço do saguão de recepção sem nenhuma imagem, apenas algumas informações burocráticas, agora veremos o saguão da entrada da Escola Quilombola José Bonifácio, veja:

Figura 15- Imagens dos elementos da cultura negra no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Observe que a escola Quilombola José Bonifácio demonstra uma certa preocupação em ilustrar e ornamentar o espaço de recepção da escola com imagens que fazem referência a toda uma história afro-brasileira, são elementos que retratam a cultura, a religiosidade de matriz africana, com instrumentos musicais, imagens religiosas, livros de autores afro-amapaense sobre a temática do preconceito e discriminação e outros autores negros.

Fazendo referência explícita também sobre a Lei 10.639/03 e a lei 11.645/08, vejam as imagens abaixo:

Figura 16- Imagens do espaço de acolhimento no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 17- Imagens que fazem referência a Lei 10639/03 no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Observamos esta particularidade da Escola Quilombola José Bonifácio, onde utiliza-se das imagens buscando a representatividade nas questões étnico culturais, e estas imagens tendem a criar significados, pois:

Essa objetivação do significado emerge por meio de interpretações da relação entre o que é representado e sua representação; entre o significante e o signo. A imagem é reconstruída na memória de quem vê o objeto, é relacionada ao conhecimento anterior, integrada a outras imagens criadas por outras pessoas e usadas para vários fins inclusive a interpretação e a criação de novas imagens. (FREEDMAN; ORSI, 2017, p.126;127)

Portanto as imagens podem criar subjetivações e significados para aqueles que a observam tanto para os alunos quanto para os visitantes da escola observe que no saguão da entrada é rica em detalhes nas imagens expostas:

Figura 18- Imagens das igrejas da comunidade local no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 19- Imagens de negros que ilustram a comemoração da páscoa no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

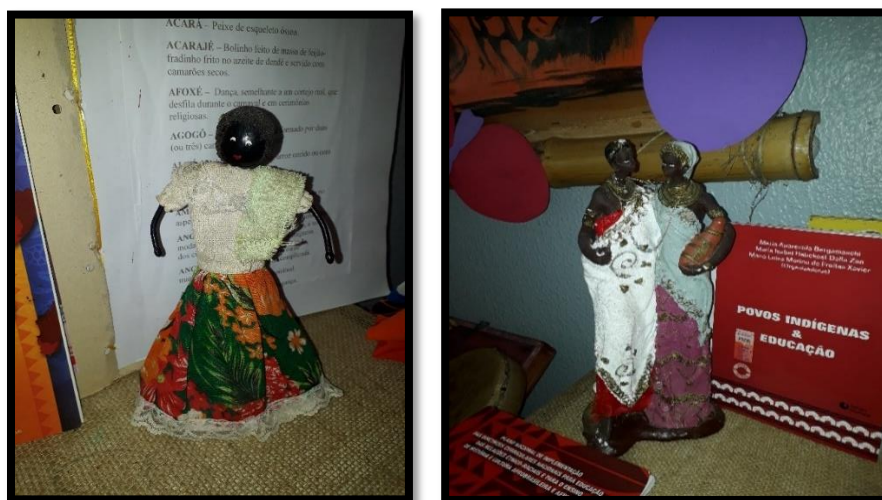
Ficando também na entrada da escola em exposição permanente durante o ano letivo objetos que fazem referência a todo o contexto característico africano, assim como livros referente a África, livros de autores negros do amapá, esculturas representando a cultura do marabaixo e batuque (manifestação cultural da região: a dança do Marabaixo e a dança do Batuque) , vejamos:

Figura 20- Imagens de livros de autores negros no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 21- Imagens de esculturas de negros dançarinos no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 22- Imagens de instrumentos musicais e livros com temáticas negras no saguão da entrada da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Estes elementos contidos com imagens e objetos que fazem parte de todo um conjunto de elementos que se estendem por toda a escola, como foi citado anteriormente acreditamos que também fazem parte do currículo escolar, pois são elementos educativos, “o currículo pode ser entendido como uma forma de interação entre os alunos e uma vasta gama de textos e de imagens”(FREEDMAN, 2017, P. 138)

Continuando nossas observações nos espaços escolares das duas escolas pesquisadas, fizemos o registro dos espaços dos corredores destas escolas, onde pudemos detectar que também existem diferenciações e particularidades entre as duas escolas, por exemplo na Escola Alexandre Vaz Tavares não encontramos imagens que nós chamasse atenção, mesmo assim registramos aqui como encontra-

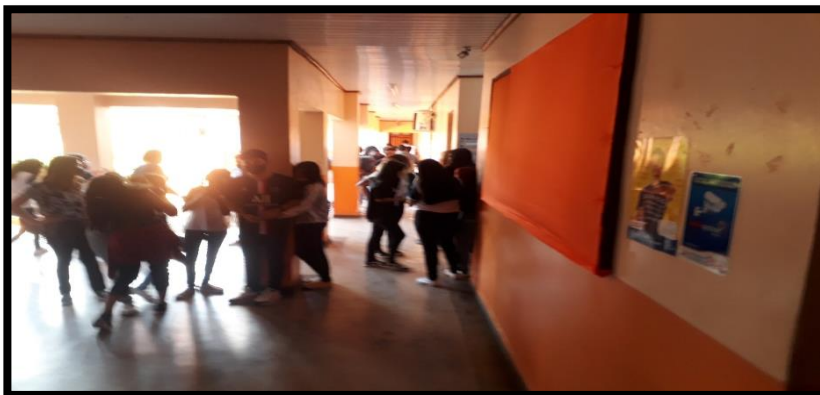
se estes espaços na Escola Alexandre Vaz Tavares, vejamos as imagens de registros:

Figura 23-Imagens externas da escola Alexandre Vaz Tavares



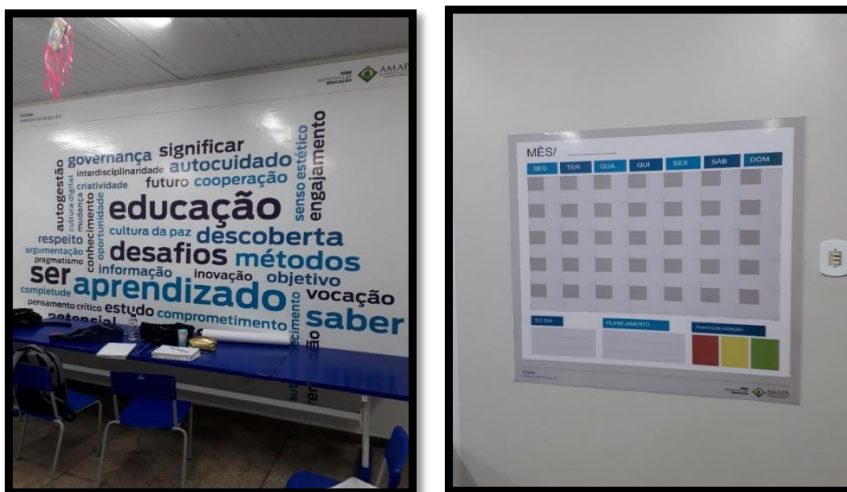
Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 24-Imagens dos corredores da escola Alexandre Vaz Tavares



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 25-Imagens contidas na sala de vídeo escola Alexandre Vaz Tavares



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Observamos que nos corredores da Escola Alexandre Vaz Tavares não apresentam informações relevantes para este estudo, pois a escola tem espaços sem comunicação e vazios nos corredores, pois

Na atividade pedagógica, um discurso não existe sem o outro. Falamos sobre imagens e com imagens. Entretanto “discurso” como linguagem oralidade e , em sentido ainda mais amplo, como forma diversa de comunicação. Também compreendo objetos e manifestações como discursos, no sentido de que eles sempre “dizem algo” e criam possibilidades para que algo seja dito. (Tourinho, 2009, p. 141)

Com base na citação acima, é que podemos falar que os espaços desta escola não apresentam manifestações educativas, pois não apresentam nenhuma comunicação, e não dizem nada.

Figura 26-Imagens do mural da escola Alexandre Vaz Tavares



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 27-Imagens da entrada da escola Alexandre Vaz Tavares



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 28-Imagens dos corredores da escola Alexandre Vaz Tavares



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

São espaços que não demonstram a interação entre o espaço , pessoas e as informações, pois conforme FREEDMAN(2017) que nos fala sobre o que ocorre quando as pessoas encontram imagens:

Pode-se dizer que esta integração dá-se no espaço entre imagens de forma similar ao que os teóricos da literatura chamaram de intertextualidade, que envolve a referências feitas pelo leitor a outros textos quando lendo um novo texto. As pessoas são capazes de se lembrar e de integrar uma ampla gama de imagens e de significados a elas associados.(FREEDMAN,2017,P.139)

Esta integração que o autor menciona, esta intextualidade observamos na escola Quilombola José Bonifácio,onde fizemos as mesmas observações nos corredores da escola e vejamos o que encontramos :

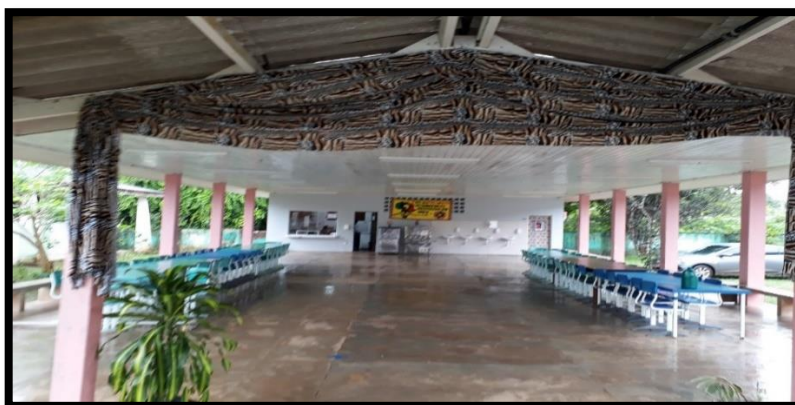
Figura 29- Frases e imagens educativas contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Nas imagens acima observamos que a escola busca levar mensagens a partir de suas imagens distribuídas pelos corredores da escola, com mensagens através de imagens e também através das palavras, mostrando que não está neutra diante as questões do preconceito étnico raciais, pois “os discursos visuais também carregam a característica da não neutralidade”(Tourinho,2009,p.144)

Figura 30- Imagens das ornamentações afros contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 31- Imagens das personalidades religiosas contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

São imagens contidas nos espaços dos corredores trazendo muitas referências históricas e culturais da matriz afro-brasileira,

A imagem tem a capacidade de nos conectar com o mundo mais próximo,mas também com a realidade mais individual,bem como a mais social. Nessa perspectiva, o esquema educativoaluna/o-conteúdo-sociedade pode se articular a partir da imagem ao se trabalhar com a nossa própria imagem, a

imagem do mundo que recebemos, e isso permite a articulação de conteúdos humanos, artísticos e técnicos. (CAO, 2017, p. 188)

Veja a próxima imagem (imagem 53), onde dá a oportunidade desta conexão entre nossa própria imagem, oportunizando assim o registro entre o 'eu' com as imagens afro-brasileira.

Figura 32- Imagem de mural que possibilita o registro de fotos como tocadores e dançarinas do batuque contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

A seguir teremos outras imagens que fazem parte das observações nos espaços dos corredores da Escola Quilombola José Bonifácio, imagens estas cheias de informações, pois:

As imagens não são neutras. Tampouco o olhar que projetamos sobre elas. Não existem imagens denotativas, nas quais não exista um grau retórico de informações. Dito de outra maneira, não existe imagem que somente transmita informações sobre si mesma. Não existe grau zero. Todas as imagens são conotativas e em sua construção intervêm muitos fatores, dentre eles a ideologia, o passado, as vivências, a conformação cultural, os desejos e as expectativas. (CAO, 2017, p. 208)

Portanto vejamos outras imagens contidas nos corredores da escola:

Figura 33- Imagens de manifestações culturais contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 34- Imagens contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Os discursos são repassados através de cada imagem contida nos corredores, trazendo cultura e ancestralidade e experiências culturais da vida do povo quilombola, pois “O mundo visual também junta diferentes discursos-imagem e palavra-e é construído a partir de articulações que os indivíduos percebem, produzem, participam, criticam e transformam ao viver suas experiências.” (Tourinho, 2009, p.145)

Figura 35- Imagens das crenças e medicina popular contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio



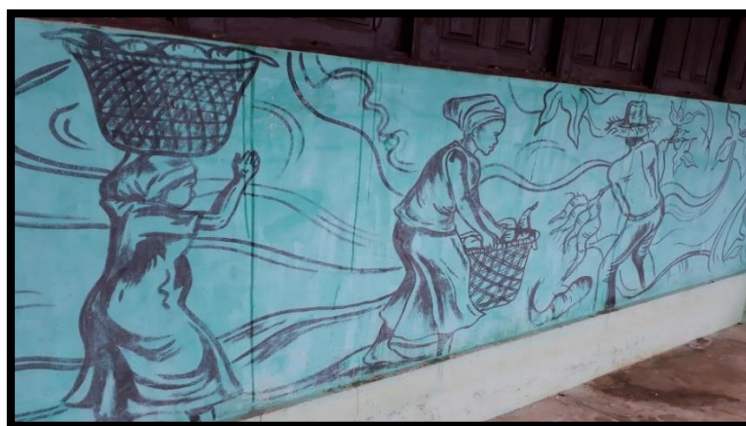
Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 36- Imagens dos trabalhadores em suas atividades contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 37- Imagens de atividades econômicas locais contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Com as imagens pelos corredores da escola, é possível perceber que estas podem repassar informações educativas fazendo um paralelo entre a linguagem com

o visual,

Outra característica da linguagem, que encontra paralelo no visual, é a referência cultural, social e histórica que ambos os discursos carregam. Só quando podemos compartilhar de certo conjunto dessas referências é que nos capacitamos para experimentar, inferir e construir sentidos e valores para /sobre/com essas manifestações discursivas. As variações socioculturais e históricas formam, então, a base para o nosso relacionamento com o mundo, a base sobre a qual criamos discursos, modos de apresentá-los e experiências de significá-los. (TOURINHO, 2009, P.146)

Figura 38- Imagens de dançarinos do marabaixo contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 39- Imagens que representam personagens negros no cenário escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 40- Imagens de esculturas que representam a cultura local



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

O que observamos acima, são imagens que retratam a própria vida dos alunos, a escola esta cheia de imagens que retratam os costumes, crenças e toda a cultura local, este espaço escolar torna-se um espaço representativo, pois sabemos que as imagens podem surtir efeitos que reforçam as subjetividades do ser,

Vivendo em uma cultura permeada de imagens visuais com efeitos que excedem, muitas vezes, certas intencionalidades, as imagens nos produzem, por assim dizer, nos contextos em que vivemos e seus efeitos “dão forma ao conceito que o indivíduo tem de si mesmo e inclusive dá forma a noção de individualismo. O indivíduo se apropria de características das representações visuais, e as adota como representação de si mesmo” (FREEDMAN, 2006, p.26)

O visual tem o poder de levar mensagens e saberes, de forma direta e indireta, e nem sempre as escolas percebem este poder que traz o uso das imagens,

O jogo do discurso enfrenta o poder do visual desafiando seus limites. A educação institucionalizada, de saída, lida com um poder que nem sempre se explicita. Na escola, o visual e os possíveis discursos sobre ele - por meio desses jogos e de seu poder - podem expor a própria fragilidade da instituição. Isso porque os saberes que o visual assume e alude, as formas de representação que ele permite e os jogos que é capaz de articular interferem e ultrapassam aquilo que a instituição negocia como poder e saber. Talvez essa seja uma explicação para o fato de que as escolas, raramente, “assumem” a educação estética, mesmo fazendo dela, sempre que necessário, uma das suas formas de representar-se publicamente como instituição. (TOURINHO, 2009, P.151)

Observamos que nas identificações dos departamentos administrativos da escola todas trazem imagens referentes a beleza negra, vejamos:

Figura 41- Imagens de pessoas negras identificando os setores da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Um fato curioso que me chamou atenção e gostaria de registrar, é o fato de que todas as salas de aulas trazem um nome próprio, como por exemplo: sala Tio Duca, sala Mãe Venina, sala Raimundo Nem, fazem uma espécie de homenagem a estes nomes de pessoas que fizeram parte da história da comunidade Quilombola.

Figura 42- Imagens que identifica as salas sa Escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 43- Imagens contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Imagens como estas abaixo encontramos nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio representando e levando mensagens de toda a cultura festiva e as manifestações religiosas da comunidade local.

Mensagens e imagens midiáticas se apresentam como atraente possibilidade de negociação, ajudando os indivíduos a construir maneiras de compreender, interagir e se adaptar ao mundo. (MARTINS;SÉRVIO,2012,p.255)

Figura 44- Imagens contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Portanto podemos dizer que as imagens podem trazer mensagens e ainda ajudar na construção de conhecimento, pois,

As imagens servem para pensarmos e construirmos conhecimento histórico, cultural e científico. Seu crescente papel no desenvolvimento científico é evidenciado através de seus múltiplos usos como registro, diagnóstico, acompanhamento e tratamento. Dos microscópicos aos satélites, as imagens demonstram valor inquestionável. (MARTINS;SÉRVIO,2012,p.265)

Figura 45- Imagens contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 46- Imagens contidas nos corredores da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Então tivemos a oportunidade de conhecer as imagens contidas nos corredores na Escola Quilombola José Bonifácio e a partir das informações percebidas e referendadas em relação ao poder das imagens podemos recorrer ao dito popular “uma imagem vale mais que mil palavras” .

Seguindo em nossas observações e análises registramos aqui as imagens dos espaços da biblioteca das duas escolas e aproveitamos para apresentar aqui as imagens da biblioteca da Escola Alexandre Vaz Tavares, vejamos abaixo:

Figura 47-Imagens da Biblioteca da Escola Alexandre Vaz Tavares



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 48-Imagens da Biblioteca da Escola Alexandre Vaz Tavares



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 49-Imagens da Biblioteca da Escola Alexandre Vaz Tavares



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 50-Imagens da Biblioteca da Escola Alexandre Vaz Tavares



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Em nossas observações neste espaço que consideramos muito importante para a construção de conhecimento , porém como podemos constatar nas imagens acima que este espaço não traz informações visuais como o uso de imagens para ilustrar o ambiente, porém na biblioteca da outra escola pesquisada , a escola quilombola José Bonifácio tem uma diferença muito grande, pois na escola quilombola encontramos imagens que remetem as questões étnico raciais e culturais, vejamos abaixo as imagens contidas na biblioteca da escola Quilombola José Bonifácio:

Figura 51- Imagens com representações afro-brasileira na Biblioteca da escola quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 52- Imagens de livros com temáticas afros exposto em locais de destaque na Biblioteca da escola quilombola José Bonifácio



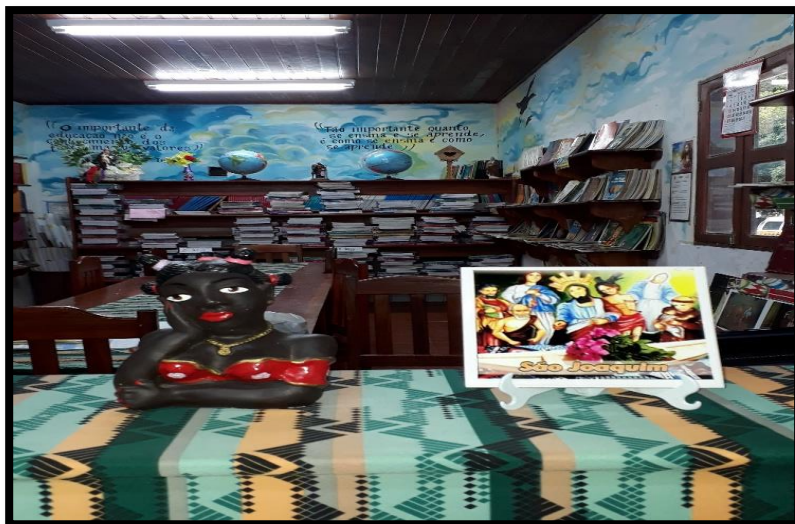
Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 53- Imagens com representações religiosas de matriz africana e cenas da vida no quilombo na Biblioteca da escola quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 54- Imagens de escultura do afro-brasileiro na Biblioteca da escola quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Nas dependências da biblioteca da Escola Quilombola José Bonifácio, como observamos nas imagens acima existem diferenças entre estes dois espaços se compararmos com a biblioteca da outra escola pesquisada ,assim , podemos constatar que o espaço traz informações relevantes em suas imagens e ilustrações contidas nas paredes deste espaço pedagógico, “pois ler uma imagem é o que fazemos ao refletir sobre aquilo que estamos vendo, é relacionar o conteúdo da imagem com o contexto no qual estamos inseridos” (MEDEIROS,2012,p.265)

Partindo para as análises e observações dos espaços da quadra de esporte

das duas escolas começaremos mostrando as imagens da quadra da Escola Alexandre Vaz Tavares:

Figura 55-Imagens da quadra de esporte da escola Alexandre Vaz Tavares sem ilustração



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 56-Imagens da quadra de esporte da escola Alexandre Vaz Tavares



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 57-Imagem geral da quadra de esporte da escola Alexandre Vaz Tavares



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Não detectamos nenhuma imagem registrada nas dependências da quadra de esporte da escola Alexandre Vaz Tavares, imagens referente as nossas inquietações, sendo assim partiremos para as observações da quadra de esporte da

escola Quilombola José Bonifácio

As imagens podem ser considerada uma espécie de simbolização de alguns espaços, ganhando novos sentidos, encontramos imagens na quadra de esporte da Escola José Bonifácio que trazem algumas representações , pois:

O papel de simbolização que certos espaços exercem (ginásio, quadras de esporte, áreas verdes...), dá novos sentidos a vida escola, reunindo e segregando alunos, professores, funcionários e outros “responsáveis” pela instituição. Reconhecimento, conscientização e colaboração foram os temas em torno dos quais os alunos “reviram” sua escola. (UCKER,2009, p.97)

A simbolização esta contida na quadra de esportes da escola Quilombola José Bonifácio, em nossas observações e registros detectamos muitas imagens em todo o espaço da quadra de esportes, vejamos algumas:

Figura 56-Imagens da quadra de esporte da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 57-Imagens da quadra de esporte da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Observe que de maneira geral nas imagens da quadra de esporte da escola Quilombola José Bonifácio, já percebemos uma grande diferença, pois a quadra possui uma grande quantidade de ilustrações referentes às manifestações culturais, religiosas, costumes, produções econômicas e imagens que se referem ao afro amapaense e seus costumes locais.

Figura 58-Imagens da quadra de esporte da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

São imagens que representam o afro-brasileiro e os costumes daquela comunidade:

Figura 59-Imagens dos costumes e manifestações culturais na quadra de esporte da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Podemos dizer que a quadra de esporte da escola José Bonifácio ajuda nas construções das subjetividades e constroem conhecimento e pertencimento de forma indireta, pois retrata em suas ilustrações muitas informações do povo quilombola local.

Figura 60-Imagens da quadra de esporte da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Figura 61-Imagens da quadra de esporte da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

São códigos e símbolos que retratam a cultura do afro-brasileiro e do afroamapaense, com imagens dos ancestrais nas rezas, com benzedeadas, com danças e rituais religiosos e ainda com imagens que retratam a capoeira, uma manifestação cultural com forte expressão em Macapá.

Figura 62-Imagens da quadra de esporte da escola Quilombola José Bonifácio



Fotos: Ivaldo Sousa/2022

Imagens com grandes potenciais de construção de subjetividade, de construção de identidade, imagens que falam, que transmitem conhecimento e pertencimento, onde estão presentes a ancestralidade, a cultura, religiosidade e muito mais, vimos imagens que trazem mensagens, trazendo textos sem palavras, mas falando muito através de seus signos a historicidade está presente em cada imagem distribuída nas dependências da escola.

Quadro 4-Quadro Resumo

ASPECTO	Alexandre V.Tavares	José Bonifacio(Quilombo)	OBSERVAÇÃO
1-Teórico da Lei 10639/03	Citada como referência no corpo do texto do P.P.P. da escola.	Citada no corpo do texto do P.P.P. da escola e nomeado todos os projetos voltados para as questões étnico raciais que deverão ser desenvolvidos durante o ano letivo.	Observa-se que a Escola Alexandre Vaz Tavares faz apenas referencias sobre a Lei 10639/03 para que seja contemplado teoricamente ao projeto, já a escola Quilombola José Bonifácio, além de citar , fundamento todo o projeto voltado para as questões étnico-raciais e culturais, apresentando todos os projetos que serão desenvolvidos , com isso mostratodo um planejamento antecipado em seu Projeto Político Pedagógico.
2-Prática da Lei 10639/03	A escola Alexandre Vaz Tavares não apresenta explicitamente nenhum manifestação voltadas para as questões étnico raciais ou ainda uma preocupação em na prática para a construção de identidade, não detectamos nenhum projeto voltado para as questões étnica raciais, nenhuma imagem no espaço escolar que faça referência à identidade e cultura do afrobrasileiro.	A escola Quilombola José Bonifácio, apresenta uma prática constante da Lei 10638/03, foi identificado muitos projetos voltados para as questões de identidade, equidade, cultura e demais manifestações culturais , demonstrando um exercício muito grande para a busca da equidade étnico racial, ajudando assim a construção da identidade dos alunos afrodescendentes, detectamos ainda a presença de muitas imagens na área da escola voltadas para elevar a auto-estima e na construção da identidade.	Observamos a grande diferença entre estas escolas, onde uma desenvolve constantemente a preocupação com as questões étnico –raciais e a outra escola não foi detectado em sua praticidade tal preocupação.

5 CONSIDERAÇÕES

Em nossa caminhada durante esta pesquisa, nos levou a muitos caminhos, a muitos olhares, onde as percepções e as análises de tudo que nos propomos no início desta pesquisa, nos permitiu um olhar profundo de nosso problema de pesquisa. Percebemos que as escolas em questão desenvolvem ações diferenciadas em relação as questões étnico raciais na educação, onde uma apresenta grandes preocupações com as políticas públicas de equidade étnico raciais e a outra não encontramos nenhum registro destas preocupações.

Quando analisamos os Projetos Políticos Pedagógicos encontramos diferenças em sua composição teórica, por exemplo no PPP da Escola Alexandre Vaz Tavares percebemos que este projeto faz referência apenas uma vez sobre a Lei 10.639/03 dando a entender que foi citado para enriquecer e colocar o PPP da escola dentro dos padrões da inclusão étnico racial, porém não foi identificado nenhum projeto pedagógico voltado para esta temática. Nenhuma preocupação na representatividade no afro-brasileiro foi identificado nos espaços escolares da escola.

Porém na escola Quilombola José Bonifácio conseguimos identificar no Projeto Político Pedagógico várias referências a Lei 10.639/03 e a lei 11.645/08 deixando transparecer uma certa preocupação em se adequar ao que rege a lei, identificamos ainda vários projetos educacionais já citados dentro do próprio PPP da escola, projetos estes que buscam uma equidade e a prática de uma educação igualitária e libertadora, projetos que são desenvolvidos durante todo o ano letivo, projetos premiados nacionalmente e regional, encontramos também o registro de imagens referentes a cultura afro-brasileira, imagens estas que concordamos que também fazem parte do currículo escolar, pois sabemos do poder das imagens nas construções das subjetividades e como já mencionado “uma imagem vale mais que mil palavras”, imaginemos o quantas palavras foram dadas em tantas imagens encontradas nos corredores, nas salas de aula, na biblioteca, na quadra de esporte e em tantos outros lugares escolares neste estabelecimento de ensino.

Sabemos da importância das Leis e políticas públicas de equidade étnico raciais, porém percebemos nesta pesquisa que, para que o efeito desejado possa surtir efeito, tudo dependerá de uma gestão comprometida com seus objetivos profissionais e com as políticas públicas que estão presentes e que precisam ser colocada em prática, sem uma boa execução e a prática de fato, uma lei ou política

pública não tem sentido e perde o efeito que poderia causar.

A Gestão escolar e a educação estão diante de um grande desafio, pois nem todos conseguem entender e desenvolver uma metodologia onde possam ser contemplado todos os grupos étnico raciais que a lei preconiza, onde todos serão lembrados,valorizados oportunizando o acesso e a permanencia dos alunos nas instituições escolares.

Observamos o bom exemplo em que a Escola Quilombola José Bonifácio vem desenvolvendo durante todo o ano letivo, com vários projetos sobre as questões étnico raciais, e isso de forma multidisciplinar, acreditamos ser um fator positivo, pois os assuntos referentes a esta temática não devem ser trabalhados ou discutidos esporadicamente ou ainda de forma isolados,isso reduziriam muito as oportunidades de construção de conhecimento e ainda poderiam tornar-se temáticas temporárias apenas em determinadas datas,por isso reforçamos nossa ideia, em que assuntos que tratam de questões étnicos raciais, preconceito,discriminação, culturas, multiculturalidades , religiosidade de matriz africana e outras temáticas referentes a esta discursão, isso tudo pode e deve ser tratado em todas as disciplinas e propostas pedagógicas, e ainda em projetos educativos ou culturais durante todo o ano letivo, as questões étnico raciais precisam ser apresentados constantes.

Se faz necessário desconstruir todo o preconceito construído historicamente sobre o povo africano e seus descendente, é urgente que os gestores busquem metodologias pedagógicas para que seja possível reconhecer e valorizar todo o potencial do afrodescendente como ser humano dotado de capacidade e potencialidades igualmente qualalquer outro ser humano, valorizando também suas contribuições para esta nação brasileira nos diversos campos, sociais, econômicos, culturais, políticos, intelectuais,estratégias, experiencias e valores e não prender-se apenas nas manifestações culturais.

Para o sucesso da Lei 10.639/03 acreditamos que existe uma forte relação entre o que posso chamar de uma espécie de triangulação entre Lei, Políticas Públicas e Gestão, assim se cada um cumprir sua função, o que era teoria se tornará prática e surtirá seu verdadeiro efeito legal em que foi preconizado tal lei.

6 RECOMENDAÇÕES

Entendemos que a educação é um direito social conquistado com muita luta para que fosse ofertado a toda a sociedade de forma igualitária, pois traz um processo de construção de conhecimento e desenvolvimento humano/social e cultural, por isso alertamos para que este processo educacional não torne-se práticas discriminatórias ou que venham a reforçar o preconceito étnico racial nas escolas, acreditamos no grande potencial da educação para a construção da auto-afirmação, da auto-estima, e ainda para ajudar nas construções das subjetividades dos alunos, este estudo nos ajudou a perceber também que o currículo escolar e os projetos pedagógicos são ferramentas de suma importância para conseguir atender a obrigatoriedade da lei 10.639/03, reforçamos assim nosso pensamento, onde acreditamos que o currículo escolar começa desde a entrada na escola, passando por todos os ambientes escolares, pois os elementos que compoem uma escola deve e pode ser educativo.

Com este pensamento é que fizemos nossas análises também observando os espaços escolares, pois acreditamos ser espaços de construção de conhecimento e identidade, onde conseguimos identificar nas duas escolas informações que poderão nortear futuras recomendações, esta pesquisa por não ser um objeto de estudo acabado, por si só, já servirá de fundamentos para que seja possível novas pesquisas, partindo de novos problemas, que poderão se relacionar direto ou indiretamente com este objeto de estudo.

Com nossas análises documentais e observações tivemos acesso a informações nas quais fizemos nossas considerações e ponderações, onde nos possibilitou as interpretações quantitativas para assim nortear para a possibilidade de apresentar nossas sugestões.

Aos gestores do Governo do Estado do Amapá nossas recomendações voltam-se para a melhoria do desenvolvimento das políticas públicas voltadas para as questões da aplicabilidade da Lei 10.639/03, e ainda a avaliação de tais políticas públicas, para assim ter noção do alcance da lei e poder avaliar seu desenvolvimento, se está sendo positivo ou negativo, se esta alcançando o que prevê a Lei, se todas as escolas já aplicam em sua prática diária os fundamentos da Lei 10.639/03. Percebemos ainda que a Lei tem mais ênfase na região quilombola, portanto recomendamos que o Estado busque a aplicabilidade da Lei em todas as escolas do estado do Amapá e não apenas nas comunidades quilombolas, pois a sociedade

amapense é composta por quantitativo muito grande de afroamapaenses, os quais não estão apenas nas comunidades quilombolas.

Ressaltamos ainda que cabe ao governo do Estado do Amapá ofertar constantemente as capacitações e formações continuadas especificamente voltadas para as informações sobre História e cultura do afrobrasileiro, e que sejam abrangidos todos aqueles envolvidos no processo educacional do estado.

Quanto ao que observamos e analisamos nas escolas pesquisadas, recomendamos para a Escola Alexandre Vaz Tavares, que possa encontrar metodologias em que seja possível buscar uma educação voltada para a busca da construção da identidade, pois existem maneiras simples de fazer aquele aluno sentir-se representado até mesmo nas imagens contidas nos espaços escolares, coisa que não encontramos na escola citada, recomendamos ainda o desenvolvimento de projetos voltados para as questões étnico-raciais, culturais e religiosas do povo afrodescendente, pois sabemos que os projetos educacionais podem ter uma grande participação em sua prática pelos alunos e podem ajudar na construção do conhecimento e identidade.

A escola Quilombola José Bonifácio apresentou fortes indícios que desenvolve uma educação que busca a equidade étnico racial, onde vem lutando para vencer as barreiras do preconceito e da discriminação étnico racial com vários projetos desenvolvidos anualmente, com uma escola carregada de imagens desde a entrada até a quadra de esportes que fazem referência aos afrobrasileiros, as quais acreditamos enquadra-se diretamente no que preconiza a Lei 10639/03, portanto nossas recomendações a esta instituição, é que busquem maior divulgação e socialização de suas ações e projetos desenvolvidos pela escola, pois acredito que isso poderá despertar o interesse pela prática por outras escolas da cidade de Macapá, pois muitos desconhecem o que vem sendo produzido nesta escola.

Estudos como este, podem desencadear muitas outras investigações, várias perguntas ficam nas entrelinhas, muitas temáticas ligadas a esta pesquisa poderão surgir a partir destas fundamentações que aqui apresentamos como um passo inicial, não conclusivo, porém aberto para novas pesquisas, como por exemplo, perguntas que ficam abertas como: por quê na escola quilombola é mais trabalhada a implementação da Lei 10639/03? Porque as escolas da zona urbana não demonstram maior empenho em desenvolver a Lei 10.639/03? Após quase 20 anos da promulgação da Lei 10639/03, Por quê o NEER/SEED ainda não alcançou todas as

escolas da Cidade de Macapá? Porque os Gestores das escolas não buscam a implementação da Lei 10639/03 com maior veemência? O que falta para a real implementação e avaliação da Lei 10639/03 na cidade de Macapá? Portanto são muitas as sugestões para novas pesquisas a partir desta nossa investigação. É assim que acreditamos ter contribuído para que possibilite o conhecimento da realidade das duas escolas investigadas, onde pudemos ver suas similaridades e particularidades, portanto nossa meta foi cumprida, nossos objetivos alcançados e pudemos aqui oferecer novos problemas de pesquisa para outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____, **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- ACANDA, L. **De Max a Foucault: poder y revolucion**. In: **inicios de partida, centro de investigación y desarrollo de la cultura cubana**. Havana: Juan Marinello, 2000.
- ANDRÉ, M. **O ser negro: A construção de subjetividades em afro-brasileiro**. Brasília: LGE Editora, 2008.
- BATISTA, Lourdes. **Batista, Analía Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência**. In: Revista Ensaio. Estudos Feministas. 2002.
- Bogdan, R. & Biklen, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto, 2009.
- BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da educação: município e escola**. IN: FERREIRA, N. S. e AGUIAR, M. A. (Orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2002.
- Brasil, Constituição Federal (1988). **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – DF 2010** Site: <http://diversidade.mec.gov.br/>
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Gestão da educação escolar**. Brasília: unB/CEAD, 2004).

BRASIL,(2005).Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – DF 2005.

BRASIL. (1997). Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF.

BRASIL. (1998) Constituição Federal. Brasília: SSP.

BRASIL. (1998). Parâmetros Curriculares Nacionais. Ética e Pluralidade Cultural, Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental.

BRASIL. (2005) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ENSINO de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Brasília: MEC.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva,1998.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Brasília, DF, 2005 .

BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 236 p. (Coleção Educação para todos).

BRASIL. **Orientações para a Educação das Relações Étnico Raciais**.SECAD,2006.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa: de 1ª a 4ª série, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997. Site consultado em 02 de abril de 2012.

BRITO, Roseany Maciel. DIAS, Francinete. LINO, Socorro. LOPES,Nilma. MACHADO, Deusiana. **Curiaú, Mostra tua Cara-2021: Não Sou, são vocês!** Macapá: CROMOSET,2021.

CAO, Marián Lopez. **Lugar do outro na Educação Artística-olhar como eixo articulador da experiência: uma proposta didática.**(Tradução de Maria Emília Sardelich). In: BARBOSA, Ana Mae.(Org.) **Arte/Educação contemporânea: consonâncias internacionais.** São Paulo:CORTEZ,2017.

CAPANEMA,Clélia de Freitas.**Gêneses das mudanças nas políticas públicas e na gestão da educação básica.**In: BITTAR; OLIVEIRA(Org.).**Gestão e políticas da educação.**Rio de Janeiro:DP&A Editora,2004.

CARNEIRO. Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese de Doutorado em Educação junto à Área Filosofia da Educação, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. 2005. Consultado em 28/03/2022 <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>,

CAVALLEIRO, E. (2003). **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo:Contexto.

CAVALLEIRO, E. (Org) (2001). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola.** São Paulo: Selo Negro.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**,ed.11^o.São Paulo: Cortez , 2014.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. **Políticas educacionais e diversidade cultural no Amapá: reflexões acerca da Lei Federal 10.639/2003 e Lei Estadual 1.196/2008 no âmbito escolar.**Disponível:<https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20E%20DIVERSIDADE%20CULTURAL.pdf>

FIGUEIREDO, D. A. **Espaços negros urbanos: Segregação e preconceito nas cidades brasileiras.** VII Congresso Brasileiro de Geógrafos – Anais do VII CBG, Vitória-ES, 2014. 9 p.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Aspectos da população do Amapá; Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/aspectos-populacao-amapa.htm>. Acesso em 08 de fevereiro de 2022.

FREEDMAN, Kerry. **Curriculo dentro e fora da escola: representações da arte na cultura visual**(Tradução Maya Orsi). In: BARBOSA, Ana Mae.(Org.) **Arte/Educação contemporânea: consonâncias internacionais**. São Paulo:CORTEZ,2017.

GIANCATERINO, Roberto. **Supervisão Escolar e Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 2014.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, Nilma Lino. **Educação Cidadã, Etnia e Raça: O trato pedagógico da Diversidade**. In:CAVALLEIRO(Org.).**Racismo e anti-racismo na educação-representando nossa escola**.SÃO Paulo:SELO NEGRO,2001

GOVERNO DO AMAPÁ. **Comunidades com processo de certificação auxiliado pelo Governo do Amapá integrarão o maior território quilombola do estado**. <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/0908/comunidades-com-processo-de-certificacao-auxiliado-pelo-governo-do-amapa-integrarao-o-maior-territorio-quilombola-do-estado>: acessado em 08/02/2022

GUIMARÃES, A. **Preconceito Racial: Modos, Temas e Tempos**. São Paulo: CORTEZ, 2012.

GUIMARÃES, S. **Preconceito e discriminação**. São Paulo: Fundação de apoio,2004.

JÚNIOR, CLEALDO PINTO. **O ensino de cultura e arte afro-brasileiras no ensino médio: uma Análise das estratégias usadas nos livros didáticos de ensino Médio adotados no Liceu de Baturité - CE**. Monografia apresentada à Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Políticas Raciais na Educação Escolar.(2016)

JUNIOR, Eduardo Brandão. OLIVEIRA, Guilherme Saramago de. SANTOS, Adriana Cristina Omena dos.; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. **Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.36-51/2021.

LAKATOS,E.M.;MARCONI,M.A. **Metodologia Científica**.7ª edição.São Paulo: Atlas,2019

- Lankshear, C.& Knobel. M. **Pesquisa Pedagógica: do projeto à implementação.** Tradução Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- LIMA, Araújo. E. (Org.) **Subjetividade Contemporânea: Desafios Teóricos e Metodológicos.** Curitiba: Editora CRV,2010.
- Macedo, R. S. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação.** Salvador: EDUFBA, 2000.
- MARÇAL, José Antônio; LIMA, Silvia Maria Amorim. **Educação Escolar das Relações Étnico-raciais,História e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil.**Curitiba:Intersaberes,2015.
- MARTINS, Raimundo. SÉRGIO, Pablo Passos. **Distendendo Relações entre imagens, mídias, espetáculo e educação para pensar a cultura visual.** In: MARTINS. Raimundo; TOURINHO. Irene.(Org.) Culturas das imagens- desafios para a arte e para a educação. Santa Maria/RS: Ed. UFSM,2012.
- MEDEIROS, Rosana Fachel de. **Leitura de imagens na educação infantil: imagens de arte em dala de aula.** In: BARBOSA, Ana Mae; CUNHA, Fernanda Pereira da. **Abordagem Triangular no ensino das artes e culturas visuais.** São Paulo: CORTEZ,2012.
- MOREIRA, M. **A desconstrução do Preconceito racial.** Bauru: Canal 6 editora,2010.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Trad. Eloá Jacobina. – 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MORIN, E. **Ciência com consciência.** 3a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1999.
- Morin, E. **Ciência com consciência.** 3a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- MORIN, E. **O Método 3: O conhecimento do Conhecimento.** Trad. Juremir Machado da Silva. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina,1999.
- Morin, E. **O Método 3: O conhecimento do Conhecimento.** Trad. Juremir Machado da Silva. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- Morin, E.. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Trad. Eloá Jacobina. – 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil , 2003.

NAVARRO, Ignez Pinto. [et al.] **Conselho escolar, gestão democrática e escolha do diretor**. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 5. Brasília: MEC, SEB, 2004.

NÚBIA PACHECO. Moradores do extremo Sul do Amapá buscam reconhecimento de 19 áreas como quilombos, **G1 AP,2021: acessado em 08/02/2022-** <https://g1.globo.com/ap/amapa/natureza/amazonia/noticia/2021/08/10/moradores-do-extremo-sul-do-amapa-buscam-reconhecimento-de-19-areas-como-quilombos.ghtml>

PROJETO 1 Político Pedagógico. Alexandre Vaz Tavares, Macapá, 2022. Dados sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola Alexandre Vaz Tavares, Tem por objetivo estabelecer diretrizes básicas de organização e funcionamento da escola.

PROJETO 2 Político Pedagógico. Escola Quilombola Estadual José Bonifácio. Macapá, 2022.

RANGEL, I. **Racismo, preconceito e exclusão: um olhar a partir da Educação Física escolar**". In: Motriz, Rio Claro, 2006.

Richardson, R. J. (Org.) **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo Atlas, 1999.

SAMPIERI, R. H., COLLADO, C. H., & LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2015.

SANTOS, E. **Educação online: Cibercultura e Pesquisa formação na prática docente**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador,2005.

SANTOS, Isabel Aparecida. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito Racial: Alguns Caminhos. In:CAVALLEIRO(Org.).**Racismo e anti-racismo na educação-representando nossa escola**.SÃO Paulo:SELO NEGRO,2001.

SANTOS, J.**O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense,1984.

SANTOS, R. (Orgs.). **Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A,2003.

SAVIANI, Dermeval. **Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular** .Movimento revista de educação-Faculdade de

educação-Programa de Pós Graduação em Educação Universidade Federal Fluminense,2016

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record,1999.

SILVA, Alci Jackson Soares da . **Conhecendo o Núcleo de Educação Étnico Racial – NEER/CEESP/SEED**. Local: Secretaria de estado de Educação do Amapá . 27 de novembro de 2021. Apresentação em Power point. 14 Slides, color ou P&B, Dimensão. Disponível em: CD –ROM nos arquivos do NEER/SEED.

SILVA, P. (Coords.). **Cotas raciais no ensino superior: entre o jurídico e o político**. Curitiba: Juruá, 2008.

SISS,A.**Afro-brasileiros e Educação Superior : notas para debate**. In:COSTA,H.;PINHEL,A.;SILVEIRA,MS.da.(Org.).**Uma década de políticas afirmativas:panorama,argUMENTOS e resultados**.Ponta Grossa:UEPG,2012.

SOUSA, Ivaldo da Silva Sousa. **O negro e o preconceito étnico racial: visão científico, poética e religiosa**. CROMOSET,2021, Macapá.

SOUZA, Jacqueline de.; KANTORSKI, Luciane Prado.; Luis, Margarita Antonia Villar. **Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental**. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011

TELLES,E.E.**Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**.Tradução de Ana ARRUDA Callada,Nadjeda Rodrigues Marques e Camila Olsem.Rio de Janeiro:Relume Dumará; Fundação Ford,2003.

TOLEDO, C. **Relações Étnico-Raciais no Brasil**. São Paulo: Editora Sol,2013.

TOURINHO. Irene. **Educação Estética, imagens e discursos: cruzamentos nos caminhos da prática escolar**. In: MARTINS. Raimundo; TOURINHO. Irene.(Org.) Educação da Cultura Visual: Narrativas de Ensino e Pesquisa. Santa Maria/RS: Ed. UFSM,2009.

UCKER. Lílian. **Entre o real e o imaginado: desenhos de espaços escolares**. In: MARTINS. Raimundo; TOURINHO. Irene.(Org.) Educação da Cultura Visual: Narrativas de Ensino e Pesquisa. Santa Maria/RS: Ed. UFSM,2009.

VIDEIRO, Piedade Lino. **Projeto Curiaú Mostra tua Cara: Educação Quilombola no combate ao racismo na Escola Estadual José Bonifácio, localizada no quilombo do Cria-ú em Macapá.** Revista Humanidades e Inovação v.4, n. 3 – 2017.

YIN,Robert.**Estudo de Caso,Planejamentos e Métodos**,5^a ed.Porto Alegre-RS,Bookman,2015.

ANEXOS

Registros fotográficos do evento Curiaú mostra a tua cara 2021

Figura 63- Alunos em apresentação de danças do Marabaixo



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 64-Apresentação cultural dos alunos



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 65- Lançamento e Seção de autógrafos do livro Curiaú mostra a tua cara



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 66-Livros publicados sobre o Projeto Curiaú Mostra tua cara 2021



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 67-Apresentação cultural dos alunos danças tradicionais quilombola



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 68- Apresentação cultural dos alunos



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 69- Apresentação cultural dos alunos, danças africanas



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 70- Alunos em desfile das belezas negras

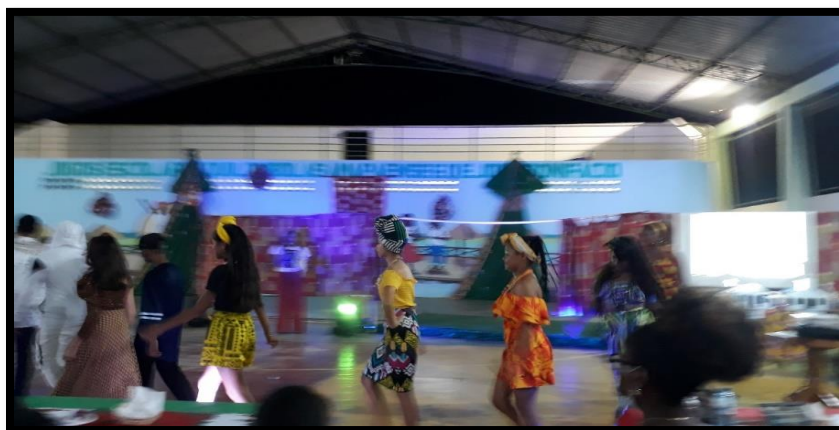


Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 71- Apresentação do Marabaixo



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 72- Alunos na Apresentação do Batuque



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 73- Apresentação de danças tradicionais africanas



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 74- Danças tradicionais



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 75- Desfile das belezas negras



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 76- alunos em apresentações culturais ,danças africanas



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 77-Maquetes de igrejas da comunidade



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 78- Apresentações culturais



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Figura 79- Apresentações culturais ,danças africanas



Foto Ivaldo Sousa 2021(evento público)

Carta de anuência para autorização da pesquisa – Escola Dr. Alexandre Vaz Tavares

Ao gestor (a) da Escola Dr. Alexandre Vaz Tavares

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada “A gestão escolar e as políticas públicas diante da aplicabilidade da lei 10.639/03 nas Escolas Alexandre Vaz Tavares na zona urbana de Macapá e na escola José Bonifácio na zona quilombola de Macapá no ano de 2019,” vinculada a linha de pesquisa Políticas Sociais e Desigualdade do Mestrado Profissional Em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade do Ceará (UECE), em convênio com a SEED/AP pelo mestrando Ivaldo da Silva Sousa, servidor Público Estadual, lotado na Secretaria Estadual de Educação, residente e domiciliado na Rua Novo Horizonte, 1054, Bairro Santa Inês, Macapá-AP, que está devidamente matriculado e cursando no Programa de Pós graduação em Planejamento e Políticas Públicas/UECE.

Na referida pesquisa o mestrando trabalhará com questionários, observações, entrevistas e análises documentais a serem realizadas com alguns servidores que trabalham nesta instituição escolar. A pesquisa ocorrerá em 2022 sob a orientação do Professor-Doutor Alexandre Gomes Galindo.

O objetivo geral da pesquisa é Investigar como vem se desenvolvendo nas escolas Dr. Alexandre Vaz Tavares e na Escola Estadual José Bonifácio no quilombo do Curiaú as políticas públicas relacionados as relações étnico-raciais e a **inclusão da temática “história e cultura afro-brasileira”** nestes ambientes escolares, fazendo uma análise geral de seu desenvolvimento no ano de 2019 a partir dos parâmetros de uma gestão inclusiva e ante racista.

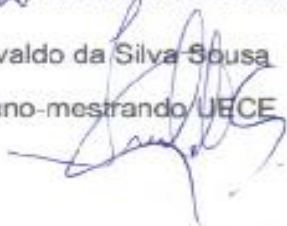
Certos de vosso apoio e colaboração, agradecemos antecipadamente a atenção e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos se for necessário.

Macapá, *25 de fevereiro* de 2022.

Autorizamos a solicitação

Ivaldo da Silva Sousa

Aluno-mestrando UECE



Não autorizamos a solicitação

Gestor escolar

Luiz José Serrão de Souza
 Diretor E. E. Alexandre Vaz Tavares
 Matrícula 0654/2019 GEA



Carta de anuência para autorização da pesquisa – Escola Quilombola Estadual José Bonifácio

Ao gestor (a) da Escola Quilombola Estadual José Bonifácio

Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada "A gestão escolar e as políticas públicas diante da aplicabilidade da lei 10.639/03 nas Escolas Alexandre Vaz Tavares na zona urbana de Macapá e na escola José Bonifácio na zona quilombola de Macapá no ano de 2019," vinculada a linha de pesquisa Políticas Sociais e Desigualdade do Mestrado Profissional Em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade do Ceará (UECE), em convênio com a SEED/AP pelo mestrando Ivaldo da Silva Sousa, servidor Público Estadual, lotado na Secretaria Estadual de Educação, residente e domiciliado na Rua Novo Horizonte,1054,Bairro Santa Inês, Macapá-AP, que está devidamente matriculado e cursando no Programa de Pós graduação em Planejamento e Políticas Públicas/UECE.

Na referida pesquisa o mestrando trabalhará com questionários, observações, entrevistas e análises documentais a serem realizadas com alguns servidores que trabalham nesta instituição escolar. A pesquisa ocorrerá em 2022 sob a orientação do Professor-Doutor Alexandre Gomes Galindo.

O objetivo geral da pesquisa é Investigar como vem se desenvolvendo nas escolas Dr. Alexandre Vaz Tavares e na Escola Estadual José Bonifácio no quilombo do Curiaú as políticas públicas relacionados as relações étnico-raciais e a **inclusão da temática "história e cultura afro-brasileira"** nestes ambientes escolares, fazendo uma análise geral de seu desenvolvimento no ano de 2019 a partir dos parâmetros de uma gestão inclusiva e anti racista.

Certos de vosso apoio e colaboração, agradecemos antecipadamente a atenção e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos se for necessário.

Macapá, 25 de fevereiro de 2022.

Autorizamos a solicitação

Ivaldo da Silva Sousa
Aluno-mestrando UECE



Não autorizamos a solicitação

Claudete Ramos da Costa
Diretora
E. Q. José Bonifácio
Dec. Gestor escolar

